



CARTOGRAFIA SOCIOAMBIENTAL
ESTUDO DOS LOTEAMENTOS CAIÇARAS, NOVA VIDA, NOVA GERMANIA E PARQUE
DAS ÁGUAS

Prof.º Dr. Leonardo Alejandro Gomide Alcantara

Juiz de Fora

2018

1 de 135

SUMÁRIO

APRESENTAÇÃO	3
INTRODUÇÃO	7
1. POLÍGONO DO ESTUDO.....	11
2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MORADORES E A SOCIOECONOMIA.....	32
3. DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS.....	51
4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INFRAESTRUTURA URBANA	75
5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DE DEMANDAS	130
REFERÊNCIAS	134

APRESENTAÇÃO

Debruçar sobre a transformação do espaço urbano a partir dos loteamentos populares e assentamentos urbanos foi, para o presente estudo, muito mais pensar e perceber a urbe em sua face *deslocada e deslocável*, do que pensar o ideal de inclusão atinente à essas políticas públicas sociais, aqui compreendidas como essenciais para sanar os défices habitacionais tão expressivos nas cidades brasileiras.

A transformação do espaço urbano, aqui compreendida para além da percepção da simples expansão da malha urbana, do adensamento demográfico e de toda a problemática socioambiental daí decorrente, geralmente atrelada aos ciclos do capitalismo, perfaz um processo complexo de fluxos heterogêneos entre pessoas, seres vivos e objetos que formam uma sócio-composição que modifica profundamente os territórios e as geografias, que cria e segrega espaços, que territorializa novos processos de uso do ambiente e desterritorializa os modos históricos de ocupação e de reprodução da sociobiodiversidade. O “crescimento da cidade” percebido como o movimento de deslocar e realocar pessoas e coisas, de forma seletiva, hierarquizada e atrelada à interesses de diferentes escalas que flutuam entre o global e o microfísico, onde as decisões tomadas nas instâncias políticas tradicionais pouco se adequam aos locais em que se materializam ou às pessoas que atingem; e pouco revelam sobre a complexidade fenomenológica da urbe. A lógica da inclusão de uma política habitacional se dissipa nas tantas outras lógicas e disputas atinentes à urbe, que vão desde alocação de recursos escassos, especulação do território, à discriminação e abandono de áreas, favorecimento e exclusão de interesses, segregação sócio-racial e degradação ambiental, ou ainda, criação de áreas protegidas, implementação de equipamentos urbanos e expansão da infraestrutura viária, numa composição conjunta e simultânea.

A pesquisa em sua gênese e desenvolvimento comportou a ação interventora, no sentido de “pesquisa-ação” e “participação”, enquanto extensão acadêmica concomitante ao estudo, marcando dois momentos próprios. A “fase pesquisa”, no que tange à coleta e tratamento dos dados, buscou expor de forma narrativo-descritiva as controvérsias sobre as formas de uso, apropriação e ocupação do território por uma perspectiva etnográfica. O que podemos designar como “conflitos socioambientais” urbanos, é tomado aqui de uma forma um pouco diversa da simples oposição de interesses entre grupos humanos e suas práticas territoriais, pois abrange o que está se “associando” à dada realidade e a compondo, criando e destruindo formas de vida e de viver. A narrativa destas “composições” é apresentada por um “diagnóstico interpretativo” cujo parâmetro analítico se deu,

entre outros, pelo ideário de urbanização presente na legislação vigente proposta como fulcro para as intervenções - nesse sentido com uma dimensão político-moral-normativa declarada.

Partindo de uma base empírica, a perspectiva metodológica foi inspirada na antropologia da teoria-ator-rede - TAR, nesse sentido caracterizando-se por uma postura epistemológica que não comporta uma estrutura rígida e mecanismos pré-estabelecidos para determinação da realidade, buscando fazer com que a própria “realidade” se explique na descrição do que se observou, sem necessariamente opor “sujeitos de interesses” em um “campo de disputas” com ou sem “capitais monopolizados”, como tradicionalmente a academia trata os conflitos ambientais com inspiração na teoria de Bourdieu. A filiação teórica à antropologia simétrica, sobretudo na perspectiva de Bruno Latour, por sua vez, não se deu de forma purista, rigorosa e limitadora, não abstendo a pesquisa de lançar mão de outras teorias críticas quando pertinentes para compreender as realidades enfocadas¹. Por sua vez, sem reduzir a realidade à polarização dicotômica “dominantes” versus “oprimidos” e sem estabelecer suposições adicionais sobre o que se observa dentro de uma visão de mundo totalizadora ou suportadas por um “ente abstrato” que a “tudo rege” sem contingência demonstrável.

Por certo, quando falamos de “conflitos” vem em mente a oposição de interesses em que, ao menos, uma parte manifesta sua discórdia, pressupondo os “sujeitos” dos conflitos. Mas se buscarmos uma conotação um pouco mais ampla, essa discórdia não precisa ser verbalizada ou demonstrada; ela pode estar latente numa ação ou na existência de algo, como uma lei ou uma política pública, por exemplo, que vai implicar aquela realidade sobrepondo ou sendo sobreposta à interesses, mas independente de ser um “sujeito racional” ou “criação” de um sujeito racional, é um “ser” que está compondo a realidade e, dessa forma, faz parte da descrição.

Nesse sentido, a partir dos dados obtidos buscou-se construir uma cartografia dos conflitos no sentido metafórico de um “mapa aberto”, suscetível de receber modificações constantes, na medida que novos fatos se revelam, dentro do que pode ser conectado na realidade concreta (agenciamentos reais) em múltiplas dimensões, sem significações “a priori” - os sentidos são dados mais pela narrativa do que por uma “teoria de fundo”. Dessa forma é traçado no mapa, por exemplo, desde a macropolítica socioeconômica que dá origem ao assentamento urbano, à ação do comunitário que invade uma moradia ociosa, ou o espaço baldio que se descarta o lixo, a reserva

¹ Seguir rigorosamente a TAR nos exigiria, em muitos casos, um estudo mais minucioso para identificar todas as conexões que se estabeleceram e se estabelecem no campo do estudo, indo desde programas governamentais de nível federal à movimentos de cooptação de associações locais pela política clientelista, obrigando a “dar nomes” à todos os atores/actantes envolvidos. Pela impossibilidade temporal, muitas vezes, foram utilizados “pressupostos interpretativos” já dados com as devidas ressalvas.

biológica do entorno etc., todos enquanto “atores sociais” (tudo que contrói a realidade social - actantes), sem necessariamente estabelecer significações decorrentes de um pano de fundo teórico, ao invés, buscando fazer com que a realidade se auto-explique em suas associações. Enfim, observar o que se conecta ao que e como, e, a partir daí, como se cria aquela realidade nestes diferentes “encontros”, que podem ser mantidos ou desfeitos em constante movimento, cujo aspecto metamórfico a transforma diuturnamente nas conexões heterogêneas que se reproduzem - pessoas, seres-vivos e objetos, “todos no mesmo plano de simetria na composição” do *socio* enquanto rede.

Cabe uma ressalva quanto a utilização de diferentes perspectivas teóricas em dados momentos da pesquisa. A opção teórico-analítica da TAR, por possuir um viés meramente descritivo-narrativo do que se observa, buscando um plano de simetria entre seres-humanos e não-humanos, possibilita operar como fator de inclusão de “seres” e “coisas” para além dos humanos - todos enquanto atores sociais ou “actantes” - na explicação da realidade recortada, o que propicia uma “ecologia social” mais rica do que outras perspectivas sociológicas. Em síntese o estudo se limita a compreender o que consegue atingir empiricamente e demonstrar, não excedendo o seu campo de visão ou fazendo suposições adicionais ou especulativas de uma “ordem global”, salvo onde as “conexões” foram percebidas (passíveis de demonstração). Por sua vez, algumas interpretações teóricas diversas dessa perspectiva se mostraram de grande valia e inspiração na busca de compreender o que se objetivou estudar. Nesse sentido alguns autores foram substancialmente influentes - grande parte desses de matiz marxista e estruturalistas-constructivistas - em determinados pontos de seus pensamentos, o que se apresenta ao longo do trabalho, sem que isso implique em “confusão” metodológica. Essas influências se apresentam sobretudo na dimensão interventora da pesquisa onde a base político-ideológica fica salientada em seu caráter crítico e recorte relacionado às idealizações de acesso igualitário à cidade e das questões urbanas atreladas à sustentabilidade ambiental.

Enquanto processo sócio-técnico “a cidade” é percebida em sua crescente expansão na contemporaneidade, conforme dito, por conexões e agenciamentos entre coisas diversas (incluindo seres humanos e não-humanos) cuja rede de fluxos reais de matéria e energia se estende por onde existem ligações - por exemplo, coisas podem estar saindo de uma cidade europeia - objetos, ideias, pessoas - e vindo parar em uma cidadezinha sul-americana formando uma conexão real, empiricamente detectável. Uma via, um loteamento, uma casa, uma regra de uso para dado espaço, são formas de agenciar “coisas” - territórios, materiais, seres-vivos etc. - na composição da urbe. Contudo, esses agenciamentos são heterogêneos e se distinguem bastante - em número de conexões,

agenciamentos, adensamentos etc. - das regiões centrais para as periféricas, de uma grupo social para outro, tanto numa escala macro-global como em uma micro-local, ou seja, a extensão da “rede” em todas as suas composições se dá de forma gradual e incompleta e, dentro de um lapso temporal diverso para as diferentes escalas, todas sofrendo mudanças constantes a partir de novas conexões e agenciamentos que surgem permanentemente - a cidade não para! Dentro desta perspectiva, de inspiração deleuze-latouriana, quando a desdobramos por um viés político “enquanto algo a ser buscado”, no caso - em diversos aspectos proferido nas políticas de acessibilidade à cidade e nos ideais de sustentabilidade já incorporados nas legislações e políticas urbanas mais emancipatórias - o que se aspira é uma maior integração das conexões, de forma seletiva, incluindo aquilo que possibilita melhor qualidade de vida, autodeterminação e condições de trabalho para as pessoas (a partir de equipamentos urbanos, acessibilidades, educação etc.); e resguarde os habitats e os seres vivos enquanto partes desta composição (protegendo cursos d'água, áreas verdes, corredores florestais etc.). Para além do que se planeja e idealiza, pois isso nunca se concretiza de tal forma, a busca do estudo não é uma homogeneização das conexões - do tipo ter tudo que o outro tem ou todos devem ser iguais - mas possibilitar que os conflitos se evidenciem, que as posições sejam marcadas no mapa, nos planos, nas leis, sempre que possível pelas próprias pessoas, sempre que necessário, por quem as represente da melhor maneira, incluindo seres vivos, ecossistemas ou objetos.

Nessa direção o segundo momento do trabalho, enquanto extensão acadêmica, partiu dos próprios dados da pesquisa (muitas vezes de forma concomitante a ela), deixando marcado o aspecto político-ideológico que norteia as intervenções no sentido de buscar que os diferentes “atores” daquelas localidades possam se inserir (seus interesses) no universo “estatal”, peticionando por meio da equipe da pesquisa. Dar essa “visibilidade” às questões locais em muito coaduna com o “direito à cidade”, conforme mencionado, enquanto cidade sustentável, democrática e igualitária na gestão dos recursos públicos. As intervenções se caracterizaram enquanto “petições” direcionadas aos órgãos e entidades públicos, partindo do que se aferiu das falas das pessoas, documentos e idas a campo, sempre que possível, com a ampla participação das comunidades trabalhadas.

INTRODUÇÃO

O município de Juiz de Fora, localizado na Zona da Mata Mineira, possui estimado pelo IBGE cerca de 563.796 habitantes (2017), sendo o maior contingente desta população situado entre 15 e 19 anos, conforme pirâmide etária, com densidade demográfica de 359.59 habitantes por km². Juiz de Fora é considerada uma cidade com boa qualidade de vida, com um PIB per capita de R\$ 25.990,24 em 2015, ocupando a 98^a posição no estado de Minas Gerais. O município possui 31% da população ocupada, com rendimento médio de 2.4 salários mínimos e cerca de 30% da população recebendo até meio salário mínimo mensal per capita². Neste quesito, os dados do IBGE não ocultam a extrema assimetria na distribuição dos recursos em nível municipal, conforme a realidade do país, cuja concentração de riqueza faz com que 10% da população perceba quase metade dos rendimentos da nação³. A taxa de escolarização de 06 a 14 anos está estimada em 98,03%, com nota no IDEB de 5.4 nos anos iniciais de ensino e 4.2 nos anos finais. Além de exercer forte polarização no espaço regional, a posição estratégica do município entre os grandes centros urbanos brasileiros - Rio de Janeiro, São Paulo e Belo Horizonte - o torna bastante atrativo para investimentos em geral.

Como grande parte dos municípios de médio porte, possui alguns loteamentos populares e assentamentos urbanos já implementados e outros em implementação, dentro de suas políticas sociais ligadas à habitação. Contudo é notório, não apenas nos casos do estudo, mas de uma forma geral no município, que essas políticas habitacionais são estabelecidas de forma desarticulada ou com baixa integração com outras políticas setoriais como meio ambiente, educação, saúde, esporte etc. Os assentamentos urbanos do município apresentam diversos e distintos problemas que vão de infraestrutura, ausência de equipamentos urbanos, ocupações irregulares, violência urbana, políticas insuficientes na saúde, educação, lazer e meio ambiente. São áreas deficitárias em diversos aspectos e que escancaram a distribuição inequívoca dos recursos (humanos, financeiros, políticos) que constroem a urbe.

O estudo enfoca quatro áreas de loteamentos populares/assentamentos urbanos, denominadas Caiçaras, Vida Nova, Parque das Águas e Nova Germânia, todos situados na escala de macrozoneamento oeste do município, em área contígua e com diferentes momentos de implementação no que tange às políticas governamentais experimentadas, principalmente a partir da

² IBGE. Cidades. 2018. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/mg/juiz-de-fora/panorama>. Acesso em: 06/05/2018

³ IBGE. 10% da população concentram quase metade da renda do país. 2018. Disponível em: <https://agenciadenoticias.ibge.gov.br/agencia-noticias/2012-agencia-de-noticias/noticias/20844-10-da-populacao-concentram-quase-metade-da-renda-do-pais.html>. Acesso em: 05/05/2018

década de 2000. São áreas oriundas de políticas públicas habitacionais, enquanto loteamentos destinados especificamente à população de baixo poder aquisitivo, promovidos pelo Poder Público. Foram alocados nestes locais grupos em situações diversas, promovendo desde o assentamento de pessoas em moradias irregulares ou subnormais, grupos atingidos por catástrofes naturais que perderam suas casas ou simplesmente pessoas que adquiriram imóveis em razão das facilidades econômicas dos programas.

As áreas enfocadas, Jardim Caiçaras, Vida Nova, Parque das Águas e Nova Germânia, respectivamente, tem implementação iniciada em 1997 pelo governo municipal; seguindo em 2005, Nova Vida, com recursos da COHAB-MG; e os últimos dois integraram o PMCMV, iniciados no final de 2009. Conforme mencionado, a perspectiva metodológica adotada opera como uma narrativa de “coisas” e “pessoas” que se inserem numa rede de relações que compõem o mapeamento das controvérsias e questões que emergem dentro de um “polígono” traçado sobre os respectivos territórios e seus entornos. O referido polígono corresponde às linhas “imaginariamente desenhadas” que contornam os territórios das comunidades assentadas dando o limite geográfico da análise que, com as devidas escusas, o ultrapassa em dados momentos. Por sua vez, as controvérsias correspondem ao que está em movimento dentro desta realidade e que a constrói ou a recria, o que pode ser identificado enquanto uma simples demanda aspirada por moradores gerando efeitos locais (organização social, dissídios, associações etc.) ou algo efetivamente implementado (uma estrada, descarte de entulho, invasão de um terreno etc.), em uma realidade percebida em constante movimento, sempre possível de inserir novas informações ou atores/actantes.

Nesse sentido o presente relatório apresenta uma análise do ambiente urbano selecionado com o recorte no “campo de visão” para aquilo que esta em conflito e pode ser demonstrado, relacionando com a questão da sustentabilidade urbana e do direito à cidade. Neste quesito, possibilitando uma visão comparativa dos problemas enfrentados pelas quatro comunidades oriundas das diferentes políticas habitacionais experimentadas. As pesquisas de campo, as análises documentais e as entrevistas foram os instrumentos de coletas de dados que possibilitaram identificar os “traços dos actantes” que atuam no mapa, ou seja, possibilitaram identificar e interpretar o que se compreendeu como “problemas urbanos” no que tange à: infraestrutura, segurança, saúde, equipamentos, educação, meio ambiente e lazer. A partir dos dados diagnosticados buscou-se colocar em evidência como se deu a atuação do Estado e das pessoas associadas ao poder público ou das esferas decisórias, na composição daquelas realidades, sobretudo na efetivação ou não dos direitos sociais, civis e ambientais estabelecidos pelo ideário da Política Urbana Nacional.

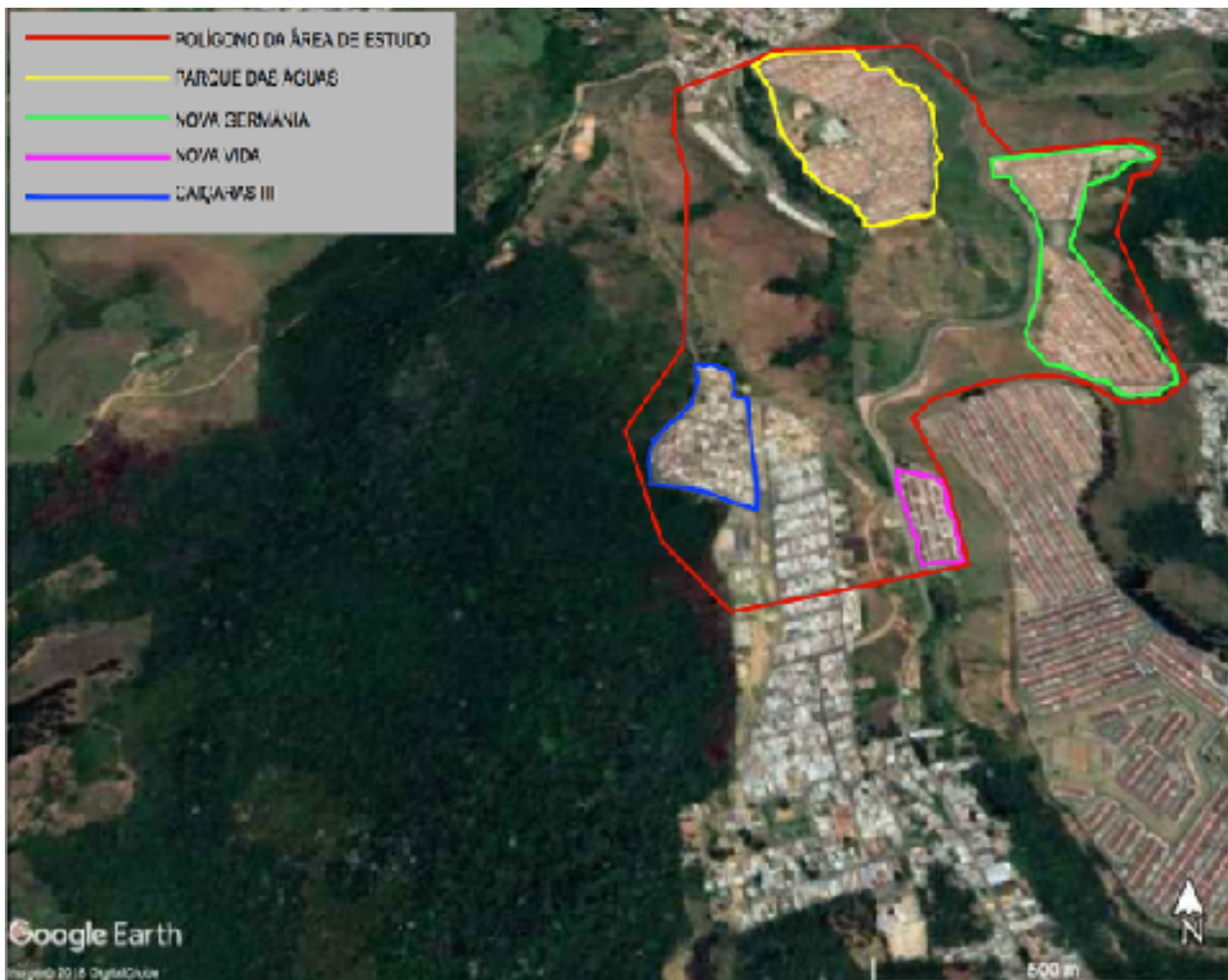
No curso do trabalho uma série de desafios se apresentaram e dificultaram o cumprimento dos objetivos idealizados no projeto. Um deles foi a envergadura dos problemas encontrados que nos fez impotentes diante de várias situações, outro grande desafio foi penetrar na sociedade de maneira a mobilizar os comunitários para trabalharem seus problemas e questões coletivas. Nos primeiros momentos do projeto utilizando-se da estratégia de se buscar as associações locais não se obteve êxito algum, simplesmente não havia capilaridade ou poder de mobilização para reunir um contingente mínimo de pessoas para se trabalhar os objetivos do projeto. Ainda assim reuniões e discussões foram empreendidas, as vezes com apenas duas ou três pessoas, nos aproximando mesmo que incipientemente daquelas realidades. Num segundo momento da pesquisa, após algumas tentativas frustradas tanto com as associações quanto com o Poder Público, foram buscadas as escolas como forma de acesso aos comunitários. Foi um grande salto de qualidade para o projeto. As escolas desempenham, nas realidades estudadas, um papel preponderante de aglutinação social, mais do que qualquer outro veículo, as escolas são penetrantes na realidade das pessoas de todas as faixas etárias, com um poder de mobilização sem comparação.

Nesse sentido devemos destacar, para etapa de extensão do projeto e para um contato mais real com a comunidade, a importância do apoio das escolas. Por sua vez, com uma agenda apertada tanto da escola quanto dos pesquisadores, nem sempre era possível conciliar todas as atividades propostas e, nem sempre que se marcava uma atividade, tínhamos a adesão social necessária, o que acabou por deixarmos parte do projeto sem ser executada. Destas, muitas encontram-se aptas a serem continuadas, inclusive com escopo pronto, sobretudo algumas oficinas e petições que em momento oportuno serão retomadas junto às escolas e para o encaminhamento às autoridades competentes.

O presente estudo está subdividido em quatro capítulos. O primeiro apresenta o polígono da pesquisa destacando o histórico da região em que se desenvolveram os empreendimentos, as principais questões socioambientais que se perfizeram e o que está sendo planejado para toda a região, pelo plano diretor, após esses empreendimentos. O segundo capítulo trata os aspectos socioeconômicos das comunidades e trava uma discussão teórica sobre o conflito de classes no Brasil. O terceiro capítulo trata das políticas habitacionais sob uma perspectiva histórica, afunilando para o contexto de cada um dos assentamentos e o respectivo histórico de implementação. Neste capítulo também expusemos a percepção dos moradores sobre as localidades em que vivem. O quarto capítulo apresenta as questões socioambientais e urbanas identificadas tanto nas pesquisas documentais quanto na percepção dos moradores e autoridades públicas, apontando como se configuraram as questões em torno da educação, saúde, segurança, lazer e meio ambiente. Por fim,

nas considerações finais são apresentadas as principais demandas sociais que foram reivindicadas ou são passíveis de serem reivindicadas em momento posterior.

1. O POLÍGONO DO ESTUDO



Mapa: polígono do estudo e comunidades enfocadas

A área do estudo está situada na região oeste e centroeste do município de Juiz de Fora em espaços que antes da implementação dos respectivos loteamentos compunham paisagens bucólicas e quase inabitadas, como pastagens (Nova Germania e Caiçaras III), um campo de futebol (Nova Vida) e uma histórica fazenda municipal denominada Unidade de Fomento Santa Cândida (Parque das Águas). O indicativo no plano diretor de 2000 - Lei 9811/2000 (que está em substituição pelo Projeto de Lei Complementar de 2018) já mencionava para as áreas em questão a vocação para loteamentos populares. O Caiçaras no Quadro 10-A: Mapa da sub-moradia em Juiz de Fora, fazia menção ao Caiçaras enquanto: “Assentamento espontâneo em área pública, sem a menor infraestrutura e as moradias são barracos. Área de risco por causa de inundações. Projeto de remoção para local próximo pela EMCASA.” Os “barracos” se situavam nas áreas e arredores de onde foi implantado o Nova Vida e o Caiçaras III. Na área onde foi implantado o Nova Germânia haviam

apenas pastagens sem ocupações irregulares. Por sua vez, na área em que foi implantado o Parque das Águas, a fazenda Santa Candida, não obstante funcionar como unidade de fomento com cursos e produção agrícola, o Plano Diretor de 2000 já externava o interesse em transformar a fazenda em loteamento popular, especificamente no item 3.3.10 - Região de Planejamento Santa Cândida: “Há interesse da Prefeitura de Juiz de Fora em lotear a fazenda Santa Cândida para habitação popular. Portanto esta região apresenta um grande potencial de crescimento urbano, com áreas de topografia favorável a construções populares para a população de baixa renda.” E conclui:

A RP Santa Cândida é uma área favorável à ocupação para a população de baixa renda, devido à sua geomorfologia, facilidade de implantação de infra-estrutura e saneamento e também à sua proximidade ao centro e outras regiões. A implantação da Via Interbairros (uma das propostas do PDDU), fortalece este potencial de crescimento urbano na região.

Contudo deve ser observada a preservação das matas e recursos naturais e minerais, das Áreas de Especial Interesse Ambiental e da Reserva Biológica de Santa Cândida⁴.

Antes dos assentamentos e loteamentos se instalarem haviam áreas de interesse ambiental, histórico e social dos dois lados do polígono, leste-oeste, que, do ponto de vista da legislação vigente à época (e ainda hoje), operariam como óbices aos empreendimentos ou lhes exigiria serem muito mais criteriosos na concepção do que de fato foram, conforme se demonstra em parte própria do estudo. De uma lado temos o Morro do Alemão e do outro a Reserva Biológica da Santa Cândida, trataremos a Unidade de Fomento Santa Candida posteriormente. O Morro do Alemão, a época dos dois primeiros empreendimentos, se tratava da área mais ambientalmente degradada de Juiz de Fora, que ainda hoje apresenta cicatrizes, mesmo após outro grande empreendimento habitacional ter se instalado no local. A Reserva Biológica é uma Unidade de Conservação de proteção integral que se caracteriza por ser legalmente uma das mais restritivas na proteção dos recursos naturais. Se considerarmos as condições existentes antes dos loteamentos populares poderíamos dizer que a fala de Ermínia Maricato (entre muitos outros) se encaixa como uma luva.

A relação legislação/ mercado restrito/ exclusão talvez se mostre mais evidente nas regiões metropolitanas. É nas áreas rejeitadas pelo mercado imobiliário privado e nas áreas públicas, situadas em regiões desvalorizadas, que a população trabalhadora pobre vai se instalar: beira de córregos, encostas dos morros, terrenos sujeitos a enchentes ou outros tipos de riscos, regiões poluídas, ou... áreas de proteção ambiental (onde a

⁴ JUIZ DE FORA. Plano Diretor

vigência de legislação de proteção e ausência de fiscalização definem a desvalorização).⁵

O Morro do Alemão, atual Neo Residencial, e a Reserva Biológica Santa Cândida - REBIO-SC, merecem destaque em tópico próprio que se segue. A região do entorno como um todo, principalmente na área conhecida como “cidade alta”, vem crescendo exponencialmente e de forma pouco criteriosa, com impactos socioambientais profundos, configurando um verdadeiro deslocamento da região central para os arredores, o que será analisado em tópico próprio do novo plano diretor.

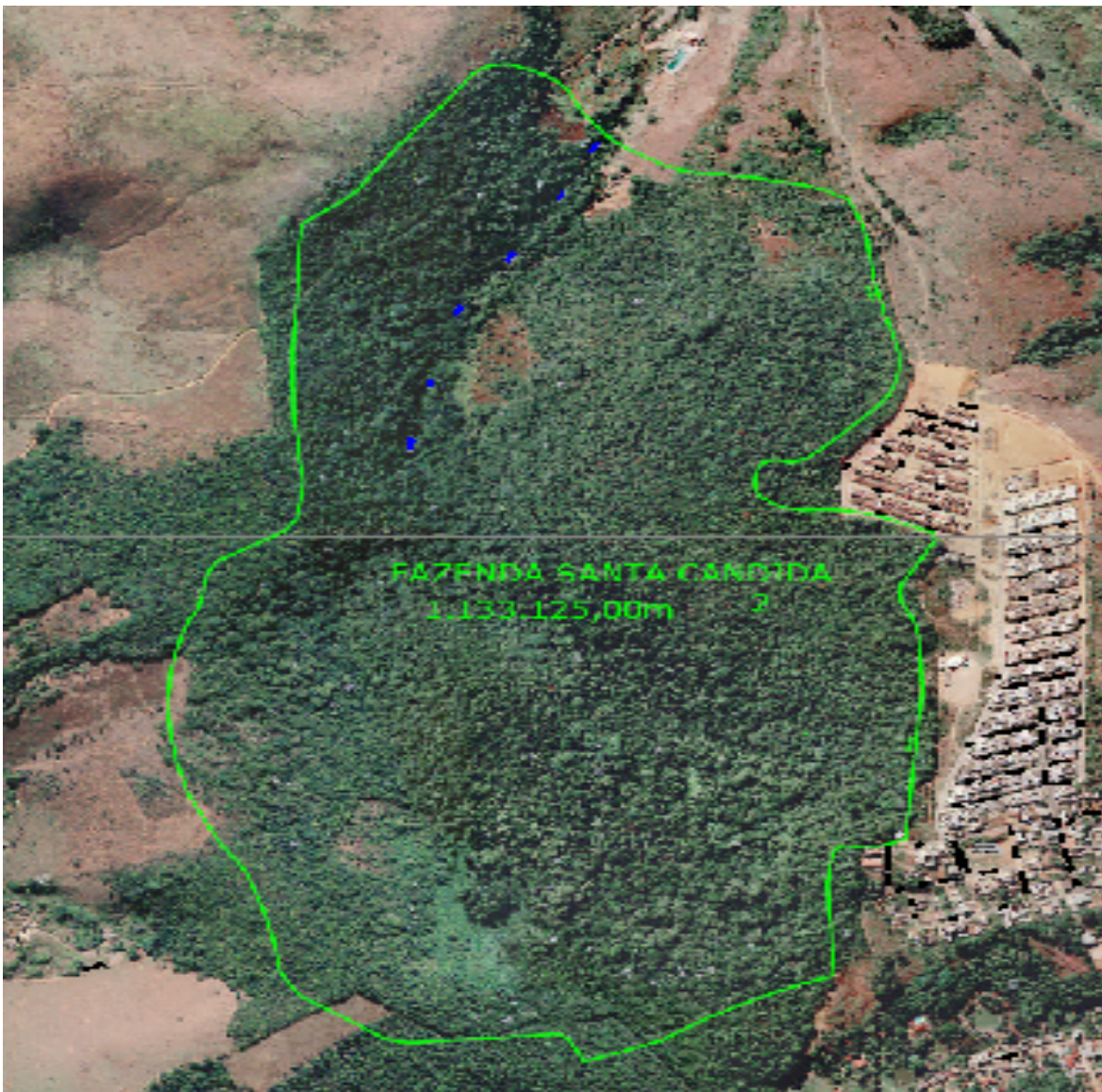
1.1. Morro do Alemão



Morro do Alemão em 2005 - Google Earth

No Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2000 o Morro do Alemão se situava na Região de Planejamento (RP) São Pedro (proximidades do bairro Borboleta), uma das regiões que segundo o Plano Diretor, seria a “mais bem servida em áreas verdes”. Contudo, o referido morro se tratava de uma área com gigantescas voçorocas, decorrentes da retirada da vegetação que protegia o

⁵ MARICATO, Ermínia. *Metrópole na periferia do capitalismo*, São Paulo, Hucitec, 1996. p. 154



solo. Em meados de 1982, sem planejamento adequado, foi realizado no local uma terraplenagem para a construção de uma fábrica da Monark, que não se desenvolveu, dando lugar a proposta de um estádio de futebol, que também não foi implementado, propondo-se depois outros empreendimentos (como aeroporto) que também não lograram êxito. O que efetivamente se implementou foi uma pista de kart e uma de motocross.

A terra abandonada por anos a fio, sem que nada fosse feito para “reparar o dano” da movimentação de terra, e da conseqüente retirada da vegetação, resultou no que se transformou em um dos principais problemas ambientais de Juiz de Fora. Com o decurso do tempo houve a intensificação no processo erosivo, devido ao escoamento superficial, em razão do clima de Juiz de Fora – tropical de altitude (Cwa) que se caracteriza por apresentar duas estações bem definidas – inverno seco e verão chuvoso, com média pluviométrica anual em torno de 1504mm. Desta forma, nas épocas de intensa precipitação, a água que antes infiltrava no solo e abastecia o lençol freático, sem a vegetação, ela passou a “bater” no solo e escoar, acarretando no “*splash erosion*” (erosão por

salpico). Além da degradação do solo, da biodiversidade, da cultura local, ocorria também a intensificação do assoreamento dos cursos d'água do entorno: Córregos São Pedro, Borboleta e Carlos Chagas e por conseqüência, do Rio Paraibuna. A despolição do Rio Paraibuna, principal do município, ficou atrelada à própria recuperação do morro do alemão.



Foto morro do alemão com invasões abaixo próximo ao local onde se instalou o Nova Vida. Fonte: ALCANTARA, Leonardo A. G.

No ano de 2008, no governo do Prefeito Alberto Bejani, o terreno do morro do alemão foi permutado com uma empresa privada, Construtora Multitek Engenharia, por um galpão no bairro São Benedito e pela recuperação da área, sob a alegação de que a Prefeitura não dispunha de recursos para a recuperação ambiental, num contexto bastante obscuro (que a pesquisa não adentrou). Conforme Geraldo⁶ a recuperação do morro do alemão estava proposta no Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável aprovado em 2001, elaborada pela Agencia Espanhola de Cooperação Internacional e Centro Iberoamericano de Desenvolvimento estratégico Urbano, o qual Juiz de Fora foi participante e recebeu recursos. A região foi recuperada por meio de

⁶ GERALDO, Watuse Miriam de Jesus. A reestruturção Urbana Pós-Fordista de Juiz de Fora. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

terraplanagem e sistema de drenagem de águas pluviais e repassado para construtora e incorporadora Abyara Planejamento Imobiliário que implementou o projeto do condomínio fechado voltado para classe média baixa denominado Neo Residencial.



Neo Residencial - Google Earth

Com a crise de 2008 a Abyara sofre uma grande perda de seus ativos e repassa o empreendimento para Interconstrutora que posteriormente o repassa para a PDG Incorporadora, decorrendo em grandes atrasos na execução da obra. O loteamento Neo Residencial foi projetado com um escopo diferenciado, com 1.214 residências e financiado pela Caixa Econômica Federal, o empreendimento goza de equipamentos urbanos como campos de futebol, quadras poliesportivas, praças, jardins, hortas etc. Por sua vez, também foi desenvolvido sem um licenciamento ambiental mais rigoroso, sem aferir os impactos urbanos com Estudo de Impacto de Vizinhança e respectivo relatório, causando um inchaço demográfico na região, sem que houvesse infraestrutura que comportasse o mesmo (vias, esgotamento, segurança etc.).

1.2. Reserva Biológica da Santa Cândida

A Reserva Biológica Municipal de Santa Cândida foi criada em 03 de junho de 1983 pelo Decreto Municipal 2904/1983. Em suas motivações, o decreto afirmou ser propriedade do município a área destinada à reserva e que esta mereceria ser protegida e preservada de forma integral e permanente, salientando a importância da proteção dos recursos naturais, como a reserva genética da fauna e da flora, para fins culturais, educacionais e científicos. O decreto considerou também, no contexto urbano, a necessidade e conveniência de se estabelecer espaços livres, arborizados e preservados com fins de equilibrar a massa natural e a edificada. Com apenas quatro artigos, o decreto estabelece a área da reserva enquanto 1.133.125,00 m², cria medidas de proteção e ação fiscal e a vincula ao antigo Código Florestal, Lei 4771/1965 que disciplinava as reservas biológicas à época.

Atualmente, as reservas biológicas são disciplinadas pelo Sistema Nacional de Unidades de Conservação - SNUC, Lei 9985/2000. A caracterização geral desta categoria de UC está estabelecida no artigo Art. 10 da referida Lei. Conforme versa o SNUC, a Reserva Biológica é uma unidade de conservação de proteção integral, que tem como objetivo a preservação integral da biota e demais atributos naturais existentes em seus limites, sem interferência humana direta ou modificações ambientais, excetuando-se as medidas de recuperação de seus ecossistemas alterados e as ações de manejo necessárias para recuperar e preservar o equilíbrio natural, a diversidade

biológica e os processos ecológicos naturais. Trata-se de UC de posse e domínio públicos, em que é proibida a visitação pública, exceto aquela com objetivo educacional, permitindo-se a pesquisa científica autorizada e conforme o regulamento da reserva (plano de manejo). Tratam-se das mais restritivas unidades de conservação junto às estações ecológicas.

A REBIO-SC encontra-se dentro do Perímetro Urbano, na Zona oeste da cidade de Juiz de Fora (21°41'20''S e 43°20'40''W), composta por terrenos adquiridos pela Câmara Municipal por volta de 1909, devido ao grande manancial de água potável ali existente, **utilizado no passado como manancial de abastecimento humano, atendendo a região norte do município** (Arquivo Histórico)^{1,2}. Além de convertida em reserva biológica, posteriormente teve parte do seu entorno legalmente protegido com a incorporação da Floresta Municipal Caiçaras, com 17,112ha, pelo Decreto do Executivo, nº 06555/1999 . Pode-se considerar também como ampliação de área protegida dois reflorestamentos referentes a compensações ambientais dos empreendimentos Onduline e Makro Supermercados em área contígua à reserva.

Segundo o relato de moradores vizinhos à Reserva, a formação florestal possui no mínimo 80 anos de regeneração. A principal atividade econômica na região foi a lavoura cafeeira, desenvolvida geralmente sob o dossel dos fragmentos florestais. Com a decadência da cultura do café, em muitos locais, observou-se a substituição desta atividade para a formação de áreas de pastagem, possibilitando a implantação da pecuária (Garcia, 2007). Acrescenta-se, ainda, a extração mineral realizada nos bairros próximos à Reserva para obtenção de caulim desde a década de 60, ocasionando, principalmente, o assoreamento dos rios na região.

Nesse sentido, a área da REBIO-SC foi uma antiga fazenda de café que se regenerou formando um fragmento de mata atlântica do tipo Floresta Estacional Semidecídua Montana. Com relevo acidentado e altitudes que variam de 760 à 960m, a área da reserva abriga diversas nascentes que alimentam um córrego no seu interior que, por sua vez, chega à antigos reservatórios, conforme Lafeté (1998), utilizados na lavagem do café na antiga fazenda, o que revela também o interesse histórico de sua conservação. A regeneração daquela área de mata propiciou a manutenção daquelas nascentes que ainda persistem como um dos poucos remanescentes de água potável da região urbana.

Essas áreas de florestas secundárias são fundamentais para os ecossistemas circundantes, pois são fontes de recursos para a vida silvestre (Gardner *et al.*, 2015 apud Fonseca, 2017), serviços ecossistêmicos e produtos florestais (Ostertag, 2001; Norden *et al.*, 2009; Chazdon, 2012 apud Fonseca 2017). Atualmente vemos um grande interesse no estudo das florestas secundárias, no seu papel, sua função, e como estão se reestruturando e regenerando dos distúrbios da atualidade assim

como os sofridos no passado (Arroyo-Rodriguez *et al.*, 2015; Bongers *et al.*, 2015 ;Baynes *et al.*, 2016 apud 2017). A regeneração de florestas secundárias é de aproximadamente 21.500 km²/ano, e gera florestas que são o reflexo da interação dos ambientes naturais e antropogênicos, resultando em ecossistemas e combinações de espécies únicas (Chazdon, 2012; Wrigt, 2010 apud Fonseca 2017).

A REBIO-SC é um elo importante de ligação entre remanescentes florestais no município possibilitando a instalação de corredores ecológicos pela sua proximidade com outros pequenos fragmentos da região. Os fragmentos florestais da região dos bairros São Pedro, Borboleta, Recanto dos Bruguers, Democrata e Vale do Ipê podem proporcionar um cinturão verde conectado à REBIO-SC, buscando as áreas não edificáveis e as previstas no Plano Diretor para tanto. A formação de corredores ecológicos é de substancial importância para a conservação de espécies, sobretudo da fauna, além de equilibrar o ambiente natural com o ambiente construído, proporcionando maior qualidade de vida para os habitantes do município. Nesse sentido é de grande importância não apenas contemplar a formação dos corredores florestais como já delimitar as possíveis áreas para formação dos mesmos no Plano de Manejo.

A REBIO-SC abriga espécies animais e vegetais características de Mata Atlântica, diversos deles vulneráveis à extinção pelas próprias condições da Mata atlântica enquanto bioma ameaçado. Além disso, uma espécie vegetal descoberta na área, *Aureliana angustifolia* Alm.-Lafetá , endêmica da zona da mata, foi publicada no ano 2000 e já constatado risco de extinção (Almeida-Lafetá, 2000; Carvalho *et al.*, 2001), essa mesma espécie está sendo estudada desde que mostrou possuir constituintes químicos capazes de inibir o desenvolvimento de *Leishmania amazonensis* (Almeida-Lafetá, 2003), um dos agentes da leishmaniose, uma doença de difícil tratamento e afeta milhões de brasileiros. Considerando que nenhum levantamento florístico e faunístico sistemático e abrangente foi feito no município, é possível que outras espécies novas e de interesse devam ser encontradas em estudos mais minuciosos.

Diversos trabalhos vêm sendo realizados pelo laboratório de Ecologia da Universidade Federal de Juiz de Fora desde o ano de 2005, mostrando a grande funcionalidade e importância dos fragmentos urbanos da cidade. Podemos citar diversas dissertações, teses e artigos, dentre elas o trabalho realizado na própria Reserva, intitulado “Estrutura e composição do estrato arbóreo em diferentes trechos da Reserva Biológica Municipal Santa Cândida, Juiz de Fora MG (Garcia, 2007)”. Nesse estudo o autor levantou no componente arbóreo, realizado a partir do método de parcelas, um total de 52 famílias, 113 gêneros e 176 espécies de plantas. Muitos outros estudos foram feitos na Mata do Krambeck (Silva, 2013; Brito & Carvalho, 2014; Moreira, 2014;

Raymundo *et al.* 2018), nos fragmentos da UFJF (Menos & Carvalho, 2012; Moreira & Carvalho, 2013, Carvalho *et al.*, 2014), no Parque Municipal da Lajinha, dentre outras matas da região.

Estudos a cerca dos vertebrados na região de Juiz de Fora foram realizados na maior parte em fragmentos de Mata Atlântica em propriedades particulares e Unidades de Conservação locais (Oliveira & Lacerda, 2004; Ribon *et al.*, 2004; Bastos Neto *et al.*, 2009; Gomides, 2010; Amorim & Andriolo, 2011; Manhães & Loures-Ribeiro, 2011; Sousa *et al.*, 2012), Em alguns desses estudos foram registradas 27 espécies de mamíferos (Bastos Neto *et al.*, 2009), 41 espécies de répteis (Sousa *et al.*, 2012), 157 espécies de aves para Juiz de Fora e 185 para os municípios limítrofes (Ribon *et al.*, 2004). Estudo realizado em uma das maiores áreas de conservação do Município de Juiz de Fora, a Reserva Biológica Municipal de Poço D'Anta, registrou 156 espécies de aves, sendo 44 são endêmicas da Mata Atlântica e seis delas apresentaram algum grau de ameaça (Manhães & Loures-Ribeiro, 2011). Em estudo realizado na Represa Chapéu D'Uvas foi registrada 33 espécies de peixes para Montante, Reservatório e Jusante da represa (Oliveira & Lacerda, 2004).

Não obstante sua importância para a conservação da biodiversidade e enquanto porção significativa de área verde na malha urbana do município de Juiz de Fora, a REBIO-SC vem sofrendo graves ameaças de diversas ordens. Além da ausência de políticas públicas direcionadas para sua proteção, há uma significativa desarticulação entre os diversos setores do governo municipal que resultaram, ao longo dos últimos vinte anos, em políticas desastrosas para toda a área, com impactos, muitas vezes de difícil reversão, se considerarmos os ideais de conservação que se vinculam à essa categoria de unidade de conservação: reserva biológica.

O avanço de edificações urbanas, planos de urbanização, condomínios, loteamentos e políticas habitacionais de assentamentos e loteamentos populares, em total descompasso e desconsideração com a REBIO-ST, resultaram numa gama de problemas de complexa resolução que dificultam com que a área cumpra sua função socioambiental. A ausência de definições precisas de seus limites, a ausência de zona de amortecimento, a desconsideração da REBIO-SC nos processos de licenciamento ambiental dos empreendimentos do entorno ou a inadequação das condicionantes ambientais, reafirmam a necessidade de se dar urgente visibilidade a essa reserva.

REBIO-ST - Efeito de borda - margem direita

As áreas menos impactadas da REBIO-SC são as da face oeste e noroeste da reserva, frente ao Recanto dos Bruguer e em direção ao bairro Milho Branco respectivamente. Esta face da reserva manteve-se cercada por propriedades rurais, mantendo-se as produções tradicionais de hortaliças, criação de gado, entre outras de caráter agrossilvopastoris. Eventuais queimadas de pastagens,



retirada de produtos florestais, caça e invasão de gado e outros animais de criação são, forma geral, problemas a serem considerados, bem como o avanço da malha urbana em um futuro próximo.

Na face sudeste e sudoeste, frente ao bairro São Pedro o avanço de condomínios e loteamentos vem formando uma grande barreira para conexão dos fragmentos florestais do entorno imediato da REBIO-SC. Tais fragmentos, **tão antigos quanto a Reserva , eram intercalados por pastagens onde atualmente estão loteando e edificando casas, causando impactos não mensurados nos processos de licenciamento ambiental.**

Na face leste e nordeste se encontram os principais conflitos socioambientais e as ameaças mais graves à Unidade de Conservação, no contexto do cumprimento da legislação aplicável. A ampliação do bairro Caiçaras com os assentamentos urbanos/loteamentos populares Caiçaras II, III e Nova Vida, bem como os empreendimentos do Programa Minha casa Minha Vida denominados Nova Germânia e Parque das Águas, fez com que toda a região sofresse uma significativa inflação demográfica sem possuir infraestrutura adequada e sem considerações efetivas ao espaço territorial protegido em questão. O bairro Caiçaras faz fronteira com a REBIO-SC e tem um uso mais intensivo da floresta, principalmente pela população mais carente, que pode ser caracterizado como

ameaça à integridade deste patrimônio público da forma como é hoje. Fica bastante nítido o efeito de borda causado, principalmente, por queimadas e invasões na área da Reserva, o que pode ser aferido com as imagens de satélite dos últimos quinze anos. Os licenciamentos ambientais dos bairros Caiçaras I e II foram corretivos, realizados após a implantação dos empreendimentos e no Caiçaras III, processo nº. 5929/2005, apesar de ter tramitado antes da implantação do empreendimento, também não contou com medidas que mitigassem efetivamente os impactos sobre a Reserva e, em todos os casos, as compensações ambientais foram parcialmente cumpridas. Não questionando a importância das políticas habitacionais, objeto da análise, mas a desarticulação com as políticas ambientais vem resultando acirrados conflitos desnecessários, o que reforça a necessidade de que o Plano de Manejo se integre a vida dessas comunidades e lhes propicie melhoras urbanísticas e possibilite uma nova relação com a Reserva, conciliando os diferentes interesses que recaem sobre a região.

Por sua vez, os demais loteamentos populares/assentamentos urbanos Nova Vida, Nova Germânia, Parque das Águas e Jardim Cachoeira, além dos graves problemas urbanísticos e sociais que vivenciam, estão nas proximidades da reserva e entre as áreas possíveis para a formação de corredores florestais. Dentro das premissas que norteiam a presente pesquisa, estas áreas devem ser integradas na elaboração do Plano de Manejo, buscando a participação e envolvimento comunitário de forma a lhes possibilitar melhorias nas condições ambientais e projetos que conciliem interesses. Podem ter suas áreas de entorno integrados nos projetos de formação de corredores florestais e políticas ambientais direcionadas pelo Plano de Manejo que facultem o disciplinamento territorial necessário para o desenvolvimento sustentável da urbe.

Dentro exposto, é possível afirmar que os maiores desafios vivenciados pela REBIO-SC estão relacionados à um modelo de expansão urbana que apresenta políticas públicas e interesses diversos e desconexos, e que tornaram a Reserva “invisível” dentro desse contexto. Nesse sentido se faz premente um processo aprofundado de conhecimento da área, seus problemas e suas potencialidades, apresentando a mesma como um grande ativo para a cidade e não o contrário. Um processo que possa estabelecer as estratégias de conservação e as normas de uso dessa área de forma a construir uma convivência equilibrada com a área protegida, com a comunidade existente e com as políticas que recaem na região da mesma. Como esse processo requer o envolvimento de uma pluralidade de atores, a construção do mesmo só pode se dar de forma participativa, sobretudo daqueles que são imediatamente atingidos pelas políticas de conservação.

A produção do espaço urbano de Juiz de Fora vai sofrer uma significativa reestruturação após se instituírem os “Planos Urbanos”, principalmente com o Plano Estratégico de Desenvolvimento Urbano Sustentável, segundo Geraldo⁷, em que o município passa a integrar de forma mais significativa a lógica de expansão das urbes globais. Sem intenção de aprofundarmos nestas questões, em apertada síntese, podemos destacar os principais documentos até a atual revisão do Plano Diretor do município (2018).

No final da década de 1970 foi elaborado o “Plano Diretor da Cidade Alta”⁸ com fins de direcionar o crescimento da região que englobava 16 unidades urbanas⁹, concebida como a área mais atrativa para o crescimento da cidade, “um futuro novo centro”, principalmente para o público de maior poder aquisitivo. O plano previa desde vias, praças, equipamentos urbanos em geral, bibliotecas, calçadas, cerca de dez áreas protegidas¹⁰, entre outras coisas, buscando antecipar o crescimento da região e dota-la de infraestrutura compatível com o que se esperava, interconectando-a com a região norte da cidade, também contemplada em parte no plano. Contudo o plano não foi aprovado por questões políticas do momento, mas parte do que se propunha foi inserido em outros planos.

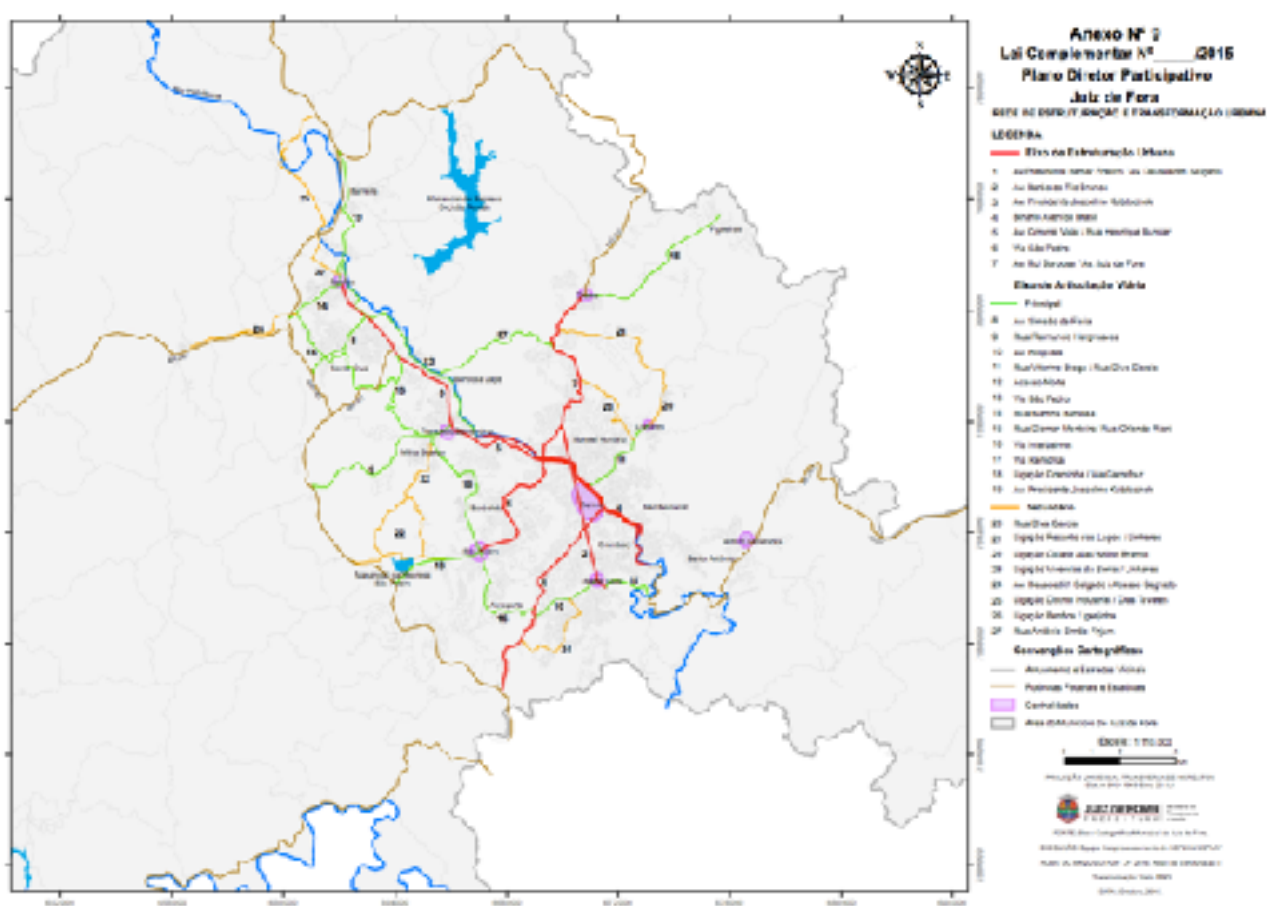
O Programa Nacional de Apoio às Capitais e Cidades de Porte Médio, foi outro instrumento que influenciou no crescimento da cidade, com aportes financeiros significativos na época, influenciando a área do presente estudo, entre outros, com a criação do “Expominas” na cidade alta e reafirmando a necessidade das vias de interconexão dos bairros (interbairros). Na mesma direção se deu o Plano de Desenvolvimento Sustentável, com aportes significativos em infraestrutura e saneamento, contemplando os eixos: “Sustentabilidade Econômica e Dinamismo dos Negócios;

⁷ GERALDO, WATUSE MIRIAM DE JESUS. A reestruturação Urbana Pós-Fordista de Juiz de Fora. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.

⁸ JUIZ DE FORA. **Plano diretor da Cidade Alta**. Síntese. Juiz de Fora: Prefeitura Municipal, 1978

⁹ Santos Dumont, São Pedro, Borboleta, Universidade, Novo Horizonte, Casablanca, Aeroporto, Serra D'Água, Parque Imperial, Estádio, Vargem Alegre, Senhor dos Passos, Bosque do Imperador, Viña D'el Mar, Pau Brasil e Cruzeiro

¹⁰ Desta penas o Parque da Lajinha foi criado em 1982, a reserva de Santa Cândida foi instituída no ano seguinte como unidade de proteção integral e o Morro do Cristo foi instituído como área ambiental tombada. GERALDO, WATUSE MIRIAM DE JESUS. A reestruturação Urbana Pós-Fordista de Juiz de Fora. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação do Departamento de Geografia da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2014.



Informação e Conhecimento; Modernização da Administração Pública; e Sustentabilidade Ambiental.¹¹ Tais planos vão culminar no Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano de 2000, seguindo a lógica que Geraldo, valendo-se da base teórica de Harvey, designa enquanto pós-fordista no desenvolvimento urbano.

(Falar do Harvey e sua perspectiva)

Após dezoito anos da primeira versão do Plano Diretor de Desenvolvimento Urbano - Lei 9.811/2000, anterior ao Estatuto da Cidade inclusive - Lei 10.257/2001, o atual Plano Diretor¹² recebe o nome de Plano Diretor Participativo - PDP (mais afim às aspirações do Estatuto da Cidade), e vem dar continuidade ao processo de “ordenação e zoneamento” para o crescimento da cidade. O processo de participação iniciado em 2013 (que tivemos a oportunidade de acompanhar em alguns momentos) está sintetizado em documento próprio, relatando os três eixos de elaboração com 109 delegados, dentre estes, 43 membros de movimentos populares. Os setores de elaboração foram: o governamental, os movimentos populares e as entidades da sociedade civil, por meio de

¹¹GERALDO, Watuse Miriam de Jesus. op. cit. p.

¹²No momento da revisão deste relatório o projeto de lei complementar estava com aprovação na câmara e aguardando a sanção do prefeito municipal.

capacitações, conferências, colóquios, destacando papel especial para a Universidade de Juiz de Fora. Nos bastidores, nos foi comunicado em uma oportunidade, que os setores ligados à construção civil e ao mercado imobiliário de forma geral, estavam se reunindo reiteradamente nas Secretarias de Governo e dando menor importância à participação nos fóruns participativos do Plano. Em 2015 o texto final participativo foi entregue após uma conferência. Por sua vez, quando da entrega à Câmara dos Vereadores pela Prefeitura em 2016, o texto apresentava diversas alterações em relação ao confeccionado nos fóruns participativos, o que gerou o descontentamento de alguns atores. Outrossim, setores dos segmentos sociais afirmam que nos moldes aprovados, por possuírem um caráter mais amplo e genérico, serão necessárias diversas regulamentações para colocar o plano em prática o que obrigará uma revisão da defasada legislação urbana de Juiz de Fora.

O PDP busca sair do modelo monocêntrico de cidade ao estimular as centralidades locais e regionais, criando sete políticas de desenvolvimento urbano: I - Política de Habitação de Interesse Social; II - Política de Saneamento Básico; III - Política de Mobilidade Urbana; IV - Política Ambiental; V - Política de Preservação do Patrimônio Cultural; VI - Política de Desenvolvimento Econômico Sustentável; VII - Política de Prevenção, Proteção e Minimização de Riscos e Desastre. A área do estudo na atualização do plano diretor manteve-se na Região de Planejamento Centroeste (Parque das Águas) e Oeste (Nova Germania, Nova Vida e Caiçaras) do distrito sede, respectivamente nas Unidades de Planejamento CO4 - Cerâmica e O1 - São Pedro; e no macrozoneamento M1- Macroárea de Requalificação, Consolidação ou Expansão Urbana e Macrozonas MZQ (Parque das Águas) e MZR (Nova Germania, Nova Vida e Caiçaras). Em todas as áreas e zonas há menção reiterada sobre a preservação do patrimônio histórico, cultural e ambiental, salientado em diversos artigos, enquanto diretriz do desenvolvimento junto à promoção da cidade democrática, igualitária, com qualidade de vida etc.

A Macrozona de Consolidação e Qualificação Urbana - MZQ corresponde à região mais urbanizada da cidade, onde se encontram as maiores densidades demográficas, concentração de comércio, serviços, usos institucionais, além de conter o núcleo histórico da cidade. Em geral, são áreas muito diferentes do que é o Parque das Águas.

A Macrozona de Requalificação e Estruturação Urbana - MZR corresponde à Região de Planejamento Oeste, “Cidade Alta”, onde estão localizados importantes equipamentos de porte regional e grande potencial de crescimento, o que, conforme o PDP “requer tratamento especial considerando sua importância estratégica para a cidade”. Para esta parte específica, dentre outros, dois pontos chamam a atenção para o trabalho, ambos no artigo 52 que menciona enquanto objetivos específicos:

VI - promover a requalificação urbana e regularização fundiária sustentável de interesse social dos assentamentos precários, com oferta adequada de serviços, equipamentos e infraestruturas urbanas;

VIII - incentivar a provisão de habitações de interesse social e mercado popular prioritariamente para a demanda local, viabilizando a fixação da população local de forma adequada, com qualidade e evitando as mudanças involuntárias da população entre bairros.¹³

O crescimento vivenciado na “Cidade Alta”, com o adensamento populacional dos últimos anos, repercutiu em muitos pontos negativos tendo como consequência significativa depreciação na qualidade de vida dos moradores e severos impactos socioambientais (conforme já mencionamos alguns) com diversos empreendimentos ali experimentados como: assentamentos e loteamentos populares mal planejados; condomínios de diferentes padrões (alto luxo à classe média baixa) que fraturam todo o território, segregam as pessoas e limitam o direito de ir e vir; a catastrófica BR 440, criminosamente construída sem atendimento mínimo à legislação ambiental¹⁴, entre outros empreendimentos que vêm causando, dentre outras consequências: o inchaço no trânsito que não tem para onde escoar, formando gargalos em diversos pontos; aumento exponencial da criminalidade; perdas expressivas de matas nativas (principalmente na primeira década do milênio) etc.

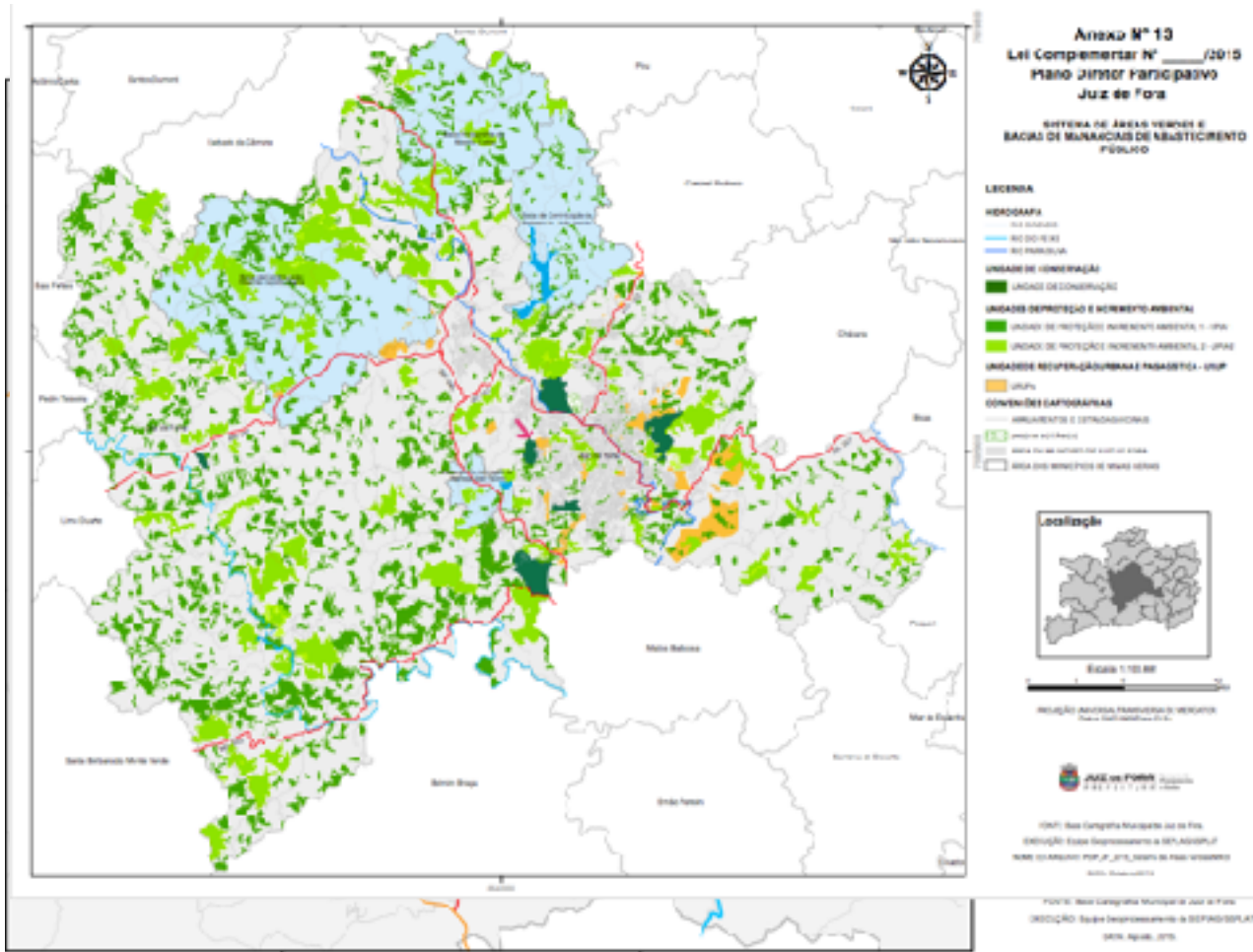
A denominada Rede de Estruturação e Transformação Urbana trata o processo de transformação e qualificação urbanística que recai sobre certas áreas, onde se propõe a redefinição dos parâmetros de uso e ocupação do solo, tendo em vista a capacidade de absorver um maior contingente habitacional, atividades de comércio e serviços e uma maior oferta de serviços e equipamentos públicos. Na proposta dos segmentos participativos as áreas enfocadas pela pesquisa, o mapa apresenta melhor detalhamento, o São Pedro representa uma “centralidade” (concentra comércio e serviços) que possui como eixo estruturador a “ligação cidade alta” (onde se deram as obras da BR440) e precisamente nos quatro assentamentos percorrerá a “via interbairros - porção oeste” (número 4 linha e 11 tracejado do mapa abaixo).

Na versão modificada pela prefeitura o mapa é menos detalhado, mantendo-se as qualificações para a cidade alta e apresentando a via interbairros nas áreas enfocadas do estudo como um traçado único (em verde com número 16).

Cabe destaque especial para esta via interbairros principalmente na porção em que atinge o Nova Vida e as outras áreas ocupadas, sendo pertinente a realização de Estudo de Impacto Ambiental e Estudo de Impacto de Vizinhança, com seus respectivos relatórios, antes da realização da obra, possibilitando a inclusão dos interesses dos atingidos ou devidas compensações de danos

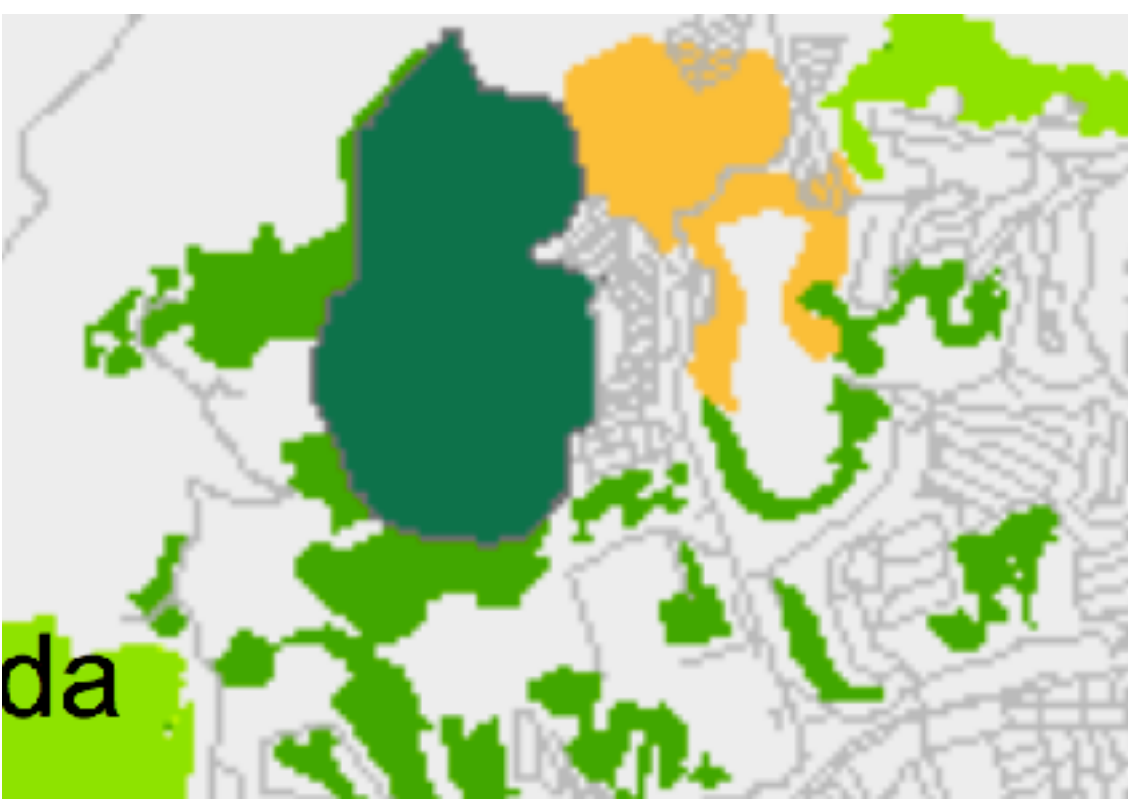
¹³ JUIZ DE FORA. Projeto de Lei Complementar 2018. Plano Diretor Participativo. 2018

¹⁴ Sobre a BR440



socioambientais. Se o traçado cumprir o mesmo da atual Avenida Senhor dos Passos provavelmente não suportará o fluxo que será criado, depreciando ainda mais a qualidade de vida na região, visto que já ocorre transito pesado na via, principalmente após a abertura da saída pelo Parque das Águas, ligando as regiões oeste e centro-oeste. Neste sentido se faz pertinente um binário com a mesma via, contemplando o traçado na proposta anterior e na Av. Senhor dos Passos concomitantemente. Conforme se aduz, a via está prevista antes mesmo do plano diretor de 2000,

n o
entanto



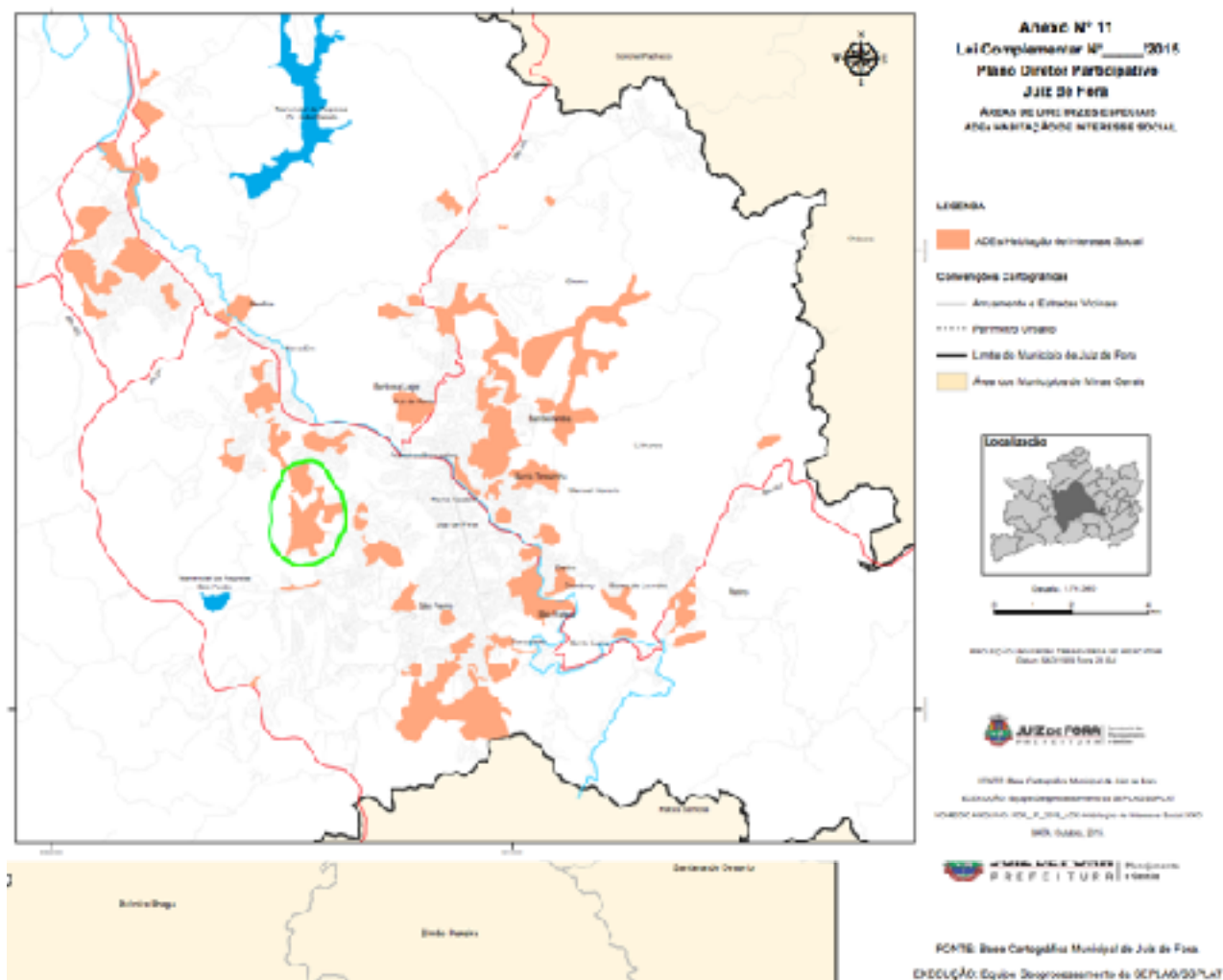
realizaram o loteamento do Nova Vida na área em que a mesma se direciona, sendo de extrema necessidade considerar o interesse dessa comunidade para mudar-lhes o status de “sujeitos deslocáveis” . Outro ponto se dá quanto as áreas das Unidades de Recuperação Urbana e Paisagística-URUP e Unidade de Proteção e Incremento Ambiental - UPIA, na porção inferior do morro do alemão em que a via poderá percorrer. Neste caso, a preservação das nascentes próximas ao Nova Vida são extrema importância, bem como a possibilidade de permanecer o córrego tributário do córrego São Pedro ao lado da via, junto ao fragmento florestal, como forma de recuperar sua função ecológica, canalizando o esgoto que é lançado no mesmo.

Afunilando a análise cabe menção às Áreas de Diretrizes Especiais que se subdividem em três modalidades sendo: I - Áreas de Diretrizes Especiais Ambientais - ADEs Ambiental; II - Áreas de Diretrizes Especiais da Habitação - ADEs Habitação; III - Áreas de Diretrizes Especiais da Cultura - ADEs Cultura. Essas áreas complementam e se sobrepõem ao zoneamento prevalecendo as suas diretrizes e, quando sobrepostas ente si, estabelecendo a compatibilização de todas as três modalidades.

As ADES Ambientais são áreas que possibilitam a formação de corredores ecológicos/florestais, integração de áreas protegidas ou de áreas verdes urbanas, entre outras mediadas correlatas. São áreas que possuem relevante valor ambiental seja por possuírem ecossistemas íntegros ou áreas que necessitam recuperação ambiental. Tais áreas requerem para cumprirem as funções planejadas no PDP um “Plano Específico” participativo devem contemplar, além de elementos de requalificação urbanística e recuperação e proteção ambiental, ações para o desenvolvimento socioambiental da comunidade. Conforme se destaca em amarelo no mapa abaixo, todo o polígono do estudo esta incorporado em uma ADEs Ambiental.

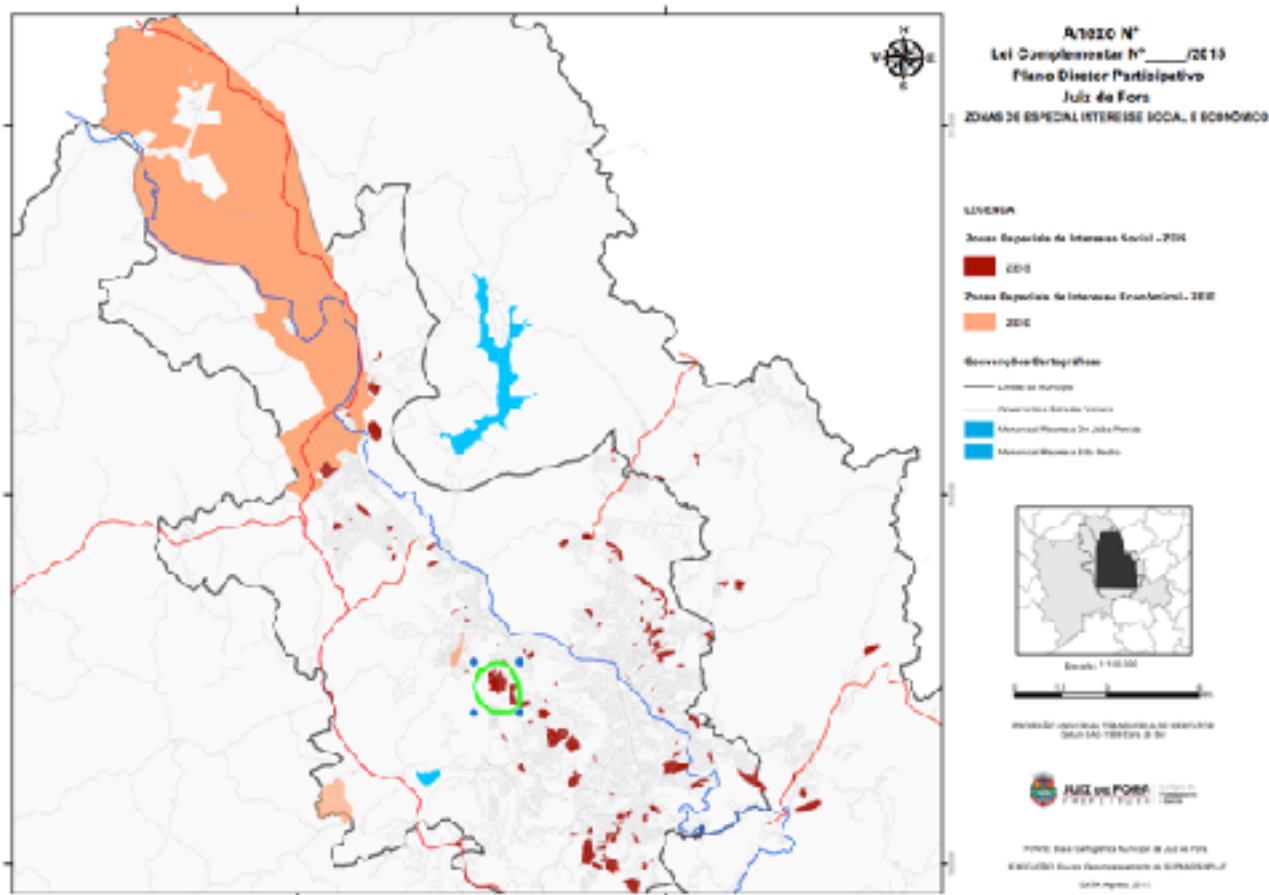
PDP - ADEs Ambiental

Outra Área de Diretriz Especial que recai sobre a área do estudo é a ADE Habitação. Essas áreas representam os territórios que contém “Zonas de Especial Interesse Social - ZEIS” em que se objetiva a requalificação urbanística, a regularização fundiária, a inserção de serviços e comércio de caráter local, equipamentos sociais e culturais, espaços públicos e infraestrutura urbana, bem como a recuperação de imóveis degradados. Entretanto, para que a ADE Habitação tenha suas diretrizes postas em prática é necessário a elaboração dos “Planos Específicos de Requalificação Urbana - PES” (assim como as ADEs Ambientais), participativos, que devem contemplar os objetivos da Macrozona e são concebidos como projetos de requalificação urbanística com a finalidade de “reduzir os desequilíbrios urbanos e sociais” decorrentes das ocupações irregulares. O mapa abaixo apresenta a ADE Habitação que envolve toda a área do estudo e entorno circundado em verde.



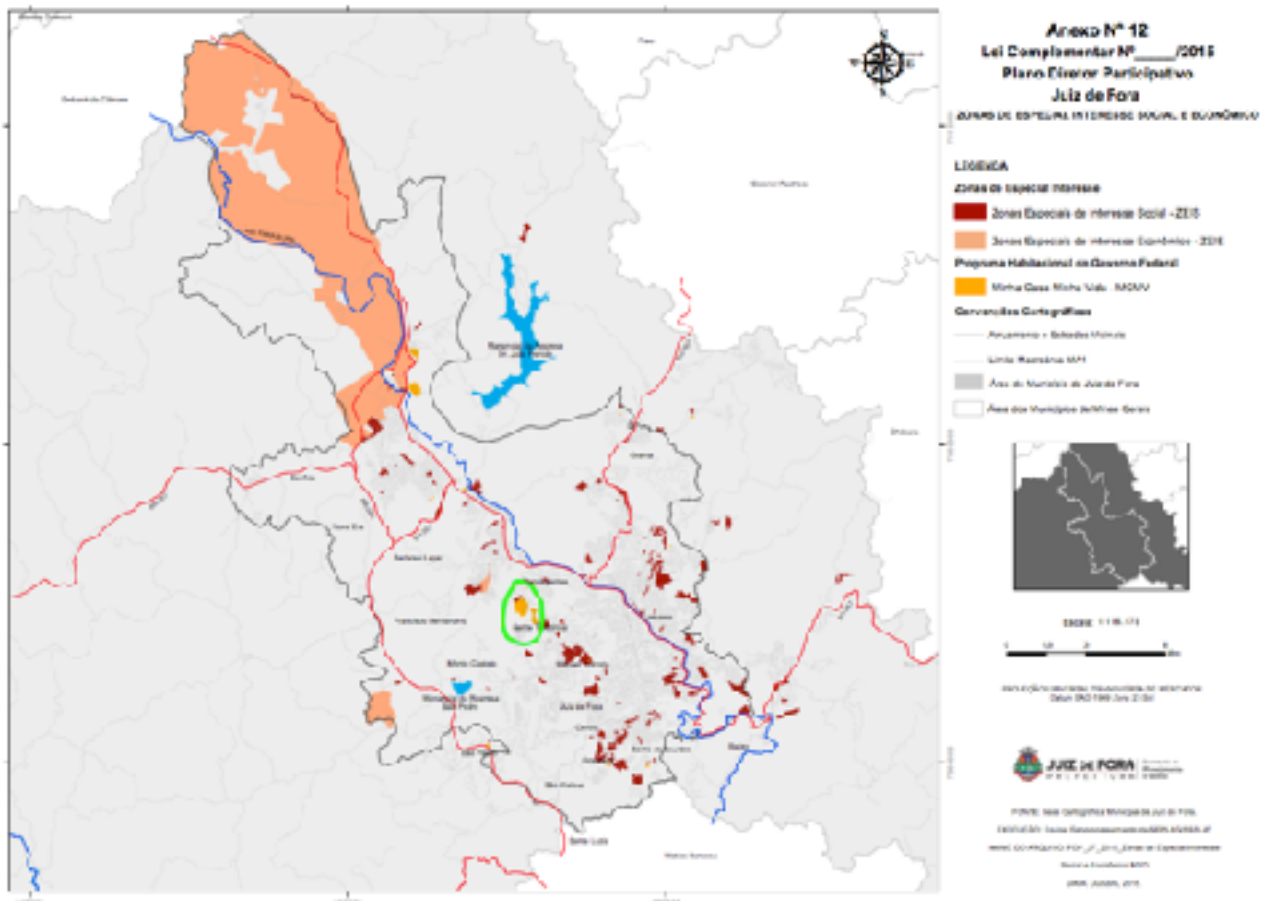
No que tange ao Zoneamento das áreas de interesse social constantes na versão do PDP apresentada pelos segmentos participativos, às áreas correspondentes ao Parque das Águas e Nova Germania estavam inclusas enquanto ZEIS. Conforme imagem, Seis em vermelho com destaque em verde para a área da pesquisa.

Na versão modificada pela Prefeitura, tais áreas ganham qualificação diversa enquanto “Programa Habitacional do Governo Federal - Minha Casa Minha Vida”, em amarelo no mapa abaixo. Esta qualificação está sem previsão na própria lei do PDP, o que gera uma lacuna em áreas cuja a escolha e direcionamento das obras do programa habitacional se deu conduzida pela própria prefeitura e não pelo governo federal. Em ambos os casos - versão dos segmentos e da prefeitura - as áreas do Caiçaras III e Nova Vida ficam invisíveis, não sendo especificadas como Zonas Especiais de Interesses Social, ressaltando aqui as condições similares aos conjuntos habitacionais do PMCV e a presença de invasões e outros problemas urbanísticos que requereriam atenção diferenciada. A imagem da versão aprovada na Câmara. A PDP dá o conceito de Zonas Especial de Interesse Social no artigo 108:



As Zonas Especial de Interesse Social - ZEIS, representadas no Anexo 12, são porções do território caracterizadas pela presença de assentamentos de urbanização precária, ocupadas por população predominantemente de baixa renda, socialmente vulnerável, com baixos índices de desenvolvimento humano, com presença ou não de riscos geológicos e de inundação, necessitando de disciplina particularizada de uso e ocupação do solo, objetivando sua requalificação urbanística e/ou sua regularização fundiária de interesse social.

Para área em estudo, por suas próprias atribuições - unidade de conservação de proteção integral, diversos fragmentos florestais e áreas degradadas concomitantemente - chama maior atenção no planejamento proposto no PDP o “Sistema de Áreas Protegidas, Áreas Verdes e Espaços Livres”. Estas áreas são consideradas de interesse público para o cumprimento de funcionalidades ecológicas, paisagísticas, produtivas ou de lazer e cultura. Gozam ainda de estratégias próprias de manutenção, com operações urbanas consorciadas, transferência do direito de construir, outorga onerosa do direito de construir e institutos financeiros e tributários. Cabe destacar que para as áreas de estudo, no momento de implantação dos loteamentos populares e demais políticas habitacionais as características ambientais dos locais não foram consideradas, ao invés, parte dos licenciamentos ambientais se deram de forma corretiva e ad referendum e, em todos os casos, sem estudos satisfatórios para os impactos ambientais e urbanos que foram causados, conforme se demonstra em parte própria do trabalho.



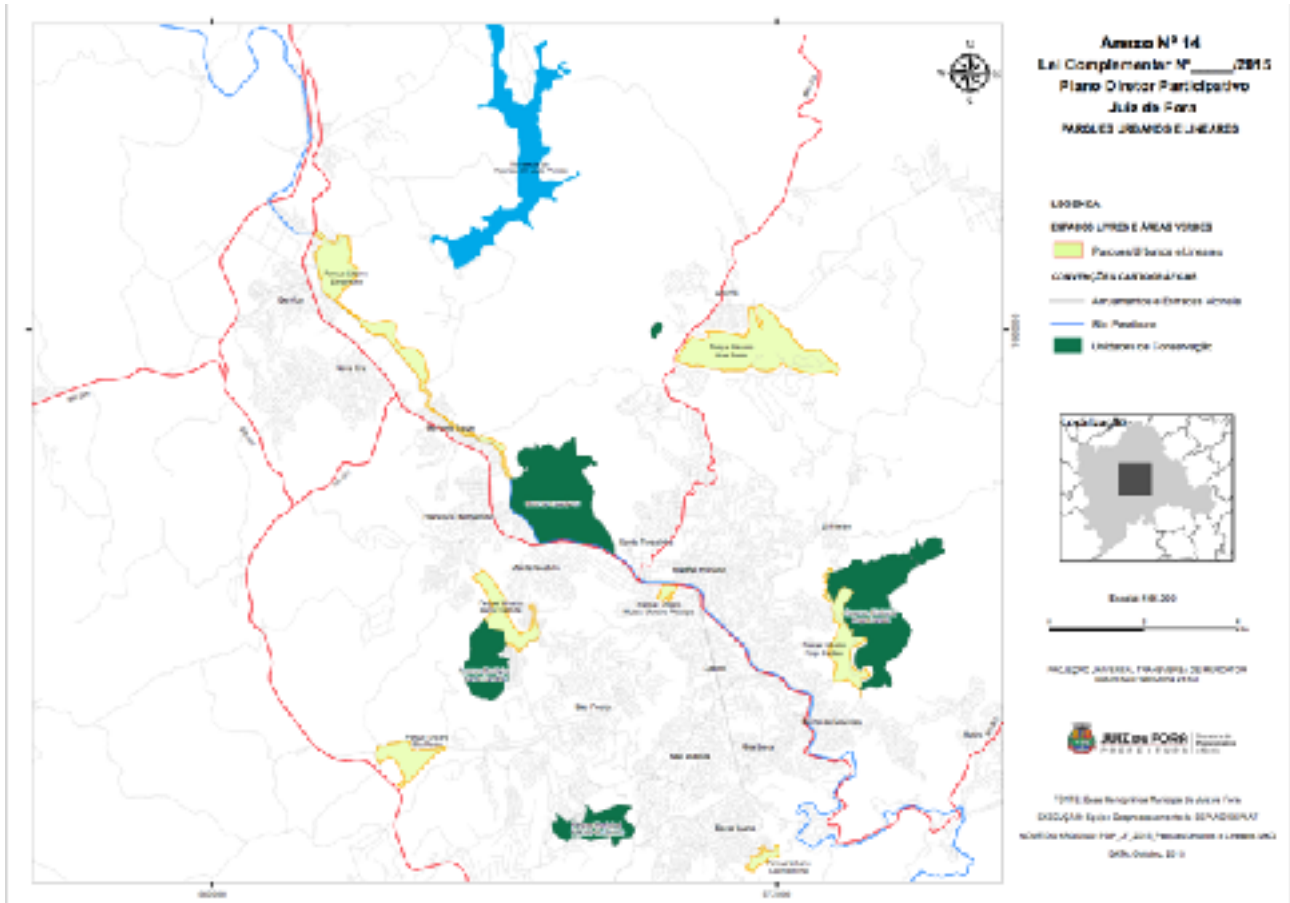
As áreas foram categorizadas enquanto Unidade de Recuperação Urbana e Paisagística - URUPs, que ocupa praticamente todo o entorno do Parque das Águas, Caiçaras, Nova Vida e Nova Germânia. Um pouco a frente, circundando a área do Neo Residencial, foi criada uma Área de Incremento Ambiental I - UPIA 1; e ao lado do Nova Germânia, no fragmento florestal que se estende pelos bairros Borboleta e Democrata, uma Unidade de Proteção e Incremento Ambiental 2 - UPIA 2. Enquanto as UPIAs 1 devem ser regulamentadas por Eli específica, as UPIAs 2 devem ser espaços convertidos em Unidades de Conservação (seta vermelha).

Conforme se destaca na aproximação, na área em amarelo temos as URUPs (na encosta face à REBIO-SC e no Morro do Alemão face São Pedro e Borboleta até a metade), na verde escuro a REBIO-SC e na verde e verde claro as UPIAs 1 e 2 (outra metade do morro do alemão e face leste do Nova Germânia respectivamente).

As Unidades de Recuperação Urbana e Paisagística - URUPs se caracterizam por serem porções do território ambientalmente frágeis, por suas características geológicas e geotécnicas, pela presença de áreas degradadas e passivos ambientais, nesse sentido demandando cuidados especiais para sua conservação. Conforme destacado o morro do alemão e a encosta que circunda o Parque das Águas possuem essas características, ressaltando que em ambos os casos há presença de fragmentos florestais em estágio médio e avançado de regeneração. Como a função precípua dessas áreas é prestar serviços ambientais essenciais para a sustentação da vida urbana das gerações presentes e futuras, também se faz necessário projeto específico para cada URUP, que contemple: I - as ações mitigadoras e/ou compensatórias, priorizando o reflorestamento; II - as normas de parcelamento, uso e ocupação do solo; III - critérios para o controle de atividade industriais e agrícolas e de extração mineral. No caso em tela, a principal preocupação deve ser o crescimento e ocupação desordenados promovidos nas próprias comunidades do estudo, com ou sem aval de lideranças políticas.

Por fim cabe destaque a previsão do Parque Urbano Santa Cândida que faz fronteira com os quatro assentamentos do estudo, Caiçaras, Nova Vida, Nova Germania e Parque das Águas. Os parques urbanos são qualificados enquanto áreas públicas ou privadas, com características ambientais, locacionais e/ou vocacionais, que permitem a criação de espaços públicos de lazer e prática de esportes, podendo ainda serem dotados de espaços destinados a atividades culturais e de entretenimento, objetivando o bem estar social da população e a integração ao meio ambiente.

Apesar das várias proposições no sentido de “integrar as áreas” em que se realizaram os programas habitacionais objeto do estudo, a simples previsão dessas medidas, quanto mais dependentes de regulamentações específicas como na maioria dos casos, no máximo configuram uma “garantia fraca” enquanto limitações do uso do solo e crescimento desordenado; e um compromisso igualmente fraco de um direcionamento de políticas públicas e recursos para efetivação do que se propõe na região. É nesse sentido que operacionalizar o “plano” conhecendo-o no que se propõe e, a partir daí, construindo reivindicações participativas e formalizadas, com base em dados e elementos das realidades locais, é de suma importância.



2. BREVES CONSIDERAÇÕES SOBRE OS MORADORES E A SOCIOECONOMIA

2.1. Aspectos socioeconômicos das realidades recortadas

A utilização de indicadores como base interpretativa para a realização de diagnósticos e, a partir destes, para a construção, direcionamento e priorização de políticas públicas, é uma estratégia bastante utilizadas nos diversos setores governamentais como segurança, saúde, vulnerabilidade social, meio ambiente etc. A busca da objetividade conduz à análise de dados que possibilitam quantificar, qualificar e mensurar dadas realidades nos aspectos recortados pelos critérios metodológicos estabelecidos. Ainda que de forma acrítica e simplificadora em regra, dentro de um paradigma moderno incapaz de apreender a complexidade dos fenômenos sócio-naturais, as estatísticas, os gráficos e os índices produzidos são processados dentro das repartições públicas e convertidos em propostas, planos ou projetos que, quando revertidos para a realidade de onde se extraíram os dados, buscam integrá-la aos parâmetros idealizados, modificando-a de maneira mais ou menos significativa. Nesse sentido formando ou extinguindo conexões e agenciamentos, criando ou recriando realidades a partir das informações processadas das coisas e pessoas que existem em dado local, passando a incorpora-las à rede tecno-social. É sob esse viés que instruímos a nossa interpretação sobre as famílias das áreas estudadas e como estas são percebidas nas esferas governamentais, sobretudo do município.

As famílias vulneráveis socialmente, que representam um contingente significativo e uma questão verdadeiramente arraigada no Brasil, são beneficiárias de diferentes políticas públicas em todo o país, nas diferentes esferas de governo, que apresentam resultados também muito variados. O Bolsa Família do Governo Federal idealizado e implementado no governo Lula, em 2004, com a unificação de outros programas já existentes, é uma destas políticas que ganhou grande notoriedade por sua abrangência e resultados, retirando milhões de pessoas da extrema pobreza ao longo dos anos de sua implementação.

Além dos expressivos resultados da política em si, que pesem as críticas de necessárias adaptações, a mesma serviu para alimentar significativamente o sistema de coleta e armazenamento de dados criado no governo Fernando Henrique em 2001, o Cadastro Único para Programas Sociais - CadÚnico. Com o cadastramento e a manutenção de dados de milhões de famílias com renda inferior a meio salário mínimo até três salários mínimos, o CadÚnico se revelou um monumental estoque de informações sobre as famílias carentes brasileiras, base para mapeamentos e diagnósticos, além de notório instrumento de articulação entre as esferas municipal, que executa os cadastramentos, estadual que se utiliza dos dados no direcionamento de suas políticas e federal, responsável pelo cadastro que é processados por meio do Agente Operador do Cadastro Único, a Caixa Econômica Federal.

Por sua vez, o CadÚnico foi base para criação e a elaboração pelo Ministério do Desenvolvimento Social e Combate a Fome do Índice de Desenvolvimento Familiar, o IDF. Tal índice, que pontua de uma escala de zero a um em que quanto mais alto o índice melhores as condições, buscou superar as perspectivas que avaliavam a pobreza com base em indicadores de renda e consumo, buscando uma interpretação mais multidimensional para o fenômeno. Nesse sentido, incorpora mais dimensões enquanto componentes e indicadores da vulnerabilidade social de famílias, sendo precisamente seis dimensões, vinte e seis componentes e quarenta e um indicadores. Abrange as seguintes dimensões: a) vulnerabilidade familiar - mede os recursos adicionais despendidos para atender as necessidades básicas, por exemplo, uma família com gestante ou lactante, ou com crianças, idosos, deficientes etc. possuem mais gastos e menos rendimentos, nesses sentido estão mais vulneráveis; b) acesso ao conhecimento - o capital cultural é indispensável para que as famílias possam se posicionar melhor na sociedade, o índice afere os indicadores de analfabetismo e escolaridade em todos os níveis; c) acesso ao trabalho - este indicador afere a possibilidade de se empenhar o conhecimento útil ou profissional em atividades produtivas, nesse sentido observa a disponibilidade de trabalho, qualidade e remuneração; d) disponibilidade de recursos - este quesito está relacionado com a renda aferida *per capita* da família, enquadrando s rendimentos e despesas conforme, extrema pobreza, pobreza e capacidade de geração de renda; e) desenvolvimento infantil - o plano de desenvolvimento das crianças reflete diretamente no futuro da sociedade, nesse sentido aqui se afere o trabalho precoce, o acesso a escola e o progresso escolar; f) condições habitacionais - ligada diretamente à qualidade de vida e salubridade ambiental o indicador afere itens como: propriedade (posse e domínio), déficit habitacional; abrigabilidade, acesso a abastecimento de água, acesso à saneamento, acesso à coleta de lixo e acesso a energia elétrica. Conforme se depreende o IDF busca uma maior amplitude de dados para diagnosticar a vulnerabilidade social, ampliando um pouco a visão economista que percebe a renda e consumo como principais indicadores.

Juiz de Fora possui uma estrutura bastante equipada para o desenvolvimento e implementação de políticas sociais e se vale do CadÚnico para identificar as famílias vulneráveis e mapeá-las. As políticas municipais visam de uma forma geral melhorar a qualidade de vida das pessoas em risco social, possibilitar o acesso à educação, aos programas sociais, à saúde, desenvolvimento infantil, inclusão no trabalho e melhorias nas casas, com programas de Vigilância Social. Na busca da concretização destas políticas o município dispõe de mais de uma dezena de Centros de Referência de Assistência Social - CRAS, cerca de quatro Centros de Referência Especializado em Assistência Social - CREAS, Serviço de Proteção Social Especial e mais de uma centena de entidades inscritas no Conselho Municipal de Assistência Social.

Na identificação do IDF as famílias foram agrupadas em cinco categorias, com pontuação estabelecida em cores respectivas, sendo: D1 - Azul e intervalo do IDF entre 0,91 e 1; D2 - verde e intervalo do IDF entre 0,81 e 0,90; D3 - amarelo e intervalo entre 0,71 e 0,80; D4 - laranja e intervalo entre 0,62 e 0,70 e; D5 - vermelho e intervalo entre 0,0 e 0,61.

Agrupamento (^)	Intervalo do IDF
D5	0,00 a 0,33
D4	0,34 a 0,50
D3	0,51 a 0,66
D2	0,67 a 0,80
D1	0,81 a 1,00

(*) A classificação vai de 0 a 1, sendo 1 (um), o melhor desenvolvimento familiar e 0 (zero), o pior.

F o n t e : Prefeitura de Juiz de Fora - Secretaria de Desenvolvimento Social - IDF Localidades - Dez/2017

Ultrapassada essa introdução, passamos a apresentar os dados obtidos sobre os locais enfocados do estudo. Como algumas áreas não são caracterizadas enquanto bairros autônomos ou regiões específicas as quais as informações estão subdivididas, as mesmas se encontram apresentadas em conjunto com as áreas adjacentes aos loteamentos populares/assentamentos enfocados. Seguem primeiramente os dados do CadÚnico e posteriormente os dados do IDF estabelecidos pela Vigilância Socioassistencial:

CAIÇARAS – (Caiçaras I – Caiçaras II – Caiçaras III)

Características do Território da Localidade

Número de famílias com cadastros atualizados no CadÚnico	164
Número de indivíduos com cadastros atualizados no CadÚnico	498
Densidade familiar média	2,903
Renda familiar média	R\$ 714,51
Renda per capita média	R\$ 322,11
Número de famílias em extrema pobreza	61
Número de famílias na linha da pobreza	54
Número de famílias com perfil CadÚnico	182
Número de famílias que recebem sua conta de energia elétrica como Tarifa Social	18
Número de famílias com membros com deficiência	24
Número de indivíduos com deficiência	26

Fonte: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Boletim sintético da vigilância socioassistencial - Dezembro de 2017.

O foco da análise concentra-se no Caiçaras III, que foi originado a partir de um loteamento popular e possui parte de áreas públicas ocupadas onde estão alocadas às famílias com mais baixa renda e os principais conflitos socioambientais.

Localidade: **CAIÇARAS**

Região: **Norte**

IDF Localidade:

0,59

Total de Famílias:

236

Componentes do IDF	0,00 a 0,33	0,34 a 0,50	0,51 a 0,66	0,67 a 0,80	0,81 a 1,00
Condições Habitacionais					0,91
Desenvolvimento Infantil			0,56		
Disponibilidade de Recursos			0,66		
Acesso ao Trabalho	0,31				
Acesso ao Conhecimento		0,45			
Vulnerabilidade Familiar			0,65		

(*) A classificação vai de 0 a 1, sendo 1 um, o melhor desenvolvimento familiar e 0 (zero), o pior.

Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora - Secretaria de Desenvolvimento Social - IDF Localidades - Dez/2017

A região encontra-se entre os mais baixos IDFs do município, contudo, conforme exposto, a avaliação compreende a área como um todo e o que contribui para que o índice não caia ainda mais são as áreas mais antigas do Caiçaras I e II, que apresentam uma população mais heterogênea quanto à classe social, alguns comércios e uma melhor estabilidade sociocultural e vínculos territoriais mais consolidados.

SÃO PEDRO (Nova Germânia – Nova Vida)

Características do Território da Localidade

Número de famílias com cadastros atualizados no CadÚnico 1130

Número de indivíduos com cadastros atualizados no CadÚnico 3048

Densidade familiar média 2,648

Renda familiar média R\$ 801,80

Renda per capita média R\$ 391,44

Número de famílias em extrema pobreza 355

Número de famílias na linha da pobreza 261

Número de famílias com perfil CadÚnico 1116

Número de famílias que recebem sua conta de energia elétrica como Tarifa Social 85

Número de famílias com membros com deficiência 151

Número de indivíduos com deficiência 167

Fonte: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Boletim sintético da vigilância socioassistencial - Dezembro de 2017.

No comparativo com o Caiçaras III, as duas áreas que são quase adjacentes, separadas apenas por áreas inabitadas, apresentam condições muito similares, principalmente no Nova Vida e

um pouco melhores no Nova Germânia. Os dados acima refletem tanto em número de famílias quanto em renda, mais expressivamente, o Nova Germânia, pois o Nova Vida é bem menor e possui poucas famílias, com grande parte delas em situação vulnerável. Contudo, somando as duas áreas apresentadas, merece destaque o número de famílias na linha da pobreza e em extrema pobreza totalizando mais da metade de todas as contabilizadas, representando 616 famílias.

Localidade: **SÃO PEDRO**

Região: **Deste**

IDF Localidade:

0,61

Total de Famílias:

1622

Componentes do IDF	0,00 a 0,33	0,34 a 0,50	0,51 a 0,66	0,67 a 0,80	0,81 a 1,00
Condições Habitacionais					0,91
Desenvolvimento Infantil			0,61		
Disponibilidade de Recursos					0,70
Acesso ao Trabalho	0,30				
Acesso ao Conhecimento		0,44			
Vulnerabilidade Familiar					0,67

(*) A classificação vai de 0 a 1, sendo 1 (um), o melhor desenvolvimento familiar e 0 (zero), o pior.

Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora - Secretaria de Desenvolvimento Social - IDF Localidades - Dez/2017

A análise do IDF apresenta uma contradição aparente, pois se considerarmos o número de famílias em extrema pobreza e na linha da pobreza, o índice deveria ser menor do que o do Caiçaras, 0,59 frente aos 0,61 do São Pedro. Contudo, por abranger a região de São Pedro como um todo, há uma significativa heterogeneidade entre as famílias indo de classes mais abastadas à classes muito pobres, o que leva ao engano se promovermos a simples análise como estabelecida. É importante destacar que há uma situação no bairro São Pedro onde o direcionamento da população mais vulnerável para a região do estudo (no final da Av. Sr. Dos Passos adiante), criou verdadeiros bolsões de pobreza, com pouca diversidade de classes, áreas comerciais, equipamentos urbanos etc. ponto que chamaremos a atenção de forma reiterada ao longo da discussão.

JARDIM CACHOEIRA – (Parque das Águas)

Características do Território da Localidade

Número de famílias com cadastros atualizados no CadÚnico	449
Número de indivíduos com cadastros atualizados no CadÚnico	1588
Densidade familiar média	3,447
Renda familiar média	R\$ 558,03
Renda per capita média	R\$ 204,68
Número de famílias em extrema pobreza	235
Número de famílias na linha da pobreza	94
Número de famílias com perfil CadÚnico	497
Número de famílias que recebem sua conta de energia elétrica como Tarifa Social	59
Número de famílias com membros com deficiência	97
Número de indivíduos com deficiência	101

Fonte: SECRETARIA DE DESENVOLVIMENTO SOCIAL - Boletim sintético da vigilância socioassistencial - Dezembro de 2017.

A área que recebe o nome de Jardim Cachoeira é contígua ao Parque das Águas, contudo é oriunda de uma sequencia de ocupações em áreas públicas convertida em assentamento urbano. É amplamente difundido que as ocupações e invasões desta localidade se deram com “incentivos e orientações escusas” que envolveriam políticos da cidade, com diferentes menções ao ex-prefeito Alberto Bejani, o que a pesquisa não buscou maiores confirmações. No contexto, o Parque das Águas, o maior de todos os loteamentos enfocados, apresenta as piores condições de vulnerabilidade em que, das 449 famílias constantes do cadastro, 329 estão na faixa da extrema pobreza ou linha da pobreza.

Localidade: **JARDIM CACHOEIRA**

Região: **Norte**

IDF Localidade:

0,55

Total de Famílias:

555

Componentes do IDF	0,00 a 0,33	0,34 a 0,50	0,51 a 0,66	0,67 a 0,80	0,81 a 1,00
Condições Habitacionais					0,89
Desenvolvimento Infantil			0,51		
Disponibilidade de Recursos			0,54		
Acesso ao Trabalho	0,27				
Acesso ao Conhecimento		0,45			
Vulnerabilidade Familiar			0,61		

(*) A classificação vai de 0 a 1, sendo 1 (um), o melhor desenvolvimento familiar e 0 (zero), o pior.

Fonte: Prefeitura de Juiz de Fora - Secretaria de Desenvolvimento Social - IDF Localidades - Dez/ 2017

Conforme se depreende do IDF a região do jardim Cachoeira que engloba o Parque das Águas e se situa logo abaixo do Nova Germânia, apresenta o pior índice de desenvolvimento familiar. Ali também se vivenciam os principais problemas relativos à invasões de moradias, falta de segurança, violência urbana etc. Contudo, a região não é de fato tão diferente das demais, apesar de ter vivenciado alguns problemas com maior intensidade pelo próprio contingente populacional ali concentrado. Por sua vez, a área que se apresenta este IDF é mais homogênea, predominando as pessoas mais vulneráveis, o que provavelmente seria muito similar se a análise do IDF envolvesse somente os quatro assentamentos do estudo. Outrossim se avaliássemos o IDF no polígono do estudo provavelmente teríamos um dos mais baixos de Juiz de Fora.

A porção geográfica destinada a esses empreendimentos sociais que aqui designamos polígono do estudo, conforme já mencionado, possuía uma baixa densidade demográfica, com atividades predominantemente rurais e de proteção ambiental. Foram os empreendimentos experimentados que inflaram o contingente populacional de forma significativa, buscando amenizar o problema do déficit habitacional do município. Desde a previsão do plano diretor de 2000 - Lei

9811/2000 - a região da antiga fazenda Santa Cândida e seu entorno - foram “pensadas” para abrigarem loteamentos para população de baixa renda. E assim foi feito, concentrando em um “espaço contíguo” apenas população de baixa renda, sem uma estrutura adequada para comportá-las, fazendo com que área anteriormente sem maiores problemas sociais se transformassem em grandes problemas de diversas ordens e que correm riscos de se multiplicarem e se agravarem ainda mais num futuro próximo. São problemas criados por políticas equivocadas. O ponto mais grave é a homogeneização de se alocarem apenas classes mais vulneráveis e desestruturadas em empreendimentos que não trouxeram nenhum planejamento para o desenvolvimento econômico dessas comunidades, condenando-as à exclusão. Num quantitativo de quase mil casas, somando as quatro áreas enfocadas, não se pensou em uma padaria, um supermercado, uma empresa ou qualquer atividade econômica que pudesse gerar renda e emprego mais próximo a esses locais. O que há de vizinhança próxima de cada um dos loteamentos populares são os próprios empreendimentos e outras comunidades pobres ou preponderantemente pobres. Não se pensou em criar áreas intercaladas para atividades comerciais, população de classes menos vulneráveis, infraestrutura de atividades públicas, enfim, desconcentrar o perfil de vulnerabilidade. Em síntese criaram áreas segregadas com a maquiagem de políticas habitacionais.

O que desaparece-se com os indicadores analisados é que se tratamos os empreendimentos enquanto áreas contínuas, o que de fato geograficamente são, temos, criada por políticas públicas, uma área de grande vulnerabilidade social. A miopia se dá com a fragmentação dessas áreas pelo próprio zoneamento das regiões da cidade e das linhas divisórias dos bairros que fazem que o tratamento dos dados seja realizado separadamente, o que para o caso em estudo, no nosso entendimento, é um equívoco, pois impede a real compreensão do problema e suas dimensões e, conseqüentemente, dificulta o seu enfrentamento, ocultando os conflitos.

2.2. Breve digressão sobre discurso de classes no Brasil

A medida em que a cidade se renova a cada dia, ela preserva totalmente a si mesma na sua única forma definitiva: o lixo de ontem, empilhado sobre o lixo de anteontem e de todos os dias e anos e décadas.

Para o presente tópico peço a escusa de sair um pouco da perspectiva metodológica adotada de forma geral no trabalho para me valer de outras categorias sociológicas que se encaixam na interpretação da realidade estudada, sobretudo no que diz respeito às discussões sobre classes sociais na atualidade brasileira. A TAR nos obrigaria traçar de forma mais minuciosa e não generalizada o

contexto histórico e de vida dos atores humanos que residem e compõe os locais estudados, bem como flexibilizar os conceitos de classe, o que o estudo fez de forma menos detalhada, não possibilitando o olhar mais crítico que o assunto requereria sob esta perspectiva. Ademais, esse breve deslocamento “no olhar” nos permite dar melhor visibilidade às pessoas e seus problemas dentro do contexto político de um país extremamente excludente e que se serve de determinadas “perspectivas acadêmicas consagradas” para perpetuar a desigualdade.

Zygmunt Bauman em sua obra “Vidas Desperdiçadas” perscruta o desenvolvimento da sociedade moderna na metáfora de um projeto em que para sua realização, sempre contínua e ininterrupta, ocorrem perdas, partes que são deixadas de lado, “refugadas”. Como uma estátua idealizada num bloco de granito em que as partes deverão ser removidas até se atingir a forma idealizada da escultura, nesse processo grande parte da mesma matéria que compõe a estátua, “o granito”, vira refugo, ou seja, lixo para ser descartado, preservando-se apenas a estátua idealizada. Trazendo para a realidade social, não apenas um monte de lixo é descartado diuturna e ininterruptamente, mas pessoas, seres humanos que não possuem lugar no “projeto”. As atuais configurações do mercado e do trabalho, na sociedade ultracompetitiva que se constitui com a abertura dos mercados, com o avanço tecnológico, com a flexibilização do trabalho etc., faz com que parte significativa da população não encontre lugar. E não apenas nos melhores postos de trabalho, mas em qualquer trabalho formal, senão, quando muito, naqueles mais subalternos, precarizados, insalubres e inseguros. Essas pessoas não serviriam como “exército de reserva” para a estabilização dos salários, pois de fato não há lugar para elas, são redundantes, extranumerárias, sobram. Em outra metáfora o autor compara a modernidade a um veículo que passa rápido demais, alguns caem de seu interior, outros não conseguem sequer agarrá-lo e outros, ainda, são destroçados pelas suas rodas. E no projeto moderno, quando se trata de projetar o convívio humano, alguns não se ajustam à forma projetada e nem podem ser a ela ajustados e, nesse sentido, devem ser mantidos de fora. A ordem projetada contém em si o que exclui, ou seja, a norma exclui do domínio do permitido a anarquia criada em sua própria exclusão, marcando o que está dentro e o que está fora, onde opera e onde não opera, o que é normalidade e o que é anomia, enfim, faz o direito surgir da própria excessão que inicia e encerra a sua vigência. Valendo-se do filósofo italiano Giorgio Agamben, em sua obra “Homo Sacer - O Poder Soberano e a Vida Nua”, podemos qualificar esse refugo humano, uma parte dos excluídos, enquanto o *homo sacer* sendo aqueles despidos de vida política, limitados à sua vida biológica. Na figura do direito romano, os que podem ser mortos sem que se constitua um delito matá-los, mas suas vidas não tem valor de sacrifício, não sendo válidos nem para fins religiosos - matáveis e não sacrificáveis. Inúteis dentro da ordem e metafunção do

Estado, trafegam na invisibilidade ou, quando muito, são considerados na ilicitude de seus atos e nesse sentido incluídos, assegurando ao Estado a “prerrogativa essencial de soberania básica: o direito de excluir”.

Essa introdução retirada do ensaio de Bauman e Aganbem nos serve para contextualizar não apenas uma realidade global, visível em diversas nações do mundo, mas também a realidade brasileira e, por que não, a realidade do local do estudo. Quando falamos das pessoas que residem nos assentamentos estudados certamente não nos é possível homogeneizá-los e dizer que todos compõem o “fora” do Estado, mesmo porque são heterogêneos em seus “capitais culturais”, renda e história de vida; e em sua grande parte são beneficiários de políticas públicas habitacionais que enseja uma consideração do Estado. Por outro lado, as condições em que essas políticas foram implementadas ali, de forma muito diversa do que se idealiza faz com que esses sujeitos se convertam de beneficiários para vítimas dessas políticas. Se considerarmos também o próprio contexto de vida de grande parte deles e seus infindáveis problemas, certamente nos seria permitido tomá-los como excluídos em duas ou mais categorias, empregando aqui o termo de Jessé Souza que trabalharemos adiante: - os “batalhadores” e a “ralé”.

Em sua obra “A Tólice da Intelectualidade Brasileira” Jessé Souza parte de uma severa crítica sobre a “construção” da formação social brasileira dentro do que se consagrou na academia e que passou a ser o “senso comum” do brasileiro, no que tange a percepção sobre si e sobre o Estado-Nação. A transição de uma percepção cientificista e positivista, presente nas políticas higienistas do século XIX que discriminavam a miscigenação e justificavam a desigualdade por uma perspectiva de “raça superior” do homem branco, para uma perspectiva culturalista que por sua vez exaltava os aspectos positivos da miscigenação e da formação pluralista e singular da sociedade brasileira, como em Gilberto Freyre, trouxe, para além da superação do (pseudo)cientificismo, o germen de uma outra forma de preconceito, o da “superioridade cultural”. A apropriação das categorias freyrianas por Sérgio Buarque de Holanda, sistematizando-as e invertendo o polo do que era percebido como positivo por Freyre - miscigenação, herança ibérica, cordialidade etc. - passando a ser percebido como ambivalente em Raízes do Brasil, marca duas perspectivas paradigmáticas na interpretação do país: a relação entre público e privado; e a relação entre herança cultural e o comportamento em sociedade, ou seja, a chave interpretativa do binômio patrimonialismo e personalismo.

A perspectiva do homem cordial de Sérgio Buarque de Holanda, traduz a ideia de um “homem de sentimentos” que age predominantemente pela “emoção”. A gênese dessa categoria se liga à estrutura familiar patriarcal, herança de Portugal, que operava como base da sociedade

colonial enquanto “economia familiar”, centrada no poder absoluto do “pai de família”, com fins de reproduzir e colonizar o vasto território. Na evolução social brasileira essa influência se fez sentir no meio político e na democracia, uma vez que os partidos políticos se constituíam com base no modelo das famílias, em que as posições no Estado, os cargos e funções, se davam por meio de vínculos sentimentais e familiares, não em razão de um interesse “neutro”, “imparcial”, “racional”. Com os filhos dos “senhores feudais brasileiros” (os chefes de família na tradição rural nacional) se formando na Europa, emerge a importância da formação bacharelista na construção da democracia brasileira. Sob a perspectiva do que se “importou da Europa” a organização social, política e econômica do Brasil foi dada por uma elite acadêmica sem identidade nacional e exercendo o poder de forma desvinculada dos interesses da população em geral. Sérgio Buarque de Holanda aponta que, neste contexto, a absorção dos valores liberais se deu de forma parcial e jamais se naturalizando de forma plena no Brasil, ocorrendo sempre confusão entre os limites da esfera pública e da esfera privada. Essa perspectiva que, de um lado apresenta como caráter cultural do brasileiro o “personalismo” e do outro uma estruturação “patrimonialista” no Estado, passou a ser para Souza, uma espécie de “princípio básico” para toda sociologia que interpreta o Brasil, a partir de um “mal de origem” sendo categorias reproduzidas no pensamento de Raymundo Faoro, Roberto Damatta, entre outros que constroem a “narrativa nacional”.

A interpretação das questões nacionais sobre o diapasão do culturalismo e do economicismo sob a chave interpretativa do personalismo/patrimonialismo cometeria dois enganos: 1º. Parte do ponto de vista ideológico posto que é fabricado para construir uma narrativa nacional de unidade - a ideia de uma singularidade na formação brasileira - e nesse sentido constrói uma solidariedade entre grupos e classes em conflito latente: uns poucos privilegiados no comando da nação e uma massa de pessoas em condições precárias com pouco ou nenhum acesso ao Estado e a posições sociais de maior relevância; 2º. Começa a análise pressupondo uma síntese, partindo da enganosa percepção da influência da cultura sobre as pessoas comuns de forma desatrelada das instituições e práticas institucionalizadas, sendo estas que condicionam o comportamento. No caso do Brasil contemporâneo, as instituições modernas.

Para Souza a modernização do Brasil se dá de “fora para dentro” a partir de 1808 com a importação das instituições modernas do estado centralizado e do mercado competitivo - transferência da corte portuguesa e abertura dos portos por influência inglesa, como os grandes marcos. Esta institucionalização de uma estrutura de Estado centralizado (com a corte portuguesa) e do mercado aberto (abertura dos portos), promovem no século XIX uma revolução comportamental continuada, cuja maturidade vai chegar com a revolução de 1930, na Era Vargas, conforme ressalta

Florestam Fernandes, denominando de modernização encapuzada, que vai gerar a preeminência das formas econômicas sobre as culturais e políticas. Nessa “reestruturação comportamental” as famílias brasileiras (da classe alta e média) passam a reproduzir os valores essenciais ao mercado e ao Estado institucionalizados para a sua ampliação. São imperativos que estão ligados ao autocontrole e à disciplina enquanto virtudes que hierarquizam e alocam os indivíduos nas posições sociais, a partir das concepções morais daí derivadas sobre “bem e mal”, “inferior e superior”.

Aqueles que nascem sob esta égide cultural vão ter esses imperativos de forma automatizada/naturalizada - o que torna invisível o mundo moral e emocional que opera nesses grupos conforme esses imperativos. Seria nesse sentido que se operaria a ideia de que os indivíduos existem criando seus próprios valores subjetivamente, marcando a percepção de um “indivíduo” auto-construído na vida social. Jessé Souza propõem uma genealogia dos valores que comandam mercado e Estado, para a compreensão de seu argumento: 1. Ascetismo protestante cria o valor supremo atrelado ao trabalho produtivo e útil - autoestima, respeito e reconhecimento ficam atrelados ao trabalhador. Estes valores representam uma afirmação da vida cotidiana e não a virtude de grandes feitos - o que no caso faz com que a burguesia rompa com a dupla-moral do catolicismo (do tipo faça o que digo, mas não faça o que faço - postura típica do clero católico), pois burguês também trabalhava. Ao contrário da honra e do privilégio, a moral moderna se finda no reconhecimento universal entre iguais - a ideia de que todos podem trabalhar e ascender socialmente. 2. A reação ao código valorativo do trabalho asceta que aliena e massifica, marca também um dos valores centrais da modernidade - o expressivismo de Taylor - tratando-se do valor na possibilidade de “escolha na vida que se quer levar”, no individualismo que busca produzir distinções sociais, autoafirmação, autoestima etc.

Para Souza, a originalidade expressiva e a dignidade do trabalho são fontes objetivas do reconhecimento social e da auto-estima modernamente produzidos. Esses valores estão presentes na sociedade brasileira, assim como nas demais sociedades modernas, mas o que se reproduz é que somos singulares - personalistas e patrimonialistas - criando uma sociedade auto-indulgente e acrítica, incapaz de perceber seus reais problemas: classes que sempre tiveram melhores condições e classes que em sua genealogia remontam a escravidão e que permanecem “excluídos do projeto”. Os desafios das sociedades modernas são construir uma igualdade social - universalização do acesso ao trabalho útil e digno; e a realização da expressividade individual - exercício efetivo da liberdade que não se confunde com o mero consumo. A crítica que se perfaz é que os programas sociais que possibilitaram uma mudança na renda do brasileiro pobre (ações afirmativas em geral),

não modificaram a condição “cultural” dos beneficiários desses programas, ou seja, não lhes atribuíram, conforme categoria de Bourdieu, condições para adquirir o “capital cultural” necessários à uma reclassificação.

Na percepção de Souza, somente atingem os patamares das classes média e alta os indivíduos que possuem acesso ao “conhecimento útil”, uma espécie de “condição” para o acesso ao mercado e ao Estado, e principalmente para o prestígio e o reconhecimento social. O capital cultural marca a fronteira entre o sucesso e o fracasso para todas as classes e indivíduos e, esse capital cultural - conhecimento útil - exige uma economia emocional para ser incorporado. Certos pressupostos emocionais e morais somente aqueles que possuem educação de berço ou estrutura familiar adquirem, principalmente a disciplina e o autocontrole necessários até mesmo para aprendizagem básica, além de outros conhecimentos que somente os possui quem pode pagar por eles. A legitimação social e política das sociedades modernas se dá pela negação do caráter de classe da desigualdade social, percebe a desigualdade como individual e consequência do mérito individual. Ficam ocultadas as pré-condições sociais que permitem o mérito - que apenas algumas classes possuem - sendo este o segredo da dominação. Se se demonstra que o acesso ao “capital cultural” necessário à qualquer mérito na sociedade capitalista é desigualmente distribuído por pertencimento de classe (privilegio de nascimento e de sangue como em qualquer sociedade pré-moderna) e não decorrente de talento individual, então o ponto de legitimação dessa desigualdade é rompido.

O economicismo acredita que a variável econômica esclarece toda a realidade social e não abrange a politização classista, nesse sentido provoca uma miopia aguda na interpretação dos principais problemas nacionais, perpetuando a sociedade extremamente desigual. Por sua vez, o viés marxista tende a ver as classes enquanto dois pólos, uma oposição entre “burgueses e proletariados”, a propriedade dos meios de produção define a classe dos capitalistas e a classe proletária é definida pelos despossuídos dos meios de produção que somente possuem sua força de trabalho e são explorados no regime da mais-valia. A noção de capital para Marx opera enquanto conceito relacional, percebido enquanto o produto do trabalho acumulado em que, o trabalho qualificado representa uma acumulação de trabalho (capital) que faculta uma melhor valoração e estratifica a classe trabalhadora. Jessé Souza trata a superação de grande parte das questões marxistas por autores contemporâneos como Pierre Bourdieu, sobretudo no que diz respeito ao conceito de capital, que deixa de ser apenas uma categoria econômica e passa a ser tudo aquilo que é decisivo para ter acesso privilegiado aos bens disputados em sociedade. No caso o “capital

cultural” assume grande importância, pois representa tudo aquilo que logramos aprender. Nesse sentido, o capital cultural seria uma incorporação - torna-se corpo, mecânica, automática - e significaria toda uma forma de se portar no mundo. É sob essa perspectiva que o autor interpreta a gênese e a reprodução das classes sociais no Brasil.

Os indivíduos são constituídos em seus limites e possibilidades na competição social conforme o seu ponto de partida de classe que compõem basicamente três capitais: o econômico, o cultural e o social - p. ex. A classe média que não dispõe de muito capital econômico só consegue assegurar algum privilégio se poder comprar o tempo livre para os filhos estudarem e se aperfeiçoarem num mundo extremamente competitivo. Contudo, esse “capital” não se restringe à uma formação escolar, há a necessidade de uma formação afetiva na base familiar para que consiga ser disciplinado, concentrado e autocontrolado. A cegueira do economicismo e do culturalismo é atribuir o sucesso na vida ao mérito individual e com isso justificar todos os privilégios. A deficiência do economicismo está na superficialidade de seu aparato conceitual: não consegue perceber a dinâmica de reprodução das classes sociais - trata sempre de um sujeito genérico e desatrelado de sua herança cultural, familiar etc. A ascensão social não depende de um capital econômico, mas sobretudo de um capital cultural .

Na percepção do autor a “ralé” se enquadra em uma classe específica com gênese, reprodução e futuro provável semelhante. Eles não dispõem das condições necessárias para a incorporação do capital cultural indispensável para ingressar no mundo capitalista contemporâneo. Vivenciam uma incapacidade estrutural na sua socialização familiar que não os proporciona as condições afetivas e psíquicas para o aprendizado do conhecimento útil, ou seja, aquilo que faculta o papel de produtor útil. Também não seriam o lumpemproletariado (exercito de reserva), pois o capitalismo atual exige um mínimo de economia emocional e condições de adquirir conhecimento técnico que eles não dispõem. O trabalhador moderno deve ter incorporado tanto o autocontrole quanto a disciplina que funcione de forma automática, naturalizada, que opere no ritmo das novas máquinas. A classe da ralé também é extremamente explorada, mas nos trabalhos mais subalternos. A luta de classe que se refere é “o exercício silencioso da exploração construída e consentida socialmente que retira dos inferiores dominados não apenas os meios materiais, mas toda a estima social”. Esses grupos se percebem como inferiores e carregam o estigma de serem indignos na sociedade que valoriza o trabalho. Pode-se dizer que subdividem-se em dois grupos: a) o pobre honesto que aceita as regras do jogo que o exclui e b) o pobre delinqüente (bandido para os homens e prostituta para as mulheres). Para Souza os principais desafios dessa classe são adquirir: o

pensamento prospectivo - estão aprisionados no “aqui e agora”, não planejam o futuro e não enxergam um amanhã melhor; a disciplina - essencial no processo de aprendizagem; e o autocontrole - auto-confiança individual e regulação racional da vida cotidiana.

Como toda a mídia e também os discursos institucionalizados academicamente e politicamente percebe enquanto principal problema nacional a “corrupção”, que é algo de extrema capilaridade na sociedade e se liga às estratégias de sobrevivência no próprio capitalismo, o conflito extremo que é vivenciado entre as classes sociais no Brasil fica invisível. A corrupção e os privilégios são apresentados como uma herança cultural de Portugal de 1500, localizado no Estado que não se modernizou - essa herança deve ser relativizada. Essa percepção geraria a ideia de que o “grande problema do Brasil” é um Estado pré-moderno e corrupto, em oposição a um mercado virtuoso e eficiente capaz de “racionalizar” as relações e, nesse sentido, deve ser ao máximo privatizado. Um raciocínio que apenas redundaria na apropriação do Estado por aqueles que menos necessitam dele, pelas elites econômicas, não na redução do Estado em si, mas do Estado social que pode democratizar os recursos percebidos em sociedade.

Apesar do caráter reducionista da abordagem de Jessé Souza, no sentido de perceber os problemas sociais de forma polarizada entre oprimidos e opressores, a crítica nos é de grande valia dentro da realidade estudada, em que há carências generalizadas e em diversos aspectos irresolúveis sem políticas públicas adequadas e à curto prazo. Contudo, o ponto principal da abordagem e onde ela converge é a visibilidade necessária de ser dada aos conflitos de classes vivenciados no Brasil. A expansão da urbe faz conexões incompletas nas áreas destinadas aos pobres, os aparta dos fluxos mais importantes do mercado e do Estado e os relega a uma espécie de “ausência” que permite o surgimento de uma “ordem própria” que, como o “outro” do mercado e do Estado, se faz inexoravelmente conectada, viva e presente como a outra face do mesmo Jano. A cidade pobre e a cidade rica são a mesma cidade que na ocultação dos conflitos se faz perceber enquanto realidades diferentes a qual não se processa uma síntese necessária para equilibrar a mesma enquanto “organismo” multiterritorial.

2.3. Deslocáveis

Jéssica (nome fictício), mãe de três filhos de pais diferentes, sendo um deficiente, vivia no bairro Nossa Senhora de Lourdes na pequena casa de sua mãe, junto aos seus três irmãos, suas esposas e respectivos filhos. Após um desentendimento com seus familiares, na casa já muito apertada de sua mãe, se viu sem lugar para morar. Ouviu de uma prima que no Parque das Águas, local onde esta morava, tinham casas vazias que o pessoal estava invadindo e que era fácil ingressar

nas residências, bastando arrombar a porta e depois trocar as fechaduras. A tal prima lhe arrumou um esquema, escolheu uma casa próxima que havia sido abandonada pelo proprietário e logo ajeitou suas coisas para ingressar no seu novo lar, num movimento que durou poucos dias. O caso de Janaina (nome fictício) que morava em um “barraco emprestado” no Linhares também foi muito parecido, necessitando de um local para morar, com um filho recém nascido e outro com apenas três anos, ouviu de um amigo sobre uma casa abandonada nas proximidades de sua residência, também no Parque das Águas, e para lá se pôs junto a seu parceiro, o antigo morador, outro invasor, havia sido preso. Diferente foi o caso de Lucas (nome fictício) que trabalhava como motoboy e como cabeleireiro, Lucas viu no movimento de invasões que tanto se comentava em seu meio, uma oportunidade para ter uma casa própria e foi para o Nova Germânia, onde se estabeleceu reformando a casa que invadiu.

Esses casos e de vários outros, nos chegaram após comunicado da associação de bairros sobre uma ordem judicial de reintegração de posse a qual essas pessoas receberam notificação e, com medo de serem retiradas das casas, buscaram orientação jurídica do grupo, numa realidade que pouco se tinha para fazer, senão darem visibilidade a seus dramas. Com poucas exceções, as pessoas entrevistadas, possuíam o perfil para serem beneficiadas pelo Programa Minha casa Minha Vida, mas não foram sorteadas. Sem ter para onde ir ou vivendo muitas dificuldades, decidiram por invadir as casas. Em todos os casos nos era relatado que muitas das casas sorteadas tinham como proprietários pessoas que não necessitavam da política habitacional e jamais tomaram posse do imóvel sorteado, outras não se adaptaram ao local e saíram de suas casas. Em todos os casos foi relatado que as casas ociosas eram sempre invadidas, geralmente por pessoas envolvidas no tráfico de entorpecentes, que se valiam das casas para esconder drogas, fazer ponto de venda, ou mesmo habitar. Em muitos casos as casas invadidas eram apropriadas por pessoas que se estabeleciam ali por um curto período e as vendia ou locava para outros necessitados, criando um verdadeiro mercado de invasões. Os entrevistados queixavam-se de que sempre que uma pessoa era retirada, outros invadiam no “dia seguinte”, questionando por que eles que realmente necessitavam não poderiam ficar, dispostos a pagarem pela casa.

Marcelo (nome fictício) teve uma história diferente, após sua antiga residência ter sido condenada pela defesa civil, conseguiu uma casa no Caiçaras, no programa habitacional da empresa municipal EMCASA, realizado também com recursos federais. Marcelo foi estendendo sua casa para área pública, uma área de reflorestamento de uma compensação ambiental, inclusive para dentro da Reserva Biológica Santa Cândida, fazendo no local pequenas plantações e área de depósito de entulhos. Nos arredores da área que ocupou outros barracos foram sendo construídos

para alocar pessoas próximas e também desconhecidos. Hoje é possível avistar algumas famílias e no meio de ocupações uma grande quantidade de carcaças de carros, lixo e entulho nas áreas públicas que ficaram desocupadas. O caso de Carlos (nome fictício) no Nova Vida (empreendimento da COHAB) é similar, adquiriu a casa comprando de um ex-morador beneficiário do programa e começou a utilizar os arredores (áreas públicas) para criar cavalos e gado, complementado sua renda com a produção de leite. A realidade das áreas públicas mais acessíveis nos arredores desses loteamentos é bastante similar, passam a ser ocupadas pelas pessoas seja para habitação com a construção de barracos, seja para descarte de lixo ou entulho, ou para alguma atividade de proveito econômico de pequena relevância.

Se nos permitirmos criar uma categoria para qualificar grande parte dessas pessoas do estudo, conforme histórias de vida presenciadas, poderíamos designá-los como “deslocáveis”. O sentido de deslocável remete a possibilidade de se movimentar ou de ser movimentado, mais precisamente movido de um local para outro. Nossos atores humanos apesar de possuírem a faculdade de se moverem, de se mudarem de um local para outro, definitiva ou temporariamente, em muitas histórias, foram removidos de seus lares, com ou sem consentimento, e assentados nesses conjuntos habitacionais. Seja porque suas antigas residenciais eram irregulares, invasões, ou porque foram vitimados por catástrofes naturais que tornou suas casas inabitáveis, ou porque corriam riscos ambientais iminentes condenando as casas ou, ainda, porque alguma outra política pública se direcionou para onde viviam e os obrigou a se deslocarem. Outros, por sua vez, vivem como nômades, não criam laços ou se fixam ao território, vivem no “aqui e agora”, invadem uma moradia, se são expulsos vão para outra, se conseguem vendem a moradia que invadiram ou a alugam para outro em situação similar, se são beneficiários dos programas habitacionais acabam por vender suas casas também, ou alugar, enfim, não apenas são excluídos, mas optam por viverem as margens e encontram seus nichos de sobrevivência aí, no submundo da sociedade formal.

Contudo, o mais importante para a concepção de deslocável que propomos, é o fato de que a grande parte desses moradores pode ser atingido por alguma ação estatal que os remova dali a qualquer momento. Certamente todos estamos sujeitos às ações estatais que almejam construir uma nova ordem territorial sob a alcunha do princípio da Supremacia do Interesse Público e dos instrumentos de intervenção na propriedade, ou para a correção de irregularidades que, em todos os casos, podem remover quaisquer pessoas de suas casas e dos locais em que vivem. A análise dos planejamentos urbanos permite ter alguma previsibilidade sobre eventuais intervenções estatais, bem como estar regular diante do direito facilita maior segurança à qualquer cidadão, o que os sujeitos em melhores posições na sociedade tem melhor acesso, melhor defesa ou maior influência

sobre as políticas de regularização e de transformação do ambiente urbano. Porém, no caso dos assentamentos em questão existem alguns agravantes para além de “novas ordens territoriais” que possam vir a incidir nas áreas, como a Via Interbairros já mencionada ou projetos de proteção ambiental e urbanística previstos no plano diretor.

Um contingente expressivo de moradores, mais de uma centena somando todas as comunidades, são “invasores”, ou seja, não foram beneficiados pelos programas, tomaram pra si as propriedades com ou sem violência, e ali residem e residirão até que sejam desalojados por alguma medida judicial ou outra forma de expulsão. Outra situação é o fato de que aqueles que não são “invasores”, ou seja, foram beneficiados pelos programas, tornam-se mutuários, isto é, não são proprietários, principalmente nos casos dos loteamentos do Minha Casa Minha Vida (mas nos outros também), o que lhes obriga a pagar uma prestação mensal à Caixa Econômica Federal, sendo as propriedades do Fundo Nacional de Habitação - nesse sentido públicas, impossíveis de serem usucapidas. Ocorre que, também na escala de centenas, as pessoas ficam inadimplentes, muitas vezes por longos períodos, alguns simplesmente não se disciplinam para pagar qualquer coisa que seja, nesse sentido, estando também um contingente expressivo de moradores sujeitos à reintegração de posse e serem mais uma vez deslocados. Por fim, conforme analisado nas propostas do plano diretor, está planejado uma via de integração entre áreas importantes da cidade que passará próximo de todas as comunidades e possivelmente necessitará de algumas desapropriações, bem como todo o entorno passa a gozar de alguma proteção ambiental mais específica o que pode conflitar com alguns hábitos dos moradores. O Estado que regula e cria a ordem, também exclui o que fica fora dele, e na realidade de grande parte dessas pessoas haverá uma grande dificuldade de se adaptar ao regramento imposto para o espaço em que vivem, à normalidade estabelecida e serão, nesse sentido, prováveis “deslocáveis”.

2.4. Sobre perfil político dos moradores

3. DAS POLÍTICAS HABITACIONAIS

3.1. Breve Contextualização

A política higienista da Primeira República do Brasil (1889-1930), baseada numa ética sanitária de cunho evolucionista, consagrava uma visão de cidade eugênica, onde se desejava “limpar” os maus hábitos praticados pelas classes inferiores por meio da gestão científica da miséria e das políticas de segregação. Recriminar modos de vida e práticas culturais dos cortiços e periferias que invadiam a urbe era tão premente que o próprio Código Penal dispunha de capítulo direcionado aos “vadios e capoeiras”, como se depreende dos artigos 399 e 402 do Decreto Nº 847 de 11 de outubro de 1890:

Art. 399. Deixar de exercer profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite; prover a subsistencia por meio de occupação prohibida por lei, ou manifestamente offensiva da moral e dos bons costumes: [...]

Art. 402. Fazer nas ruas e praças publicas exercicios de agilidade e destreza corporal conhecidos pela denominação capoeiragem; andar em correrias, com armas ou instrumentos capazes de produzir uma lesão corporal, provocando tumultos ou desordens, ameaçando pessoa certa ou incerta, ou incutindo temor de algum mal:[...]

A cidade sonhada, inspirada nas urbes europeias, não permitia as aglomerações desordenadas e insalubres dos cortiços e das culturas das massas mestiças e migrantes, mas não apresentava soluções para as habitações de uma crescente população urbana, senão segregar e tirar das vistas os indesejados. A questão habitacional, do Império até a República, fora um problema de monta, vivido na disseminação de doenças e outras questões de saúde pública ocasionados pelas aglomerações cada vez mais crescente com a modernização. Ações drásticas de vigilância sanitária em São Paulo e no Rio de Janeiro eram empreendidas com as demolições de moradias coletivas, vacinações forçadas e a proibição de edificação de novos cortiços. Entre vacinas e chibatadas, surgem os primeiros programas habitacionais de construção de casas populares: baratas, higiênicas e, sobretudo, distantes das áreas centrais (PATTO, 1999).

A partir de 1930, com as políticas desenvolvimentistas focadas na indústria de base do governo Getúlio Vargas, houve uma mudança no quadro econômico brasileiro. A crescente industrialização nas cidades impactava diretamente a questão habitacional com crescente êxodo rural e conseqüente inchaço urbano. Neste período nota-se uma mudança de enfoque da política habitacional que antes era voltada para atender questões de saúde pública e passa a ser tratada como um problema social do Estado. Vargas irá adotar uma serie de políticas assistencialistas e creditícias como saída para a questão habitacional, podendo-se destacar dois momentos: I. a oferta de crédito imobiliário pelas Caixas Econômicas, pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS), ou

pelos bancos incorporadores imobiliários, como forma de garantir ao trabalhador a aquisição de moradia com o seu esforço; II. o processo de construção de conjuntos habitacionais pelos Institutos de Aposentadorias e Pensões (IAPS). Com o decreto 1.749, as IAPS passaram a atuar no campo habitacional, ficando autorizadas a criar carteiras prediais, podendo destinar até metade das reservas para o financiamento das construções. Houve redução da taxa de juros de 8% para 6%, a ampliação do prazo de 10 para 25 anos e a elevação do limite de financiamento.

No governo do General Eurico Gaspar Dutra (1946) foi criada a Fundação da Casa Popular – FCP, por meio do Decreto Lei n.9.218, de 01 de maio de 1946, como resposta do Estado à crise de moradia ocasionada pelo pós-guerra. A FCP possuía o objetivo de financiar, além da moradia da população de baixa renda, a infraestrutura, o saneamento, a indústria de material de construção, a pesquisa habitacional e até mesmo a formação de técnicos do município (BONDUKI, 1998). O Decreto Lei 9.777, de 06 de setembro de 1943 foi responsável pela redefinição das competências da FCP com a finalidade de melhorar o atendimento de suas prerrogativas. Ressalta-se que a instituição dependia de verbas do governo federal, embora tenha sido criada para atuar de forma autônoma, mas mesmo com as reformas os objetivos não foram alcançados.

A tomada de poder pelo regime militar (1964) alterou a política habitacional presente no modelo do IAPS e da FCP. O Banco Nacional de Habitação - BNH e o Sistema Financeiro de Habitação - SFH foram criados para atender a ordem política, obter apoio das massas populares e garantir fontes estáveis e permanentes de financiamento. As funções das referidas instituições eram: financiar a aquisição da casa própria e estimular a construção de habitações de interesse social.

No governo de Costa e Silva (1967) o Sistema Financeiro de Habitação assume grande importância. O capital do BNH é ampliado pela gestão de depósitos do Fundo de Garantia por tempo de serviço e pela implementação do Sistema Brasileiro de Poupanças e Empréstimos, o que a tornou a maior instituição mundial voltada para o problema da habitação. Apesar do BNH contar com muito recurso não foi suficiente para sanar o déficit habitacional no Brasil. De acordo com o relatório de 1971 da instituição, os recursos utilizados pelo SFH seriam responsáveis por sanar 24% da demanda populacional (BOTEGA, 2008).

O insucesso da política habitacional pode ser atribuído ao fato do BNH transferir os recursos captados aos entes privados – lógica empresarial – e consequente a priorização das famílias de maior renda (que conseguiriam solver seus débitos). Acrescidos a esses problemas tem-se a falta de infraestrutura básica nos conjuntos habitacionais urbanos e empreendimentos do BNH. Tendo em vista os desvios do BNH de seus objetivos, fora criado em 1973, um novo sistema de financiamento

de moradias populares pelo Governo Federal o PLANHAP, que se destinava ao fortalecimento das Companhias de Habitação dos Estados - COHABS.

Em 1976, surgiram resultados palpáveis com o fortalecimento das COHABS e com a diminuição da renda mínima por família (0 a 3 salários) para conseguir financiamento para construir a casa própria. Segundo Silva (2012), os programas, em geral, beneficiaram mais a classe média, pois os mais pobres não conseguiam cumprir as exigências impostas pelo programa (como comprovação de renda, p. ex.). A exclusão de parcela da população ao acesso às políticas habitacionais teve como consequência o aumento contínuo da cidade informal.

No período de transição para o regime democrático ocorreu, de um lado, a extinção do BNH e, pouco depois, o surgimento de uma política urbana nacional de base constitucional com a Constituição de 1988. Por sua vez, assistiu-se gradativamente, com crise econômica do país, a redução de financiamentos para moradias e de recursos para as políticas habitacionais (Governos Sarney - 1985/1990 e Collor - 1990/1992).

O fim do BNH sinaliza praticamente o término da tentativa governamental de prover moradia. Com isso, começa a reduzir-se novamente a ampla regulação do Estado na área social, principalmente na área de habitação. Essas diversas tentativas fracassadas se configuraram na maioria dos casos em modelos excludentes da política social habitacional, pois não atingiram a população como um todo, conforme ocorreu nos países europeus pioneiros no capitalismo, onde as condições econômicas do Estado e também das classes eram mais homogêneas e o direito a moradia era uma questão tratada com mais seriedade (NOAL, JANCZURA, 2011, p. 163).

A Constituição Federal de 1988 pode ser considerada um divisor de águas no reconhecimento das questões locais inerentes às urbes. Além de garantir um rol expressivo de direitos políticos, sociais e ambientais, apresentou as diretrizes para a política de desenvolvimento urbano nacional. Ordenou em seu artigo 182 as funções sociais da cidade atrelada ao bem-estar dos seus habitantes, criando instrumentos como o Plano Diretor e a função social da propriedade, que visaram democratizar a gestão urbana. Em seu artigo 183 a Constituição possibilitou a regularização fundiária e a transição de áreas irregulares para a formalidade, como forma de assegurar a habitação e o acesso às políticas públicas básicas. Além de estabelecer diretrizes para as políticas de desenvolvimento urbano, a Constituição também democratiza a gestão de políticas setoriais como saúde, educação, segurança, meio ambiente entre outras, possibilitando a participação coletiva na gestão destas políticas (ARRETCHE, 1999).

Em razão da carência de recursos surgiram programas habitacionais financiados por fontes alternativas, as chamadas organizações da sociedade civil dos estados e dos municípios. Gradativamente, a partir da década de 1970, com influência direta na Constituição de 1988, os

movimentos populares como União Nacional por Moradia Popular, o Movimento Nacional de Luta por Moradia, bem como mais tardiamente, o Conselho das Cidades, a Confederação Nacional das Associações de Moradores (CONAM) e a Central dos Movimentos Populares – CMP foram se consolidando e ganhando importância política.

No governo de Fernando Henrique Cardoso - FHC, em 1995, foi adotada uma nova política habitacional baseada na II Conferência das Nações Unidas para Assentamentos Humanos – Habitat II. Segundo Boudancki (2008), a política do governo FHC representou avanços em relação à política do BNH, contudo, foi ineficiente para acabar com a segregação sócio-territorial, agravando as questões socioambientais e socioeconômicas nas cidades brasileiras.

A Lei 10.257/2001, Estatuto da Cidade, foi editada no final do segundo governo FHC com o intuito de regulamentar os artigos 182 e 183 da Constituição Federal de 1988 que atribuem competência referente à habitação à União, aos Estados e aos Municípios. Pode-se dizer de forma genérica que a lei objetivou traçar a política urbana municipal, assim como, as diretrizes e os princípios norteadores da construção e manutenção da cidade com franca descentralização e ampliação da autonomia municipal, tradicionalmente minguada pelo governo central. Em seu escopo o Estatuto traz princípios e instrumentos que viabilizam a participação social (Plano Diretor, Audiências, estudos de impacto de vizinhança etc.) e vinculam o poder público a uma distribuição mais equitativa dos resultados sociais - adequações econômicas, financeiras e tributárias p. ex. (OLIVEIRA, 2001).

Em 2003 Luis Inácio Lula da Silva assume a presidência da República com um discurso voltado para área social. O governo Lula adotou, desde o princípio, medidas para favorecer a construção civil e combater o déficit de moradias do país. com mudanças legislativas e intervenções na microeconomia, redução da carga tributária dos materiais de construção e estímulos creditícios para tornar mais favorável o mercado imobiliário. (NOAL, JANCZURA, 2011, p. 166).

Contudo, o grande marco da política urbana promovida no governo Lula foi a criação do Ministério das Cidades (2003), da Conferência Nacional das Cidades (2003) e da Política Nacional de Habitação e seus instrumentos (2004) como resultado das demandas dos movimentos sociais urbanos. O Ministério das Cidades teve sua estrutura baseada nos problemas sociais que afetam as populações urbanas e que estão relacionados com o território, sendo eles: a moradia, o saneamento ambiental – água, esgoto, drenagem, coleta e destinação de resíduos sólidos- e as questões referentes à mobilidade urbana – transporte da população (MARICATO, 2006). Foram criados outros programas para tratar o déficit habitacional, como o Crédito Solidário (2004), o PAC e a urbanização de favelas (2007) e, por fim, o Minha Casa Minha Vida (2009).

O PMCMV foi lançado pelo governo em março de 2009, em regime de urgência, como medida provisória, nº 459 e posteriormente, transformado em Lei nº 11.977, em 07 de julho de 2009. A justificativa para a realização do programa MCMV era enfrentar o déficit habitacional, através da ampliação do crédito público e de maciços subsídios a famílias de baixos salários. Para a concretização da ideia, dividiu-se a provisão de acordo com as faixas mensais de renda familiar em salários mínimos – por unidade familiar. A primeira compreendia as famílias com rendimentos de até 03 salários mínimos – concentrando 90% do déficit habitacional. As outras faixas englobavam de 03 a 06 e de 06 a 10 salários mínimos (BASTOS, 2012).

O PMCMV foi lançado como política pública de habitação que garantiria níveis de crescimento econômico após a crise financeira intitulada como “a crise das hipotecas *subprime*” vivenciada internacionalmente nos anos de 2007 e 2008. A respectiva crise promoveu a reorganização da propriedade financeira das principais instituições bancárias e de crédito do mundo globalizado. No Brasil diferentemente dos outros países capitalistas, esse movimento de crise e reorganização acabou impulsionando ainda mais os investimentos internacionais e o país chegou a atingir o crescimento do PIB semelhante ao da China, nos anos seguintes a crise (BASTOS, 2012).

Em 2011, os imóveis da cidade de São Paulo sofreram grande valorização imobiliária, atingindo 27,38 % de aumento sobre o segundo trimestre de 2010, seguida por Hong Kong, com aumento de 25,93%. O período de maior aumento foi entre 2008 e 2010, quando, de acordo com a Embraesp, unidades novas de dois a quatro quartos tiveram aumento no preço de 40% e 60%, respectivamente (BASTOS, 2012).

Para lidar com os efeitos da crise financeira internacional e atender a demanda habitacional, o Estado brasileiro ampliou as linhas de crédito e subsídio, para o consumo de habitação produzida pelo circuito imobiliário privado, para as famílias de trabalhadores formais ou informais - de baixos salários, impulsionando assim, a construção civil.

Cumprir destacar que foi a maior intervenção sobre o mercado habitacional brasileiro dirigido às famílias de baixo salário desde o Plano Nacional de Habitação Popular (1973), coordenado no âmbito do Banco Nacional de Habitação – BNH. A função do programa seria estimular o mercado da construção civil, gerar emprego e ampliar o consumo. O PMCV foi uma política governamental que promoveu um grande estímulo às empresas da construção civil que, por sua vez, empregam mão de obra pouco qualificada das camadas mais baixas da população. Foi uma política bem sucedida para retardar os efeitos da crise, de um lado, mas de outro, não fugiu muito do já experimentado por outras políticas habitacionais precedentes, sobretudo no caráter excludente e pouco integrativo dos assentamentos. Fez-se bastante número, mas, para além do aumento

exponencial dos valores dos imóveis e alugueis, com efeito inverso à integração social da cidade, os problemas socioambientais relacionados à saneamento, transporte, acessibilidade, bens culturais, desenvolvimento local, integração territorial, promoção da educação, programas de saúde, espaços coletivos, entre outros equipamentos urbanos não compuseram os espaços contemplados pelo programa. A atual crise governamental e econômica fez reduzir, até o momento, o orçamento do programa de 18,6 bilhões para 13 bilhões de reais, gerou aumento das exigências da CAIXA para a concessão do empréstimo e a diminuição dos depósitos da caderneta de poupança que é a principal fonte de crédito, com o fechamento de 290 mil postos de trabalho no setor.

As áreas enfocadas no município de Juiz de Fora-MG permitem, ainda que de maneira incipiente, estabelecer um comparativo entre diferentes passagens das políticas habitacionais do país a partir da década de 1990. O que salta aos olhos em um primeiro momento, para as áreas estudadas, é a diferença de escala dos investimentos. Enquanto as propostas municipais, apoiadas pelo governo do estado, foram gradativamente implementadas com um número relativamente pequeno de habitações, as áreas contempladas pelo PMCMV são de grande envergadura, formando verdadeiros complexos habitacionais. Por sua vez os problemas se assemelham, guardadas as devidas proporções, representam políticas pontuais, desacompanhadas e desintegradas das medidas de proteção socioambientais e de integração cultural, asseveradas nas conquistas legislativas que consolidaram a política urbana brasileira.

3.2. A Gênese dos quatro assentamentos

A assimetria na distribuição de recursos e equipamentos urbanos é proeminente nas cidades brasileiras, principalmente nos médios e grandes centros, explicitando os recortes geográficos que segregam as regiões centrais e as periféricas dentro de um município. A acessibilidade aos equipamentos urbanos e à infraestrutura básica acompanha uma lógica inversa daquela que poderia romper essa assimetria: de um lado, aqueles que possuem melhores condições são mais bem assistidos pelo poder público, gozando de melhor infraestrutura urbana e maior acessibilidade aos serviços públicos essenciais; do outro lado, aqueles em piores condições, hipossuficientes e sem condições de se auto-proverem, são os que padecem de uma desassistência generalizada que dificulta sobremaneira a reversão de suas condições e a inclusão de seus interesses nas esferas públicas decisórias. O Estado se faz ausente para aqueles que mais o necessitam, com exceção das políticas repressoras e policialescas, de maior visibilidade nas áreas periféricas, mas nos casos do estudo, nem isso. O quadro de segregação e injustiça histórica dos municípios brasileiros é

amplamente tratado na literatura, sob diferentes vieses, bem como foi alvo de distintas políticas públicas, sobretudo nas últimas cinco décadas.

Apenas para exemplificar, nas proximidades dos assentamentos estudados, principalmente no bairro São Pedro, existem diversos condomínios luxuosos, muito bem murados e intercalados pela população de melhores condições financeiras, que formam um escudo para os mesmos. Com exceção de alguns condomínios que fazem fronteira com comunidades mais pobres, mas nenhum com as comunidades do estudo, apesar de relativamente próximos. Grande parte desses “condomínios” não são condomínios fechados propriamente, apesar de possuírem cancelas e cercarem o direito fundamental de ir e vir, ou impactar na mobilidade urbana, entre outras consequências segregacionistas. Suas vias são públicas e equipadas com serviços públicos, contudo o ingresso em seu interior só é possível com a identificação em portaria com vigilância 24 horas. São cidades enclaves bem cuidadas e jardins em oposição aos loteamentos populares inseguros e insalubres dos entornos. Contudo, o mais grave não é a discrepância de classes, mas o privilégio de classes! Mesmo figurando na Constituição Federal o princípio tributário da isonomia, que combate privilégios odiosos e atribui tributação equivalente a todos aqueles que cumprem o fato gerador de um dado tributo, aqui, com autorização legal inclusive de uma Lei municipal cuja inconstitucionalidade é flagrante (Lei Municipal 10.318/2002 de autoria do atual deputado estadual Isauro Calais), foi facultado a uma classe de privilegiados, que fecham a via pública dando a ela tratamento de área privada, não pagar o Imposto Predial Territorial Urbano - IPTU. Não apenas o município deixa de arrecadar, como há um flagrante desrespeito à qualquer possibilidade de sociedade mais isonômica, pois quanto mais seguros estão os poucos privilegiados dos condomínios, mais perigoso se torna o exterior e entorno desses locais. Esse é o cenário em que se discutem as políticas habitacionais para as classes menos favorecidas na região deste estudo.

Ocorre que, apesar das inspirações democráticas que permearam as políticas governamentais sobre habitação mais recentes, dos veículos de participação cidadã criados e do viés social estabelecido nos parâmetros legais, faz-se pertinente problematizar se essas políticas vem efetivamente se dando de maneira democrática e consoante às exigências legais, ou se seguem a tradição do clientelismo político, da formação de currais eleitorais e políticas paternalistas que inviabilizam a emancipação social e promovem a perpetuação dos quadros de injustiça. Por outro lado, é premente também problematizar sobre as condições dos menos favorecidos socialmente, beneficiários em geral dessas políticas governamentais, se os mesmos são capazes de inserir seus interesses nas esferas decisórias, se possuem consciência mínima de seus direitos e se compartilham uma cultura política que lhes permita participar nos espaços de ampliação democrática. Caso

contrário esses espaços sua inócuos e esse foi um dos pontos mais sensíveis da pesquisa, a extrema dificuldade de organizar politicamente as comunidades.

Ao traçar o perfil da política habitacional no Brasil, percebe-se que suas características principais como a escolha de áreas periféricas e sem infraestrutura adequada para a implantação dos assentamentos urbanos, perdura desde os primeiros programas de governo até a presente data, embora propostas mais recentes como o PMCMV possuem legislação que indicam uma série de condicionantes a serem observadas na implementação das referidas políticas públicas. Perscrutar a dialética entre o idealizado e o efetivado promove uma síntese que foge por completo das projeções.

No Município de Juiz de Fora não poderia ser diferente. No contexto da análise, as quatro áreas destinadas à loteamentos populares e assentamentos urbanos, implementadas no período compreendido entre 1997 e 2012, somente se implementou “loteamentos populares” em contexto de políticas públicas habitacionais diferentes. Posteriormente foi se erigindo alguma infraestrutura , mas nada que pudesse tornar o ambiente urbano mais diversificado de forma a promover uma melhor integração social e enfrentando compartilhado das questões, por exemplo, por empresas e outras atividades econômicas. No contexto do estudo um loteamento se deu a partir de política pública Municipal, através da Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora - EMCASA em parceria com a Caixa Econômica Federal, Caiçara III, o Nova Vida com recursos da COHAB e realizado também pela EMCASA, e dois mais recentes, frutos do programa do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida", quais sejam: Nova Germânia e Parque das Águas, geridos também com a participação da EMCASA.

3.3. Jardim Caiçaras III



Caiçaras III - 2007 - 2018

O Loteamento Caiçaras é a mais antiga das áreas pesquisadas, implementada em 1997 pela Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora S/A - EMCASA. O foco principal da pesquisa, em razão das condições socioambientais, foi a área denominada Caiçaras III cuja gleba total corresponde no projeto inicial a 2.419,76 m², localizada na Zona Oeste da cidade, conforme planta anexa as fls. 09 do processo Administrativo nº. 5929/2005 – volume 01.



O loteamento se deu como continuidade da implantação dos loteamentos Caiçaras I e II. Conforme consta de estudo desenvolvido por Cremonese (2010), o Jardim Caiçaras foi implantado inicialmente no ano de 1997 por meio de uma parceria entre a Fundação Solidariedade Pró-Habitação e a Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora S/A – EMCASA, através de financiamento da Caixa Econômica Federal.

O referido conjunto habitacional foi destinado a famílias de baixa renda, que possuíam renda familiar de até três salários

mínimos, contando inicialmente com um número de 390 moradias, no projeto inicial e segundo levantamento realizado pela EMCASA em 2007, com cerca de 1600 moradores.

Cremonese (2010), indica em seus estudos que posteriormente foram construídas mais 25 moradias distribuídas em duas novas ruas, estima-se que residam cerca de 1760 pessoas no Caiçaras I. O Loteamento Caiçaras II, por sua vez, teria sido implantado no ano de 2003, decorrente de parceria da EMCASA com a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora, onde foram edificadas 180 unidades habitacionais, comportando cerca de 750 pessoas (EMCASA, 2007). Segundo Cremonese (2010), neste momento tem início o primeiro conflito sócio-espacial na comunidade, uma vez que, a Prefeitura deslocou famílias oriundas de diversas áreas de risco da cidade para o bairro, “foram então introduzidas na comunidade original famílias de baixa renda e concomitantemente, não foi promovido nenhum plano prévio de integração com a nova vizinhança”. Há relatos de ocorrência de invasões de famílias não cadastradas pela EMCASA que também foram complicadores da questão habitacional na região.

Na sequência, com a implantação do Caiçaras III, destaca-se que o projeto previa 15 (quinze) lotes medindo 87,50 m² cada, com o objetivo de assentar quinze famílias em situação de ocupação irregular em área logo abaixo do Caiçaras em frente ao local em que atualmente encontra-se o loteamento Nova Vida. Segundo consta do RCA. Item 3.1. as famílias que se esperava atender no projeto inicial encontravam-se em área pertencente ao Município a aproximadamente 5 anos em condições insalubres, sem infraestrutura básica (água, esgoto, iluminação) em barracos de materiais perecíveis como madeira e papelão, consumindo água contaminada e outra parte em casas particulares, de proprietários que se mudaram para o local, do Loteamento Caiçaras I, pertencente a Empresa Regional de Habitação S.A. – EMCASA.

No Relatório de Controle Ambiental – RCA, constante de fls. 29/91 do processo administrativo nº. 5929/2005, volume 01, afirmava-se compatibilização do projeto com o Plano Diretor Municipal, legislação urbanística e planos de desenvolvimento ambiental e sócio-econômico existentes no Município à época.

Quanto à organização comunitária local, equipamentos sociais e serviços, o RCA indicava naquela ocasião, as fls. 50/51 que no loteamento Caiçaras funcionava a Associação Comunitária Caiçaras e Parque São Pedro que abrangia Caiçaras I, II e Parque São Pedro. A comunidade também era assistida, pela Fundação Solidariedade Pró-Habitação e pela Equipe da Pastoral da Criança. Apesar da assistência pública e da sociedade civil a comunidade da área se apresentou pouco integrada e organizada politicamente.

Da implementação do loteamento Caiçaras III já havia serviço de saneamento básico, o abastecimento de água e rede de esgoto encontravam-se próximo e foram estendidos para o atendimento das unidades posteriormente construídas. A coleta de lixo também acontecia de forma regular na região. Cabe ressaltar que as casas desse empreendimento foram invadidas antes se concluírem as obras, acarretando na paralização dos recursos federais para a continuidade do mesmo, redundando em uma situação calamitosa do ponto de vista ambiental que enfrentaremos adiante.

3.4. Nova Vida

O Loteamento Nova Vida foi iniciado sem licença ambiental em novembro de 2005, com conclusão (parcial) das obras em final de 2006. Quando de sua implantação houve grande mobilização da sociedade civil e de conselheiros do COMDEMA, indicando a necessidade de licença de instalação corretiva, em face da empresa responsável pelas obras - EMCASA. O empreendimento foi construído com setenta unidades habitacionais, com o objetivo atender famílias carentes desabrigadas atingidas pelas chuvas ocorridas no final do ano de 2003 até o início de 2004 no Município de Juiz de Fora, conforme convênio firmado entre a COHAB-MG e o Município.

Apesar de constar na proposta do empreendimento a dotação de toda infraestrutura: calçamento, rede de esgoto sanitário, água potável, rede de água pluvial e energia elétrica, a mesma foi apenas parcialmente cumprida. Da instalação do empreendimento danos ambientais significativos foram cometidos com aterramento de nascentes e outras intervenções em Área de Preservação Permanente – APP, sem quaisquer considerações aos parâmetros legais. Após denúncias, foram tomadas medidas com o licenciamento corretivo, dentre elas, a solicitação de autorização perante ao estado para intervenção em APP. Conforme Ofício IEF nº 0125/2007, o apresentado para requerer a anuência de intervenção em APP não condizia com o local, sendo liberado apenas pela consideração da “importância social do projeto”, mediante reflorestamento das áreas impactadas e outorga do IGAM para o uso das águas.

Neste assentamento não há nenhuma área de lazer ou outra infraestrutura de convívio público. Nenhuma área destinada ao comércio. Nenhum equipamento urbano que possibilite uma maior integração social ou estímulo ao associativismo que possibilitasse a criação de um vínculo maior com o território. Há uma carência generalizada de assistência por parte do Estado que, por

sua vez, não cumpriu nem as obrigações legais mínimas previstas no licenciamento ambiental, o que trataremos com mais ênfase em parte própria da pesquisa.

3.5. Nova Germânia e Parque das Águas

No dia 08 de dezembro de 2009, pouco depois do Governo Federal lançar o PMCMV, foi aprovada, após parcas discussões na câmara, o Proc. 6075-00/2009, que acrescentou o inciso VII ao caput e o inciso V ao § 2º, do art. 1º, da Lei nº 8948/1996. No caso, apresentam-se os casos de interesse social que autorizam o Executivo a doar área municipal para empreendimentos sociais. A referida lei municipal dispôs sobre desafetação e doação da Unidade de Fomento Santa Cândida para o Programa “Minha Casa, Minha Vida”.

O interesse em destinar áreas da região para o adensamento populacional por meio de assentamentos urbanos foi mencionada e prevista no (antigo) Plano Diretor do município, Lei Municipal 9811 de 27 de junho de 2000, conforme mencionado. A Região de Planejamento Santa Cândida, onde se situam os assentamentos, foi considerada favorável para a ocupação de população de baixa renda por sua geomorfologia propícia à implementação de infraestrutura e saneamento e proximidade da região central¹⁵. Por outro lado, não se estimava em momento algum algo na proporção do PMCMV e, também, não se pensava em extinguir a Fazenda Santa Cândida que cumpria importante função social para o município e região.

No mesmo ano 2009 foram iniciados os projetos para a implantação dos dois loteamentos, Nova Germânia e Parque das Águas, parcialmente concluídos em 2012. Os loteamentos foram viabilizados por meio de parceria entre a Prefeitura de Juiz de Fora e Caixa Econômica Federal, no esteio do Programa do Governo Federal "Minha Casa Minha Vida". Com 329 unidades habitacionais, o loteamento Nova Germânia ocupa uma área aproximada de 81,7 mil m² doada pela PJJ, nas proximidades de onde funcionou a Fazenda Santa Cândida, entre os bairros Monte Castelo, Borboleta e Caiçaras. No Loteamento Parque das Águas, que ocupa uma área expressiva de 259 mil m² localizada exatamente na antiga fazenda, foram construídas mais 565 novas moradias. Em ambos os loteamentos a responsável pelas obras foi a Construtora Cherem SA.

A área escolhida para a construção dos loteamentos implementados pelo PMCMV gerou certa polêmica restrita aos grupos da prefeitura, sem grande participação social. No local doado pelo

¹⁵ PREFEITURA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA. *Plano diretor de desenvolvimento urbano de Juiz de Fora*. Juiz de Fora: FUNALFA edições, 2004. p. 70.

Município para a construção das casas populares funcionou a antiga Fazenda Santa Cândida, uma área de conservação e fomento de grande importância local. Nolasco (2009) ao pesquisar a atividade de agricultura urbana no município de Juiz de Fora, destacou dentre as 179 áreas de ocorrência de agricultura urbana em Juiz de Fora, a importância das atividades realizadas na Unidade de Fomento Fazenda Santa Cândida, como importante projeto do governo Municipal, àquela época. A Fazenda era uma área de produção administrada pela Secretaria de Agropecuária e Abastecimento.

Ao pesquisar sobre o tema também encontramos legislação municipal, editada em 15 de julho de 1992, Lei Municipal nº. 8112, que dispõe sobre comercialização de bens produzidos na Fazenda Santa Cândida, tratando da venda prioritariamente aos produtores rurais. Segundo os dados pesquisados por Nolasco (2009) a Fazenda Santa Cândida ocupava uma área de 81 hectares entre o bairro Monte Castelo e a Reserva Biológica Santa Cândida, área que de propriedade do Município desde os anos 80, e o início de sua exploração agrícola e pecuária se deu torno de 1986. Segundo a referida pesquisadora no início as atividades eram de ricultura, piscicultura, cunicultura e um pouco de horticultura.

Cabe destacar que a Unidade de Fomento Fazenda Santa Cândida além de ter representado importante contribuição para a proteção do ecossistema naquela região, também trazia benefícios a comunidade local e aos destinatários de sua produção de horticultura, produção de mudas de hortaliças, produção de frutas e piscicultura, além de servir para a realização de diversos cursos agropecuários para produtores da região. Dentre as atividades que eram realizadas na Fazenda Santa Cândida, pode-se destacar: a horticultura com a produção de hortaliças, que eram destinadas as creches e escolas municipais além de entidades filantrópicas; produção de mudas de hortaliças, que eram utilizadas no projeto “Hortas nas Creches, Escolas e Entidades Filantrópicas”; produção de frutas que eram enviados às Creches e Escolas Municipais além das Entidades Filantrópicas; piscicultura, com a produção é de 50 mil alevinos/ safra anual comercializados para produtores e a renda obtida para um fundo da Prefeitura (NOLASCO, 2009).

Assim, segundo Nolasco (2009) a Fazenda dialogava com a sociedade e representava uma importante área de manutenção de verde para a cidade, e ainda, contribuía para a garantia de segurança alimentar de parcelas da população urbana, além do ensino e divulgação da agropecuária. Conforme se depreende da antiga imagem de 2010, a Fazenda apresentava diversos lagos, áreas de criação de animais e hortos para mudas diversas.



Mesmo diante de toda a importância da Unidade de Fomento Fazenda Santa Cândida para a atividade de agricultura urbana, preservação de área verde e atividades educativas, o Município de Juiz de Fora optou por doar a referida área para a implementação dos dois loteamentos do Programa Federal "Minha Casa Minha Vida", decisão questionada por organizações civis e por integrantes do Legislativo.

Não obstante o dano irreversível que seria causado ao município em sua história e bem de uso comum, em 26 de janeiro de 2010 foi protocolado pelo Político (deputado estadual) e Engenheiro Luiz Fábio Cherem o requerimento de licença ambiental conjunta, prévia e de instalação – conforme Resolução Conama 412/09, para o empreendimento de interesse social “Loteamento Parque das Águas”, situado entre os bairros São Pedro e Monte Castelo, (área denominada G-1 – Fazenda São Judas Tadeu – matrícula 58.999, livro 2, Cartório do 3º Ofício de Registros de Imóveis). A área da antiga fazenda foi radicalmente transformada, conforme imagem de 2015.



Partindo do déficit habitacional quantitativo diagnosticado no Plano de Habitação aprovado em 2009 pelo Conselho Municipal de Habitação, em que cerca de 65% dos deficitários estão situados entre pessoas de 0 a 3 salários mínimos, a proposta dos loteamentos Parque das Águas e Nova Germânia foi direcionada para este público. Cabe ressaltar também que a decisão se relaciona também ao fato de que o PMCMV, fonte dos recursos destes empreendimentos, subsidia até 70% do valor do imóvel para as pessoas nesta situação, com valores módicos a serem pagos ao longo de 5 anos. A escolha dos moradores foi referida enquanto alvo de um estudo conjunto entre Prefeitura, Caixa Econômica e Ministério das Cidades, destacando como critério de escolha famílias que se encontram em contratos de locação social, áreas de risco e em condições sub-humanas de moradia. Há menção sobre a criação de um “Grupo Técnico de Trabalho” que acompanharia todo o processo, conforme frisado no documento assinado pelos engenheiros José Augusto Ribeiro Toledo e Rogério Barbosa Campos em 13 de fevereiro de 2010. Grupo esse que nada encontramos publicado, caso tenha existido.

Tal grupo constou também do processo administrativo para avaliação dos impactos destes empreendimentos, de modo a conferi-los uma maior sustentabilidade ambiental, econômica e social. Entre os assuntos que seriam abordados por este grupo seria a forma de organização destas novas comunidades, visando o princípio da dignidade humana, o resgate da cidadania e a elevação da auto estima dos moradores (PROCESSO 4649/2009, p. 136), coisas que de fato não levaram a lugar nenhum e nunca saíram do papel.

Não apenas a privatização não onerosa da área pública de interesse social gerou polêmica nesses loteamentos populares, mas uma medida clientelista do prefeito do PSDB na época do empreendimento, Custódio Mattos, tornou o local um palco de conflitos sem fim. Antes do término do empreendimento as famílias foram alocadas nas residências de baixa qualidade de maneira aleatória sem que guardassem nenhum vínculo com o local ou entre si, gerando situações em que grupos rivais de bairros periféricos da cidade tornaram-se vizinhos. A ausência de infraestrutura básica, de equipamentos urbanos mínimos e do próprio Estado de uma forma geral, fez a área se tornar um palco de luta pelo controle do território, com violência expressiva de um homicídio por mês da época da implantação até o ano de 2014, além de invasões e expulsões de moradores por grupos ligados ao tráfico, o que será melhor tratado em parte oportuna do trabalho.

**** Uma tragédia anunciada*

A oportunidade de captação de recursos federais surgida com PMCMV foi percebida enquanto de grande importância para o município aquecer ainda mais a economia no setor da construção civil e suprir parte do déficit habitacional de cerca de quinze mil moradias em Juiz de Fora. Entretanto, para obter a verba da Caixa Econômica Federal, realizar o contrato para ingressar no Programa Minha Casa Minha Vida, seria necessário ceder um terreno que contemplasse a proposta do Governo Federal para a construção das moradias. No caso enfocado, o expressivo número de moradias exigiu uma área também expressiva, chegando-se à proposta de desativação da Unidade de Fomento Santa Cândida e consequente transferência de suas atividades para outra unidade no bairro Linhares - antiga Casa do Adolescente e ex FEBEM¹⁶. Na discussão realizada na Câmara de Vereadores em 08 de novembro de 2009 o então vereador Joao do Joaquinho (atualmente afastado do cargo após ter sido flagrado pela polícia com animais silvestres abatidos) defendeu a proposta ressaltando a “improdutividade” da antiga fazenda. Por sua vez, outro vereador, Wanderson Castelar, ressaltava os impactos que o empreendimento poderia causar, convocando uma audiência pública na sequência. Em 12 de janeiro de 2010 ocorre então a Audiência Pública na Câmara de Juiz de Fora em que participaram compondo a Mesa, dentre outros, o Secretário de Obras da PJJ, Jefferson Rodrigues Júnior; o Diretor Presidente da EMCASA, Daniel Ortiz Miotto; o Secretário de Agropecuária e Abastecimento, Cláudio Nápoli; a Secretária de Atividades Urbanas

¹⁶Aqui cabe um pormenor para explicitar que durante toda a pesquisa foram buscados documentos e imagens da antiga Fazenda Santa Cândida, não foi conseguido o acesso, inclusive todo e qualquer ex-funcionário ficava extremamente desconfortável em conversar. Ninguém gravou entrevista.

e responsável pela AGENDA-JF, Sueli Reis; a representante do Comitê Central Popular, Adília Nogueira Sózzi; o Coordenador do Movimento Nacional de Luta pela Moradia e Membro do Conselho Municipal de Habitação, Paulo Sérgio dos Reis; o Presidente da Associação de Moradores do Bairro São Pedro e Presidente do Conselho Regional da Saúde da Cidade Alta, José Paulo Cândido Pereira, e o Gerente de Governo da Caixa Econômica Federal, Agência Manchester, Cássio Calábria.

Na reunião foi ressaltado pelo representante da Associação dos Geógrafos como a questão foi votada a “toque de caixa” pela Casa, impossibilitando maiores discussões, e como a negligência do governo municipal para com os outros assentamentos na mesma região (Caiçaras) havia impactado a Reserva Biológica Santa Cândida e mantido inúmeras famílias em situação precária, carente de infraestrutura básica.

Em breve síntese podemos enumerar os questionamentos proferidos pelos representantes de movimentos sociais: 1. O adensamento demográfico que reuniria centenas de famílias de localidades diversas num mesmo local; 2. Os impactos ambientais do empreendimento e as perdas culturais; 3. A infraestrutura que seria proporcionada para contemplar tantos moradores, posto que os bairros adjacentes não possuíam infraestrutura para atender seus próprios moradores; 4. Os impactos sobre as atividades desenvolvidas na antiga fazenda; 5. A necessidade de estudos ambientais.

Por sua vez, os representantes do governo afirmavam estar tudo devidamente planejado e que o prazo estabelecido pela Caixa Econômica Federal não poderia ser ultrapassado, justificando a necessidade da celeridade e o fato de não ter aberto o diálogo com os movimentos sociais. A então Secretária de Atividades Urbanas e Superintendente da Agência de Gestão Ambiental de Juiz de Fora (Sueli Reis) e o Secretário de Obras (Jeferson Rodriguez) afirmavam conforme transcrição da Ata:

[...]Tranquilizou a todos dizendo que todos os equipamentos vão ser construídos, pois isto está previsto, e a Agenda-JF está fazendo um estudo para implantar um reflorestamento nas áreas que não forem ocupadas pelas residências. Esclareceu que os movimentos sociais não foram consultados dada a urgência com que o projeto precisou ser apresentado a CEF e assinado os documentos, além do que não havia alternativa, pois a Prefeitura não tem outras áreas capazes de abrigar um empreendimento dessa ordem. Agradecendo a oportunidade e fazendo coro as palavras do secretário Jefferson de que a Câmara Municipal, ao contrário do que se imagina, foi altamente responsável ao aprovar imediatamente o projeto, porque senão Juiz de Fora teria perdido a oportunidade de construir essas casas e de abrigar tantas pessoas que estão precisando dessa moradia.

A simples leitura da ATA DA QUINTA AUDIÊNCIA PÚBLICA DO PRIMEIRO PERÍODO DE REUNIÕES DA CÂMARA MUNICIPAL DE JUIZ DE FORA possibilita detectar um reconhecimento entre

diferentes atores sociais dos riscos das propostas e, ao mesmo tempo, um empenho muito grande para a materialização da mesma por parte de representantes do executivo e legislativo. Enfaticamente os parlamentares mais de esquerda, curiosamente do Partido dos Trabalhadores, questionavam o projeto

O Vereador Wanderson Castelar disse que realmente ninguém em sã consciência pode ser contra a dar casa a quem não tem casa, independente de qual modelo esteja baseando esse tipo de iniciativa. Mas, a história brasileira mostra que a realização desses conjuntos habitacionais, desde o tempo do BNH, resolvia um problema e trazia outros e é isso que queremos evitar. Não podemos apostar num modelo habitacional, onde é concentrado um grande número de pessoas, sem colocar naquele local as condições ideais para que a vida comunitária se realize dentro da normalidade.

Os movimentos sociais como o Comitê Central Popular e a União dos Movimentos de Moradia em todo o Brasil, junto à alguns vereadores, se posicionaram contrários ao empreendimento. Afirmavam ser inconcebível reunir tantas pessoas em um mesmo local e possibilitar qualquer acesso à cidade.

Entretanto a discussão se centrava em “ganhar ou perder” o recurso federal, reafirmada na imposição vertical do Governo Federal que não possibilitou tempo maior para estudos. A avidez pelos recursos apresentada pela Prefeitura de Juiz de Fora e sua base aliada, chegava ao absurdo de dizer, conforme palavras proferidas pelo então vereador Noraldino Jr., que tratava-se de um empreendimento sustentável que cumpria todas as determinações legais: “o critério da sustentabilidade, que é você aproveitar da melhor forma todo o meio ambiente para diminuir os custos da sua construção”. Por outro lado, muitos se lamentavam da depredação do patrimônio ecológico que representava a região da antiga fazenda, que inclusive foi o primeiro manancial de abastecimento da cidade.

3.6. A chegada dos moradores e suas impressões

Para cada uma das realidades enfocadas multiplicam-se as histórias de vida que conduziram aquelas pessoas às localidades onde hoje residem ou residiram por um tempo. São realmente muito raras as pessoas que já viviam nesses próprios locais e em suas proximidades. Excepcionalmente os que chegaram já guardavam um laço cultural mais íntimo com o território em que se alocavam. São em grande parte “pessoas de fora”, de outras paragens do município, conduzidas pela sorte ou pelo azar do destino, deslocadas por terem perdido suas antigas moradas ou em diásporas na busca de novos e melhores horizontes. Uns precisavam muito de um local para morar, outros menos, outros não precisavam, eram apenas oportunistas... Desde o princípio uns querem se fixar e criar

raízes, vincularem-se ao novo território, melhorar e crescer com ele... para outros tanto faz, seguirão se deslocando para onde os ventos os soprarem.

Aqui nos cabe dar voz àqueles que se dispuseram a participar da pesquisa e deixar-lhes dizerem de suas próprias vidas, como chegaram às localidades, o que encontraram lá e quais impressões tiveram dos seus novos imóveis. A abordagem nos permite não apenas ilustrar algumas histórias, mas compreender como essas políticas habitacionais se materializaram.

Iniciaremos pela Fabiana Batista Saume, uma auxiliar de almoxarifado da construção civil, que assumiu o papel de liderança na comunidade do parque das Águas, desempenhou a função de presidenta da associação de moradores e lutou diuturnamente durante sua estadia na localidade por melhorias sociais para todos os moradores.

A minha história no Parque das Águas foi o seguinte. Em 2010 eu tinha uma casa de cobertura, dois quartos, sala, cozinha, terraço, no bairro Santa Cândida. E no decorrer de uma chuva que teve no final do ano no dia 31 (eu lembro como se fosse hoje) saímos para poder comemorar a virada do ano em uma pizzaria (eu, meu marido e as crianças) quando retornamos a casa de cima tinha descido na minha casa.

Ai entrei pela defesa civil, pra mim conseguir tirar as minhas coisas, perdi roupa, as coisas das crianças, 50% dos meus móveis. Foi uma tragédia terrível, saiu até na televisão, foi Deus que não tinha ninguém lá porque no natal eu fiz uma festa no terraço, um churrasco no terraço.

E no ano novo eu fiquei meio aborrecida com todo mundo porque eu fiz aquele festão e depois eu tive que limpa tudo, ai eu falei não. Então não quero festa, acabamos que saímos. Mas foi um livramento de Deus.

Ai aconteceu esse desacerto, caiu a casa da minha cunhada. Que vocês até devem conhecer, a Edvânia ela até mora lá no Parque das Águas. Veio lambendo em cima da minha casa, foi 50% (cozinha, copa, garagem) desceu tudo. Então a defesa civil me colocou nesse projeto, Minha Casa Minha Vida, pela defesa civil. Eu não participei daquela seleção de ir lá, fazer inscrição, fazer essas coisas.

Eu participei do sorteio, mas não precisei ir lá pra se inscrever, pra entrar no programa. Eu já fui inscrita diretamente pela defesa civil. Eles me deram um auxílio aluguel, para mim poder manter um outro lugar pra ficar com os meus filhos. E assim por diante. Quando foi em 2011, eu fui chamada de novo.

Ou Parque das Águas, ou Nova Germânia, ou Araucária. Foi falando os locais pra mim. E eu até então, não conhecia nada pro lado de zona norte, eu fiquei em dúvida porque eu não queria apartamento eu queria casa, por eu ter quatro filhos, filho adolescente, essas coisas apartamento não era o meu ideal. Hoje eu estou vivendo em um até por necessidade, porque é dos meus pais, eles me deram para mim morar. Mas não é o meu sonho, sempre gostei de espaço, sempre gostei de animal, eu gosto de festa, eu gosto de casa.

Em seus relatos Fabiana narra que foi a segunda moradora a ingressar no Parque das Águas e que ao visitar a localidade em obras, antes das casas serem entregues, se deparou como uma situação inusitada que lhe deixou temerosa.

[...] quando eu fui ver as casinhas que estava em fase de crescimento construção, acho que já tinha 1m ou 1,30m nas paredes, eu só de entrar nos loteamentos eu já fiquei meio apavorada. Por que no dia que eu entrei, que cheguei lá no loteamento Parque das Águas com o meu marido, já encontramos um homem com uma foice correndo atrás de uns moleque que tinha roubado material de construção da firma, uma confusão total ai eu já fiquei espantada. Mas como eu já tinha colocado lá na EMCASA que o que eu queria Monte Castelo eu não podia voltar atrás porque teve a reunião das pessoas que foi inscrita e foi sorteada escolher o lugar que a pessoa tem e não podia voltar. Cheguei até falar não quero ir, não quero ir mas acabei indo porque tava pagando caro de aluguel e recebia 180 reais de ajuda do governo (da prefeitura)

auxílio aluguel. Muito pouco. E eu morava no Bairro de Lurdes, em um apartamento pequenininho, as crianças estavam vindo estudar aqui em cima, tava gastando muito de passagem. Tava passando muito transtorno.

Fomos para o Parque das Águas, eu fui a segunda moradora a entrar lá. No dia da entrega da chave, entregou no sábado e eu mudei no domingo de manhã. Mudei para aquele lugar, quando eu cheguei lá eu lembro como se fosse hoje, ainda não tinha ligado minha luz, eu fiquei lá o domingo sem luz, segunda sem luz, a terça sem luz, foi ligar na quarta-feira no finalzinho de tarde, mas mesmo assim eu fui com aquele intuito de falar isso aqui vai crescer, isso aqui vai melhorar porque antes deu ser convidada, porque a minha participação na presidência do bairro não foi nem muito por meu querer foi um convite que eu tive até diretamente pelo pessoal da EMCASA

No momento eu conhecia ali meia dúzia de pessoas porque eu fui pra um bairro que tinha gente do Dom Bosco, gente do Santa Luzia, gente do bairro de Lurdes, gente do Benfica, do Vila Olavo Costa, aquele Minha Casa Minha Vida do Parque das Águas tinha tudo para se dar, ser um dos melhores empreendimentos daqui de Juiz de Fora, do Mundo, podia ser um exemplo assim, uma coisa bonita. Mas transformou numa bagunça porque pegou 50 pessoas daqui, 30 pessoas dali, 20 daqui e virou um caldeirão de pólvora.

A realidade narrada pela Fabiana é comum à de vários moradores, mas se distingue por sua iniciativa em tomar a frente da comunidade, papel designado e priorizado para as mulheres nos programas habitacionais do governo federal, e pelo desejo de ver prosperar sua comunidade. Entretanto, por rivalizar de forma muito intensa com outro morador, a Fabiana optou por se mudar em final de 2016.

Atualmente o Sr Luis Carlos Barbosa, conhecido como “Pardal” está exercendo a liderança comunitária no Parque das Águas, com destacada vivência no meio político e muito articulado com diferentes grupos da comunidade, o Pardal exerce a liderança “indiretamente”, pois preside a associação a Sra Rozemir da Silva e a mulher do Pardal é que vice-presidente. Pardal também nos narra a sua chegada ao Parque das Águas:

Eu morava no Bairro Arco Íris. [o que me trouxe pra cá foi] o sorteio da casa própria no nome da minha esposa e sair do aluguel pra vir pra cá pagar uma prestação dum coisa própria para minha família. É, foi um sorteio que houve. Nós fomos sorteados e ficamos aguardando 1 ano e meio após o sorteio para tomar posse da casa. [Até] dia 1º de julho de 2012.

O Sr Luis Carlos Barbosa narra suas impressões ao chegar no Parque das Águas e como se deu essa chegada, expondo um pouco o contexto político que ali se vivenciava.

[...] quando nós chegamos aqui as casas, é minha patroa como eu 40 anos vive pagando aluguel aqui em Juiz de Fora, a sensação minha foi de que logo no primeiro dia é que nós “tava” conseguindo uma coisa nossa que não teria mais problema de sobre a lei do inquilinato. Que as vezes na minha própria deficiência financeira ficar devendo aos proprietários dos imóveis que eu morava, então eu iria poder pagar um valor bem acessível por uma coisa própria pra mi e para meus filhos. O sonho da casa própria. É o sonho da casa, e depois no decorrer do dia-a-dia no imóvel é que nós passamos a notar que foi feito, assim, uma propaganda enganosa sobre a venda do imóvel. Onde apresentou vários defeitos do projeto arquitetônico em cima do imóvel e com isso veio uma briga constante entre os órgãos responsáveis para sanar os problemas apresentados dentro do imóvel. É, não tinha piso no chão, foi colocado posteriormente. Era chão batido, só tinha na cozinha e no banheiro. Aí depois a Caixa mandou que colocassem os pisos nas residências. Onde teve vários problemas em quem tinha direito não recebeu e quem não

tinha direito recebeu os pisos. Porque a empreiteira que teve aqui era uma turma de ladrão, sem vergonha, e houve um roubo muito grande sobre os pisos que “tavam” chegando através de empreiteiras terceirizando e uma pouca vergonha que ninguém tomou atitude.

No início ficou guardado aqui na frente da minha casa e numa outra casa que eu consegui, para que o responsável pela colocação da empreiteira distribuisse ele pegasse aqui e levasse para colocar nas casas. Então, o próprio responsável em colocar os pisos nas residências ele recebeu uma verba da firma que já tinha sido contratada pela Caixa ela repassou, então, ele quando chegava nas residências se ele fosse com a cara da pessoa ele entregava os pisos, se fosse mulher nova, solteira, “bunitinha” ele entregava e mandava colocar os pisos. E de acordo com própria população os que tinham até direito não conseguiram receber e os que não tinham conseguiram levar e receber.

Pela lei que foi apresentada pela Caixa todos os 565 imóveis com o direito, aí quando eles chegaram e pegaram algumas casa que já tinham, então o que eles fizeram, é juntaram pra eles, que era uma média de 14 caixas de pisos e com isso fizeram as falcaturas. Que na época venderam caixa de pisos a 5 reais houve desvio de eles levarem pisos para a residências deles todos de São Paulo e Belo Horizonte que vieram aqui trabalhar os peões

Eles tavam pegando pra eles e vendendo pra outro de fora. Chegavam numa residência e tinha piso nos dois quartos e na sala eles falavam que não precisava de entregar o pisos que eles já tinham. [...] foi denunciado tem várias queixas, Procon, Caixa econômica só que ninguém tomou atitude.

Ao questionar sobre a chegada dos moradores antes de se concluírem as casas e se dar qualquer infraestrutura urbana adequada, recebo como resposta do Pardal:

Porque isso aí foi uma situação muito grave dentro da política em que o prefeito que “tava” na gestão na época, o Custódio, ele se precipitou em querer entregar os imóveis achando que isso daria um voto pra ele na reeleição dele e acabou que ele não conseguiu a reeleição que já tinham sido entregues 2397 residências dentro do Projeto Minha Casa, Minha Vida em Juiz de Fora e o tiro saiu pela culatra. Que houve a precipitação, não houve uma fiscalização dos imóveis pelos engenheiros. Aí a Caixa liberou, eles fizeram a entrega das chaves para todo mundo.

Segue relatando as condições as quais as casas foram entregues de maneira muito distinta do que foi projetado e aprovado no licenciamento, bem como com uma série de problemas de ordens diversas, o que foi reproduzido por inúmeros outros entrevistados.

Existe dentro dos imóveis no Parque das Águas, vou ser específico no Parque das Águas, em que só houve super faturamento no engradamento das telhas que no projeto era um ferro que não enferruja e foi substituído pela saque 300 que ta aí hoje a viga 1 e não fizeram a, não passaram anti-ferrugem, não fizeram uma pintura e deixaram uma média de 10 a 3 centímetros de espaço da alvenaria até o telhado onde isso aí da infiltração, de pássaros fazem ninhos, os gatos entram aí dentro, então, o vento leva poeira lá pra dentro, chove molha, com isso traz uma série de doenças para todos que residem aqui dentro do condomínio por causa dessa situação do forro. A água pluvial e a do esgoto correm junto e sempre para o lado oposto da caída da casa. Tem gente que tá sofrendo até com águas voltando pra dentro de casa. Tem! Tem até lá na rua B uma casa que estourou a rede de esgoto por dentro do banheiro, passando pelo quarto saindo pra casa do vizinho.

A realidade das outras comunidades não é muito diversa, ao contrário, no caso do Nova Germânia é exatamente a mesma, com os mesmos problemas posto que os dois empreendimentos (Parque das Águas e Nova Germania) foram construídos juntos, pela mesma política, mesma construtora e com início das operações na mesma data. A vice-presidenta da associação, Débora Braga Lopes, professora do ensino fundamental, nos narra seu ingresso no loteamento.

Eu sou Débora Braga Capel Lopes, sou professora de Ensino Fundamental, e vim para o Nova Germânia através da EmCasa, da inscrição da EmCasa na prefeitura, fui sorteada e vim do bairro Grajaú, referência do bairro Grajaú. Vim logo no começo do loteamento mesmo, logo que eles entregaram a gente veio pra cá e agente tinha até uma cláusula no contrato que falava que em trinta dias a gente tinha que estar tomando posse do lugar, então a gente veio mesmo do jeito que tava e foi melhorando com o tempo.

Na verdade assim, a minha casa era um porãozinho abaixo da casa dos meus pais. Na época em que eu fiz a inscrição, uns meses depois, caiu um barranco em cima da minha casa assim, e eu fiquei com um espaço muito pequeno para poder passar para dar acesso à rua, aí depois aquilo foi arrumado mesmo, até conseguimos arrumar esse tipo de coisa, o meu pai... Era a casa dos meus pais, eu não tinha a minha casa, entendeu?!

Da mesma forma narra suas impressões ao ingressar na comunidade, bem como os problemas que se apresentaram logo de sua chegada e que perduram todavia em grande parte.

De início parecia, assim, as ruas estavam asfaltadas, todas as ruas, as redes de esgoto, parecia que tava fluindo bem, a gente começou a ver depois de um tempo que tinha problema. Mas assim, de início tava bem bonitinho. Só que as casas não foram entregues conforme deveria ter sido entregue. Assim, a gente fez uma vistoria, contou para a Caixa os erros construtivos que deveriam ser arrumados e no dia da entrega das chaves, quando a gente pegou foi uma decepção muito grande, porque a gente entrou e as casas estavam do mesmo jeito que no dia da vistoria. Não tinha pintura, a gente teve que pintar, não tinha piso, a gente teve que colocar, porque muitas famílias conseguiram depois, dentro do projeto mesmo, Minha casa Minha Vida, a presidente Dilma na época viu que as casas estavam sendo entregues sem piso e ela mandou colocar piso em todos os empreendimentos. Até os que já tinham sido entregues. Aí neste caso, como eu já havia colocado o meu eles não mexeram. Entendeu?! E nem me indenizaram também não! (risos)

Eu gosto, gosto daqui. A gente tem problemas, mas todos os lugares tem problemas, é isso que eu falo, né?! Assim, em vista de outros lugares, o Nova germânia não é tão violento quanto, é, vamos dizer assim, a fama que ele tem. O fato dele ser muito próximo ao Parque das Águas e o Parque das Águas ter sido um lugar muito conflituoso quando o pessoal se juntou e começou a morar tinha assassinato praticamente toda semana no começo. Nova Germânia, até hoje temos contabilizadas quatro mortes e dessas quatro duas foram por envolvimento com o tráfico de drogas e duas foram crimes passionais, coisa mesmo que não teria a ver com isso. Mas é um lugar de pessoas trabalhadoras, de família que vieram em busca do sonho de ter sua casa própria, seu canto seu lugar, e numa condição financeira que dê para eles pagarem, porque a gente sabe que a prestação ela não é uma prestação alta igual um aluguel que a pessoa paga. Então as pessoas puderam ir melhorando aos poucos as casas, a gente vai aos pouquinhos tentando dar uma melhorada aqui, outra ali. Mas a gente recebeu a casa com muitos problemas construtivos. Até pouco tempo as casas todas molhavam por dentro. A gente descobriu isso da pior maneira possível, com uma chuva dia nove de dezembro de dois mil e doze. Tinha pouco mais de um mês que a gente tava morando aqui, choveu muito, e quando a gente chegou em casa a gente tinha perdido praticamente tudo em questão de móvel e colchão, porque água dessa igual cachoeira, do teto das casas, e por conta disso algumas pessoas entraram na justiça, conseguiram indenização. Conseguiram que a Caixa mandasse a construtora arrumar essas casas, mas não foram todos os moradores, foi muita pouca gente contemplada a esse respeito e eu no me caso, fui fazendo os paliativos que davam pra mim fazer de acordo com a minha situação financeira. Eu rejuntei as minhas telhas, a gente tampou as laterais da casa por onde a água entrava também, chuva de vento e molhava bastante. A gente fez tudo por conta própria. Porque foram várias ligações para o zero oitocentos e era sempre assim a resposta “a não você tem que ver com a construtora, isso não é responsabilidade da Caixa”.

Conforme se depreende as histórias de vida e as condições de infraestrutura das casas eram muito similares entre os dois empreendimentos, mas a realidade também não é muito distinta no Caiçaras e Nova Vida, apesar de serem outros programas com outros recursos e momentos políticos.

Em conversas com moradores do Nova Vida foi relatado também que as casas foram entregues com inúmeros problemas de infraestrutura e acabamento. Esses foram enfrentados e resolvidos em grande parte pelos próprios moradores, conforme nos narra José Carlos da Costa, catador, residente no Nova Vida há 11 anos, cerca de três anos após a construção do empreendimento.

Meu nome é José Carlos da Costa, tenho 56 anos. Há mais de 25 anos eu venho mexendo com material de reciclagem. Vim para cá em 1970, aqui em Juiz de Fora que comecei a mexer com reciclagem. Aqui [no Nova Vida] já faz 11 anos, vai fazer 11 anos que eu estou morando aqui.

Antes disso a gente morava lá no Jóquei, numa casinha da EMCASA também. Teve mudanças de locais, saí do Poço Rico em uma moradia de área de risco, depois fomos para o Jóquei III, que era no Parque das Torres, e do Parque das Torres viermos parar aqui. Isso já tem 11 anos.

Fizemos troca de casas e de documentos, hoje aqui está no nome dela (mulher do entrevistado) e já está nos documentos tudo direitinho. Meu estado civil é solteiro, sou pai de 10 filhos biológicos, registrados, foram todos legalizados. Hoje aqui comigo mora 3 meninas, duas que estão aqui e a outra que está trabalhando, que é a Pâmela.

A nossa entrada aqui foi pela EMCASA, eu fui removida da área de risco, a casa do Poço Rico foi pela EMCASA. Essa daqui eu troquei, porque eu não gostava de onde eu morava, eu morei lá 13 anos e não gostava do lugar, então eu fui e troquei com uma colega minha e acabamos legalizando, a casa de lá passou para o nome dela e essa daqui passou pro meu nome. Foi tudo pela EMCASA mesmo.

Ao relatar as impressões do local externa um pouco melhor os problemas vivenciados.

Desde quando nós começamos a morar aqui continua tudo do mesmo jeito, não mudou nada. A única coisa que mudou aqui foi que acabou a poeira, que era estrada de chão, hoje tem asfalto e antes não tinha. A única melhoria que teve aqui foi só isso, mais nada. Uns 5 anos depois [que mudei]. Foi bem depois que nos mudamos para cá, bem depois, nós comemos muita poeira.

As entrevistadas do Caiçaras apontam uma realidade um pouco distinta, pois os entrevistados residem no denominado Caiçaras II, área mais antiga, heterogênea e melhor consolidada. Por sua vez, em conversa não gravada com uma moradora do Caiçaras III, que inclusive buscava no curso do projeto montar uma associação separada dos demais Caiçaras, demonstrou certa revolta em relação a forma como as casas foram entregues, mas principalmente, com relação ao descaso continuado do poder público frente as construções irregulares que se proliferaram na área respectiva. Foi mencionado que houveram muitas invasões, parte das famílias que receberam casa no local logo as venderam e migraram para outras ocupações, entretanto, esse relato não foi possível de ser investigado a fundo.

Dentro da grande gama de problemas enfrentados nesses loteamentos populares pesquisados, a condição as quais as casas foram entregues certamente é um dos que chamou mais a

atenção, especificamente no Parque das Águas e Nova Germania. O não cumprimento das cláusulas contratuais, do estipulado nos projetos e mesmo das condicionantes ambientais, refletem o dinheiro público mau empregado e o imenso desrespeito com as populações mais carentes. O projeto em tela não adentrou nas questões acerca das deficiências nos imóveis enquanto objeto de instrumentalização de demanda coletiva (salvo constatando-as enquanto dado de pesquisa), em razão de no curso da pesquisa o Ministério Público Federal ter ingressado com ação civil pública nesse sentido (2º vara – processo 0017996-98.2014.4.01.3801) contra a Construtora Cherem e a Caixa Econômica Federal, requerendo a reparação de danos materiais e morais, além da obrigação de reparação dos imóveis.

4. ASPECTOS SOCIOAMBIENTAIS E INFRAESTRUTURA URBANA

4.1. Da percepção sobre a infraestrutura urbana

Ao caminhar pelas vias de cada uma das áreas da pesquisa, antes de se ter uma imagem desoladora de miséria e carências generalizadas, temos a impressão de estar em locais com algumas coisas inacabadas e com um significativo potencial de serem espaços melhor organizados. Não seria correto dizer que há uma insuficiência absoluta de toda sorte de infraestrutura urbana nas áreas pesquisadas dos quatro loteamentos/assentamentos. Existem escolas, creches, transporte público, saneamento, asfaltamento nas vias, praças e outras áreas de lazer. Ao menos algum desses itens está presente em todos os assentamentos, por sua vez nenhum dos assentamentos possui todos estes.

Chama a atenção, ao ouvirmos as histórias das pessoas locais e pesquisarmos os documentos de implementação dos empreendimentos, o fato de que grande parte dessa infraestrutura ter sido instalada bem após a chegada dos moradores, mesmo nos loteamentos PMCMV. Chama a atenção também o fato de faltar muita coisa em muitas das localidades, não há nenhum posto de saúde, ora falta escola, ora falta creche, ora falta uma praça, mas em todos os casos, além de postos de saúde, faltam áreas designadas para o desenvolvimento econômico das comunidades. São projetos pensados para assentar milhares de pessoas sem se projetar uma padaria, um mercadinho, sem se projetar incentivos para que a economia formal, seja ela de caráter empresário ou solidarista, se instale e contribua na melhoria da infraestrutura e da socioeconomia local. Fala-se muito em parcerias entre o setor público e o privado, mas ali não se vê nem um nem outro efetivamente. Não obstante as falhas decorrentes de um planejamento insuficiente, temos ainda as deficiências do que já foi instalado, indo das casas às vias, praticamente tudo apresenta problemas estruturais tornando extremamente complexo quantificar e mencionar *vis a vis* todos os problemas que nos deparamos.

No presente item, um dos pontos mais relevantes da cartografia social proposta, nos cabe narrar descritivamente a infraestrutura e projetos sociais encontrados, a partir do que foi possível presenciar, do que nos foi relatado ou identificado em documentos e confirmados *in situ*. A interpretação busca ver o que forma e influencia as realidades recortadas e de qual maneira se percebe ou é percebida. Seguiremos narrando sobre educação, saúde, lazer e programas sociais desenvolvidos.

4.1.1. Educação

Quando iniciamos os trabalhos em 2014 até 2016, os primeiros contatos se deram com as associações de moradores e alguns moradores mais articulados politicamente, indicados pelas próprias associações. Entretanto, logo no início, nos deparávamos com uma grande dificuldade de mobilização. As associações não possuíam capilaridade social e estavam, forma geral, vinculadas às práticas políticas tradicionais, com diálogos partidários estreitos, sobretudo com a vereança da cidade. Houveram algumas tentativas de realização dos Diagnósticos Rápido Participativos e oficinas sem êxito em razão da baixíssima presença de moradores, apenas um ou outro da própria associação quando buscava-mos nos reunir. Foram as escolas e seus representantes, diretores, coordenadores e professores, que propiciaram maior capilaridade ao projeto e um contato mais efetivo com as comunidades, não obstante a difícil tarefa de articular os horários.

Nas escolas as comunidades estudadas encontram seu principal ponto de união, o único local que percebemos reunir um contingente significativo de moradores para os diversos fins, seja lazer, seja questões da própria escola ou questões do bairro. A atuação das escolas é o principal espaço de realização da cidadania local ainda que isso não seja explorado de forma mais intensa politicamente, dada a própria operacionalidade da escola. Contudo as mesmas em muito exorbitam sua mera função da educação formal abrindo suas portas para os problemas enfrentados pelas comunidades e abraçando-os. Duas escolas estão situado dentro das comunidades estudadas: a Escola Municipal Professor Augusto Gotardelo que atende às comunidades do Caiçaras, Nova Vida e Nova Germânia, atua no ensino infantil, Fundamental e supletivo; e a Escola Municipal Jovita de Montreuil Brandão, situada no Parque das Águas, que atua no ensino infantil apenas.

Certamente os problemas enfrentados pelas escolas nas localidades estudadas são comuns a diversas outras escolas públicas municipais em diversas outras regiões, como falta de recursos, baixo salário dos professores, depredação e furto de patrimônio por moradores. As limitações também inerentes aos modelos de educação formal vivenciados no Brasil provavelmente também são comuns ali e em outros locais. Acreditar na educação como a milagrosa saída para o problema das classes economicamente frágeis e o despertar de uma postura diferenciada que transforma o indivíduo em um cidadão é algo piegas. Grande parte das pessoas mais vulneráveis economicamente possuem carências afetivas e estruturais no seio familiar que antecedem e acompanham a idade escolar e que vão influenciar a formação do indivíduo em sua possibilidade e interesse de aprendizado e conseqüentemente no “capital cultural” que vai posicioná-lo em sociedade. A escola e a educação formal da forma como é estruturada não atinge o problema de forma plena. Mas, por outro lado, não deixa de cumprir imprescindível missão educacional sem a qual certamente o cenário das populações mais carentes seria bem pior.

Nas reuniões coletivas com os comunitários, desenvolvidas com a colaboração e no interior dos colégios, foi possível uma outiva bastante profícua dos problemas e questões locais. A satisfação em geral com a atuação das escolas foi bastante frisada no Caiçaras que, conforme mencionado atende ao Nova Germânia e Nova Vida Também. Por seu vez, no Parque das Águas houveram bastantes queixas pelo fato de atenderem apenas o ensino infantil até o quinto ano, obrigando a um contingente significativo de pessoas em idade escolar a deslocarem para o bairro Monte Castelo, nas proximidades, na Escola Estadual Deputado Olavo Costa, o que foi exposto como um “custo desnecessário” pelos moradores, uma vez que a escola local poderia atender-los se fosse reestruturada.

Em entrevista com a chefe do Departamento de Ensino Fundamental, Gisela Maria Ventura Pinto nos foi trazido alguns pontos de compreensão sobre as decisões de implementação das escolas nessas localidades e o direcionamento ou não para outras escolas. Um ponto seria a necessidade/demanda e a oferta de vagas em escolhas próximas, no caso do Parque das Águas, a escola estadual atenderia ao contingente, não sendo necessário ampliar a escola do local.

Aí eles tem os critérios deles lá, tá. Junto com a Emcasa, eles tem cálculo, de numero de pessoas por família, de numero de crianças, de faixa etária. A gente já tem isso no município.

Então vamos pensar, tá saindo um prédio aqui, ou cem, duzentas casas. Aproximadamente, nós vamos precisar de tantas vagas de educação infantil. Eles fazem esse calculo. Passam para nós a gente valida. É sempre esse o tramite. Se precisa de construir escola ou não, na região.

A época lá nessa região nós tivemos que inclusive alugar por causa de educação infantil, a Zuleica deve ter falado isso. Nós estamos hoje com uma escola esvaziada que é a Amélia Pires que teve no inicio até acabar a construção da escola Jovita, nós dividimos ali Estado, Município no Amélia Pires, a Escola Estadual Olavo Costa. E tivemos que, nós temos uma escola alugada ali de educação infantil. Não deixamos essa escola até hoje, tão bom é o prédio e o acolhimento a essa faixa etária. Mas no bairro ali, porque Amélia Pires é no Monte Castelo. Final do Monte Castelo vem o Jovita. Tá

Primeiro foi construída a creche depois a escola.

Quando Construiu a escola reorganizou a região no atendimento. Então Amélia hoje tem nove turmas, pra você pequena, que atende do 2º ano ao 5º. E aí o Jovita pegou da educação infantil ao 5º ano e não houve necessidade de ampliarmos em 6º ano, os alunos estão sendo todos atendidos na Deputado Olavo Costa.

Então identificou a necessidade de construir creche e escola sim. Mas até hoje é comporta de forma muito favorável a essas escolas ali. Se a gente identificasse alguma necessidade a gente já teria ampliado. Porque o prédio da Jovita possibilita isso. Mas até então não temos.¹⁷

É factível que na percepção do administrador a racionalidade pública requer pensar a utilização dos recursos escassos de forma otimizada posto que há mais demandas do que a possibilidade de atender-las com excelência. E isso reflete na educação, ou seja, a escola atende dois

¹⁷ PINTO, Gisella Maria Ventura. Chefe do Departamento de Ensino Fundamental. Entrevista concedida à Vanessa Moraes (pesquisadora voluntária) em 20 de junho de 2018.

turnos, manhã e tarde, com cerca de 313 alunos, com jornadas ampliadas para atividades complementares (música, dança, laboratório), mas não funciona em horário noturno, por não ter uma “demanda” que justifique o gasto.

Por outro lado, Sr. Luis Carlos Barbosa, o Pardal, narra como se deu a chegada da escola e sua percepção de como a política de educação vem sendo desenvolvida.

A escola veio surgir dois anos após a vinda dos moradores pra cá. Nós viemos, é o asfalto foi colocado antes da gente entrar pra cá em muita das ruas, e a escola foi inaugurada aqui em julho de 2014, 2 anos depois da nossa vinda pra cá. E a creche um ano depois de que já estávamos aqui lá do outro lado do bairro.

A única coisa que veio pra cá foi só o colégio. Existe uma dificuldade enorme com o município de se melhorar a infraestrutura de todo o conjunto.

A creche surgiu, mas ela já tava projetada. Então, hoje por exemplo, eu só tenho um colégio aqui que vai da 1ª a 4ª série, eu tenho mais de 200 jovens aqui para ensino médio que eu não vou ter a escola.

Tem que ir para outra comunidade, para estudar em outra comunidade. A única escola que tinha na região que tinha o ensino médio noturno, e o diretor de lá extinguiu os horários noturnos por causa dos altos índices de violência lá.

Por sua vez, a Escola Municipal Professor Augusto Gotardelo atende à uma demanda maior, correspondendo aos moradores do Nova Germania, Nova Vida e do próprio Caiçaras, onde se situa. Operando com o ensino infantil e fundamental no horário diurno e vespertino, ressaltando aqui as atividades complementares e as turmas do supletivo que funcionam no horário noturno, após cumprirem o ensino fundamental, os alunos vão para a Escola Estadual Nyrce Villa Verde Coelho Magalhães, na região mais central do bairro São Pedro. O cadastro e transferência de uma escola municipal para outra estadual nas proximidades é automático e, em todos os casos, as vagas são priorizadas para aqueles que possuem cadastro no CadÚnico.

A história da escola Prof. Augusto Gotardelo se liga às reivindicações de comunitários, com destaque para algumas mulheres como a Dona Efigênia, Dona Rita e a Delce Ferreira, que nos narra a história da criação da escola, enquanto presidenta da associação do Caiçaras:

[...]a gente não tinha uma escola e a escola do Dom Orione ia acabar e a gente não ia ter escola aqui para os nossos moradores, esses meninos que viessem não teriam escola próxima, nem para fundamental nem para segundo grau. E a intenção era colocar uma escola de segundo grau. Então, nós tínhamos uma senhora aqui que trabalhava na secretaria de educação, Dona Efigênia que é moradora da minha rua e teve conversando comigo a respeito da escola. E teve uma pessoa que foi candidata à deputada e pediu apoio e ela falou que se apoiasse a primeira coisa que ela ia fazer era buscar uma escola estadual para o nosso bairro e ela cumpriu a promessa. Só que os moradores daqui não levaram a sério que a gente ia trazer uma escola para cá e eu precisava de assinaturas para poder conseguir a escola Estadual. Eu tinha que ter um número de alunos plausível para eu poder conseguir a escola. Mesmo assim a dona Efigênia batalhou, eu batalhei, e a secretária veio aí já com a Deputada só que não atingiu o número de assinaturas suficientes o abaixo assinado. É, mas o que aconteceu: eu pedi a ela uma chance porque eu

precisava de uma escola aqui nessa região do São Pedro, uma escola estadual porque a do Dom Orione ia fechar. Logo, que a gente já tinha essa notícia.

As pessoas saíam daqui para ir estudar no Dom Orione, Estadual. Não tinha escola estadual aqui só as municipais que era o Ademar Rezende e o Tancredo Neves.

A escola ficou pronta depois de 2007. Ela tem uma data de fundação, depois a gente pode até olhar lá. Então, ela me deu um prazo. Eu corri atrás desse prazo e consegui reunir o número de assinaturas suficiente para poder construir a escola lá. Aí, ficou dependendo do terreno, falei com a prefeitura: o terreno é com vocês, não quero nem saber! Vocês já têm a verba, a escola vai ser construída e o terreno é com vocês.

Eu sou líder comunitária desde que quando eu mudei para cá. Na verdade, eu atuava em São Paulo, depois que eu vim para cá. Aí, para não morrer a ideia, eu peguei umas pessoas aqui do II de 72 pessoas aqui do II no dia aqui para assinar. Mas, não estava o suficiente, porque eles não tinham filhos o suficiente para eu ter uma escola estadual. Então, eu não deixei perder a ideia, junto com a Dona Rita, também, que a Dona Rita foi fundamental. Para gente batalhar para uma escola municipal. Na época, o prefeito era o Bejani. Nós tivemos várias reuniões com o Bejani e o Bejani falou: Não, nós vamos construir a escola lá. Tanto que essa escola, quem destinou maior parte da verba, quem foi o movimento todo de construção dessa escola, foi o Bejani. O Carlos Alberto Bejani, e até hoje ela não foi inaugurada. Até hoje não teve a inauguração nem da escola nem da praça. Porque logo depois entrou o Custódio e o Bejani foi cassado e preso antes e então não terminou.

Não deram continuidade. Mas, aí ele prometeu para gente, construiu a escola, Custódio terminou a escola. E hoje nós temos uma das melhores Escolas municipais aí no Bairro. E a abriga aí, nós abrigamos além dos alunos do bairro, alunos do Parque das Águas, e do Nova Germânia também estudando aí.

Nós temos cerca de mais de 300 alunos só do Nova Germânia.

Delce Ferreira nos narra também sua percepção sobre a atuação do poder público no bairro quanto à instação da escola e das próprias pessoas da comunidade.

Primeiro se coloca as pessoas, depois é que vêm os equipamentos. E você sabe que essa questão de equipamentos é um negócio muito complicado, porque para manter o equipamento, para ter pessoas para poder estar no equipamento é muito difícil. Porque, tem muitas pessoas, igual por exemplo: para trabalhar em escolas é muito difícil. Eu fiquei seis meses fazendo estágio aqui, é muito difícil. Você vê realidade desses professores de chegar sete horas da manhã e você não ter ajuda, né. E você trabalha com a comunidade, igual aqui o Caiçaras, é uma realidade muito difícil, você tem muitas realidades dentro de uma realidade.

Porque nós temos hoje, dentro do Brasil, uma população que são fruto da geração, acho é a geração Z que nós estamos agora, que não teve uma educação igual nós tivemos. Porque dentro da escola quando a gente estudava a gente tinha o Moral e Cívica, a gente tinha outros valores e normas que nós tínhamos que cumprir isso dentro da escola e fora da escola. Porque os pais da gente cobrava da gente e que essa geração não tem, não aprendeu. Então, isso gera conflito. Porque se você não tem uma população educada você vai ter conflito, porque se ela é deseducada para tudo, para questão de saúde porque aí torna uma questão de saúde pública, né. Porque você vai ter uma população doente, porque não vai ter a questão da educação, tanto a educação alimentar tanto a educação mesmo que você fala de moral e aí vão indo um monte de fatores aí torna-se uma problema muito sério. Então, qualquer comunidade que você assente as pessoas e que não dá um direcional para aquelas pessoas e você já coloca elas lá sem um equipamento, sem uma ajuda.

É eles têm que sentir fazendo parte dali e ser parte daquilo que eles têm ali. Tem a escola, mas não sentem fazer parte da escola que a escola é construída para a comunidade e a comunidade pode utilizar da escola.

Por sua vez, Angela, Professora da escola Prof. Augusto Gotardelo e moradora do Caiçaras também apresenta suas impressões, iniciando pela ausência de creche, posto policial e saúde para atender a comunidade do Caiçaras e entorno, mas ressaltando a importância da escola:

Tipo uma creche para as crianças, é... uma escola nós temos uma escola muito boa, área de lazer tem, mas a gente não tem um posto de saúde, não tem creche para as crianças, não tem posto policial, a polícia vem aqui em casos extremos e vem também para fazer a ronda, para poder tipo manter a ordem, vê se tá tudo bem, mas a gente precisaria de ter segurança aqui 24 horas. A escola, a escola começou bem pequenininha aqui mesmo no Caiçaras, lá na entrada do Parque São Pedro e depois foi construída no meio aqui praticamente do bairro. É a melhor coisa que a comunidade tem aqui é a escola, atualmente.

No que diz respeito às creches, entrevistamos a responsável pelo Departamento de Educação Infantil, Zuleica Beatriz Gomes Nocelli, que nos esclareceu algumas questões. A ausência de creches, com exceção do Parque das Águas, é a realidade das demais comunidades e uma queixa constante dos moradores. O primeiro ponto de destaque quanto a ausência de creches, que atendem de zero a três anos, diz respeito à obrigatoriedade.

Aqui, como você perguntou em idade escolar, no meu setor aqui eu distribuí para eles responderem. Eles colocaram só a partir da pré-escola, porque na educação as crianças é obrigatório dos quatro aos dezessete anos, da pré-escola primeiro período ao ensino médio. A creche de zero a três especializado, não é obrigatório, então como perguntou aqui em idade escolar, só me responderam da pré-escola.

A demanda obrigatória sim, que é da turma de primeiro período da pré-escola até o nono ano, sim. Toda demanda manifesta atendida. A creche, como a creche não é obrigatória, né? A gente não atende todos, sempre tem alguém na lista de espera, que na creche a entrada é até diferente da escola, como não é uma etapa, um segmento da educação infantil, não é obrigatório, aí a entrada é até por cadastro também, mas tem critério de vulnerabilidade social, então entra os primeiros da lista a partir desses critérios.

Da creche a gente tem possibilidade quando as vezes está na lista de espera, isso é qualquer bairro. A gente tem a possibilidade de transferir para aonde tem vaga, só a família vir aqui e pedir transferência.

Existem algumas legislações que normatizam a questão do número de vagas, né? A gente tem legislação federal e tem as resoluções também municipais e aí a gente tem que ver a questão do espaço que a normatização fala que tem considerar um metro quadrado por criança/bebe e dois metros quadrados por adulto, então a gente tem que ter a medida do espaço dividido para ver quantos cabem ali, número de criança por profissional, a legislação vem trazendo isso também, por cada faixa etária tem um número "x" de crianças por profissional, isso está na resolução 01 de 2013 que é do conselho municipal de educação, e aí a gente tem que calcular para saber quantos professores teremos que contratar e também a capacidade máxima da instituição. A gente sempre faz na perspectiva da capacidade máxima da instituição, mas tem que obedecer a essa legislação até para a questão da qualidade do atendimento, espaço externo, espaço interno, tem que ter fraldário, tem que ter solário, tem várias legislações que a gente tem que seguir. Em relação ao número de habitantes por região, a gente sempre faz um monitoramento, né? A gente tem hoje, o plano nacional de educação e o plano municipal de educação, que são leis, uma é lei federal e a outra é lei municipal que vem trazendo na sua meta 1 que até o final da vigência do plano nacional de educação as crianças da educação infantil de zero a três anos, que é o segmento de creche, o município é obrigado a atender até 2024, 50% da população, e a partir de 2016, todos os municípios são obrigados a atender toda a demanda de quatro e cinco anos do município, depois que essa lei foi prorrogada a gente começou a trabalhar com planejamento no município para atender essa demanda, e aí, a cada ano a gente está com projeto e planejamento de ampliação, e em 2016 saiu o primeiro monitoramento do primeiro biênio dos municípios e

regiões do país, Juiz de Fora, na época estava com atendimento de 31% da rede das crianças de zero a três anos, hoje a gente fazendo o cálculo por número de nascidos vivos, a gente está no atendimento de 33%, então a gente vem ampliando gradativamente para poder alcançar essa meta de em 2024 atender 50% da população, e para isso a gente faz estudo de demanda de expansão, construção de salas nas regiões que a gente vê um número muito grande de demanda reprimida, já encaminhamos vários estudos para construir mais salas nas escolas que tem espaço para isso e também projetos de construção de novas creches, só que esse movimento ele não é fácil, pois a gente depende primeiro de conseguir um terreno que atenda as exigências do MEC em questão de nível, o terreno tem que ser quase plano, tem uma metragem também pois o prédio é todo pronto para ser encaixado naquele terreno, e Juiz de Fora por ter muitos morros temos um pouco de dificuldade. E aí a gente já conseguiu nos últimos anos inaugurar seis creches, tem duas no processo de construção hoje, que fica uma no bairro Igrejinha e outra no bairro Nova Benfica e provavelmente até o final do ano serão inauguradas, tem duas em licitação, e tem mais quatro no MEC para o processo ser aprovado, que a gente faz estudo de demanda aonde está mais estrangulado em Juiz de Fora toda, aliado ao terreno que não é fácil de encontrar, e aí a gente manda pro MEC aprovar, o MEC aprovando a gente consegue construir, então estamos trabalhando para cada vez mais ampliar esse atendimento, para ver se a gente consegue alcançar a meta em 2024 atendendo pelo menos 50% da população de zero a três.¹⁸

Um dos pontos centrais da discussão sobre as creches, além de não haver uma obrigatoriedade como há para o ensino infantil, isentando o Estado de implementá-las, as especificações são mais rigorosas e os custos mais altos, o que faz com que as demandas não sejam entendidas em curto prazo. O que nos foi relatado é que existem apenas estudos de ampliação para a já saturada creche na região central do São Pedro, Creche Leilla de Mello, cerca de 3,5 Km dos assentamentos mais próximos; e ampliação também da Creche no Parque das Águas, que havia uma fila de 26 pessoas aguardando vaga em 2017. Ou seja, não há previsão de creches para atender as comunidades nas proximidades dos loteamentos, sendo esta uma das demandas organizadas pelo projeto para peticionar uma reivindicação.

Conforme relata uma moradora do Vida Nova, a ausência de uma creche impacta diretamente na economia da comunidade: “Não tem vaga, aqui tem muita mãe há 3, 4 anos fizeram a inscrição e não são chamadas. Tem muitas mães querendo trabalhar, muita mãe novinha de 20, 18 anos que precisa de um lugar para colocar as crianças e não tem creche.”

Cabe tecer uma crítica quanto a política da não obrigatoriedade e os impactos do não atendimento da demanda de creches nessas comunidades. Conforme ressaltado por vários moradores, muitas mães, principalmente jovens mães, deixam de trabalhar em razão de ter que tomar conta de crianças. Como a quantidade de filhos é em regra alta nessas comunidades, sem esse apoio do Estado torna-se muito difícil uma mobilidade social para parte significativa de famílias vulneráveis. Nesse sentido compreendemos que essa é uma demanda legítima e necessária, passível de ser cumprido nos diversos lotes vazios do entorno do Nova Vida e do Nova Germânia, sobretudo

¹⁸ NOCELLI, Zuleica Beatriz Gomes. Chefe do Departamento de Ensino Infantil. Entrevista concedida à Vanessa Moraes (pesquisadora voluntária) em 20 de junho de 2018.

no Nova Vida que atenderia à todas as três comunidades que não possuem creches e aproximaria um pouco mais o estado dessas pessoas.

4.1.2. Saúde

Adelaide (nome fictício), moradora do Nova Germânia, nos conta que quando alguém passa mal, ou está com um filho doente, além do mal causado pela patologia, enfrenta um verdadeiro martírio para ser atendida em um posto de saúde, seja no São Pedro, no Borboleta ou no Monte Castelo. Nunca há vaga e para ser atendido tem que virar a madrugada num posto de saúde. “Tem que sair de casa no último ônibus ou no primeiro, no meio da madrugada”. Essa e outras histórias similares foram reiteradamente avençadas. Nenhuma das comunidades possui um posto de saúde próximo, os mais próximos distam cerca de três quilômetros, mas a logística dos ônibus amplia significativamente esta distância. Nos foi dito e depois confirmado que, por vota de 2013, havia um recurso para se construir um Posto de Saúde no Caiçaras, mas por inabilidade política o recurso foi perdido, o posto de saúde tornou-se apenas mais uma reivindicação da comunidade, no caso, de todas elas. A segurança e a saúde foram colocados como os principais problemas pela maior parte dos moradores de todas as comunidades.

A questão da saúde pública é precária em todo Brasil e os parâmetros idealizados para atender as demandas fogem por completo da realidade vivida pelas comunidades mais vulneráveis economicamente. Nos bairros próximos das comunidades existem Unidades de Pronto Atendimento - UPAs, tanto no São Pedro, quanto no Borboleta e no Monte Castelo, mas a queixa de não atender à demanda é reiterada nessas localidades também. O estudo buscou adentrar na realidade dessas demandas e da postura do poder público para enfrentá-las, mas diante da complexidade da questão, não foi possível uma compreensão razoável do problema, tamanha a trama política que o envolve, sendo um ponto deficitário do trabalho que nos abstemos de aprofundar.

Um morador engajado do Parque das Águas, o Sr. Luis Carlos Barbosa, o Pardal, narra sua percepção sobre as políticas de saúde:

...e não resolve [problemas habitacionais] porque não querem. Eu não tenho área de saúde aqui, eu participei agora de uma reunião do Conselho Local de Saúde uma vergonha, aqui nós temos área descoberta não têm médicos, não PSF [...] Quando aparece alguém que diz que vai tentar resolver é ano eleitoral. Nós temos, por exemplo, vários deputados Federais por Juiz de Fora, nenhum deles, desde a implantação da primeira casa do Minha Casa Minha Vida até hoje ninguém propôs e tentar trazer verbas do Governo Federal para a melhoria dentro do conjunto habitacional.

E agora, como a gente estar de fato cobrando e provando que já existe é que nós conseguimos agora que assentasse um projeto. Porque, como o Governo Federal implantou aqui determinou

que tivesse um posto de saúde aqui dentro. Só que quem tava a frente não se preocupou com isso, entendeu? E o governo já manda um projeto de medidas e investimento para implantar. Aí o município ele pega aquele projeto e ele faz as adaptações de acordo com o terreno e com a necessidade. Isso parou agora do ano passado pra cá, que nós começamos a mexer já estamos encaminhados com a área demarcada com o projeto já elaborado pelo município e aguardando somente o município agora com o Governo lançar mão da verba que existe lá

A moradora e vice-presidenta da associação do Nova Germania também traz o seu relato quanto à dificuldade que é a questão da saúde para os moradores e os anseios em torno desse serviço público.

Pois é, aqui a gente não tem posto de saúde. A gente foi direcionado para o Borboleta. Para o posto de saúde do Borboleta, então a gente tem dez vagas de consulta diária no posto de saúde do Borboleta para ser atendida a população do Nova Germania. E a gente faz muito uso da UPA que fica ali no São Pedro. Só que tem certas demandas que a UPA não atende porque é caso que deveria ser posto de saúde que teria que atender, e agente tá fora da cobertura do posto do São Pedro, fora da cobertura do Monte Castelo, então quer dizer, a gente teria que ter um posto próprio que pudesse estar atendendo o Nova Germania, o pessoal do Caiçaras, que pudesse estar atendendo o pessoal da portelinha também, a gente chegou até a cogitar uma vez, até conversamos isso, e foi até um vereador que veio conversar conosco na época e ele falou “tem uma área ali na portelinha que poderia ser construída no caso uma Unidade de Saúde e ela vir a atender vocês, o pessoal do Caiçaras, o pessoal da Portelinha, acho que daria certo” um projeto que não foi pra frente infelizmente. A saúde é bem precária no bairro. A gente não tem programa de saúde da família aqui no bairro, porque a Unidade do Borboleta é uma unidade tradicional então não tem esse negócio do médico ir na casa visitar as pessoas. A gente conta com ajuda da Pastoral da Criança da igreja do São Pedro, que vem aqui pesar as crianças fazer pesagem nas crianças, ver essa questão da nutrição, dar uma ajuda da forma como eles podem também, para controlar essa questão também de natalidade, explicar pra mãe como é que ela pode se prevenir pra não ficar tendo muito filho. Porque a gente tem morador aqui que tem onze filhos morando em uma casa de dois cômodos. Então assim, é uma realidade muito complicada, são muitas crianças, muita gente dentro de uma casa tão pequena.

O relato do morador da comunidade do Nova Vida, José Carlos da Costa, também exemplifica de forma clara a percepção sobre a saúde na sua comunidade e no entorno.

Parte da saúde aqui é zero. Não tem aquele envolvimento de vim um visitante dos postos de saúde, tem isso em alguns bairros, se vem aqui um mês, depois de 5 a 6 meses que aparece alguém de novo.

[relato da esposa de José Carlos] Tem 3 meses que meu pai morreu, ele tinha o direito de um médico acompanhar, o médico de onde ele era tratado mandou ele para a casa para usufruir de um direito de ser atendido em casa, ele tinha 65 anos estava com água no pulmão, com dreno no pulmão e veio com tudo para a casa. Depois disso me mandaram levar ali no posto médico, sai daqui com pressão alto, nervosa, pensei até em chamar o resgate, se eu não tivesse chegado a tempo andando e pedindo carona eu tinha infartado. Quando eu cheguei na UPA minha pressão estava 26 por 11. Para socorro aqui só Deus, se não são os vizinhos para ajudar, para chegar o resgate aqui é muito difícil.

Cabe ressaltar que existem muitas áreas para se implementar diversos equipamentos urbanos, áreas subaproveitadas utilizadas para descarte de lixo e entulho, que comportariam um Posto de Saúde que atenderia o contingente expressivo de pessoas dessas comunidades e do entorno, principalmente nas proximidades do Nova Vida, que se apresenta como a comunidade mais carente de estrutura pública. No entanto não se vê movimentação política nesse sentido, ao

contrário, nas proximidades a própria EMCASA está loteando outras áreas para se colocar ainda mais moradias, agravando o problema do déficit de políticas públicas outras que deveriam acompanhar as políticas habitacionais.

4.1.3. Transporte e estrutura viária

As queixas em torno dos transporte foram também bastante variadas nas comunidades estudadas. Alguns reclamavam da insuficiência dos ônibus nos horários de pico, outros falavam sobre a logística dos pontos dentro dos bairros que não lhes atendia e, ainda, haviam queixas de segurança e mesmo prostituição de adolescentes nos pontos finais das comunidades do Nova Germânia e Parque das Águas, externadas por um morador.

Os assentamentos mais antigos, Caiçaras e Nova Vida, já dispunham, em tempos anteriores aos loteamentos, de algumas linhas de ônibus que os atendia, percorrendo a Av. Senhor dos Passos no São Pedro, haviam linhas 532, 599 e 541. Para o Nova Germânia foi estendido pelo mesmo corredor no São Pedro uma linha específica. Já para o Parque das Águas, que se situa em nível bem abaixo da “cidade alta”, devido aos declives e a localização geográfica as linhas que passaram a atender aos moradores foram as da zona norte.

Em entrevista com a gerente do Departamento de Transito, Andrea Santos, e com o Subsecretário de Mobilidade Urbana/SETTRA, Aloisio Nardelli Malai, foi possível aferir a percepção da administração pública sobre os problemas enfrentados:

Fica tranquila que isso aí, a parte de transporte coletivo é um dos pontos muito questionados e que toda a população tem interesse. E, eu tenho pouca experiência nisso, mas o pouco que eu tenho estudado, tenho lido, o transporte coletivo sempre tem um gargalo que chama-se horário de pico. O horário de pico é uma coisa que todas as cidades têm esse problema, porque o que que você vai fazer, se você chegar no horário de pico e colocar o que teoricamente todo mundo precisa, você, depois que acabar o horário de pico, que dura duas, três horas, você vai por o ônibus aonde? Parado na garagem custa caríssimo o investimento, entendeu? Mas caríssimo. Então, e esse é um questionamento da população de todas as cidades. Tenho participado de seminários aí fora e isso é normal nas grandes e nas cidades de porte médio. Não tem ainda, não descobriram a fórmula mágica, né? De fazer isso. Uma das coisas que eles tentam fazer é a troncalização, que a gente chama né? E que você têm linhas que vão abastecendo as linhas principais. Mas mesmo assim é complicado, porque é uma multidão de gente indo pro serviço e voltando pro serviço¹⁹.

Decerto a questão levantada pelos gestores coincide com muitas das queixas sobre o transporte público, a disponibilidade nos horários de pico. Outro ponto avançado trata das restrições que a declividade impõe para atender certas ruas, o que ocorre no Parque das Águas e no Nova

¹⁹ SANTOS, Andrea; MALIA, Aloísio Nardelli. Gestão dos transportes públicos. Entrevista concedida à Vanessa Moraes e Ana Clara Paiva (pesquisadoras voluntárias), em 18 de abril de 2018.

Germania. Por sua vez, os entrevistados indicam como são calculados os ônibus e os problemas que enfrentam pela desarticulação das políticas de expansão urbana e a de transporte público.

Então, foi isso que eu já pedi a pesquisa. Como que a gente faz para avaliar se o que a gente colocou, aqui eu falei que a gente criou linha, incluiu carro, aqui a gente estendeu incluindo carro, aqui não. Como que a gente faz essa avaliação? Só para vocês terem ideia do nosso sistema aqui. A gente têm só 270 linhas de ônibus com itinerário e quadro de horários diferentes, só isso. A gente só têm 603 ônibus e a gente só têm 5200 pontos de ônibus. Então, como que a gente define a questão se precisa de mais carro ou não, tá? Lembrando que mais carros se dá mais conforto para o usuário, reduz o tempo de viagem, só que em contrapartida se aumenta o custo da tarifa, que a tarifa quanto mais carro mais caro, quem paga por isso é o usuário do transporte coletivo. Outra coisa, praticamente as 270 linhas, com algumas exceções, vem ao centro. O centro já não comporta mais ônibus. Então, se entupir de ônibus, colocar mais ônibus acaba tendo um reflexo muito negativo. Então, o que a gente faz para verificar é... se é necessário ou não a inclusão de carro em qualquer uma dessas 270 linhas aí, tá? A gente faz uma pesquisa que chama Pesquisa de Contraste Visual, que que é a pesquisa? Ela é bem simples, a gente fez agora no final do ano também em outubro e início de novembro. A gente vai para os principais corredores e vê de manhã como os ônibus estão saindo do bairro e é visual mesmo. O gabarito um é um ônibuszinho que não tem ninguém dentro. O gabarito dois têm algumas pessoas dentro do ônibus. Até chegar no gabarito seis que é aquele ônibus que a gente não quer, lotado, entupido, que não cabe ninguém. Então a gente faz a pesquisa mais ou menos de três horas, três horas e meia de manhã, saindo do bairro. Então, a gente consegue ver todas as viagens como saem, e a tarde também como essas viagens chegam. Então, se a gente ver que os carros da linha, por exemplo, 532 no pico da manhã está com gabarito cinco e seis que é aquele cheio; cinco ainda cabe gente e o seis não cabe ninguém e a tarde acontece a mesma coisa em todos os horários ali, isso já indica a necessidade de estar incluindo. Essa pesquisa, que eu não sabia, eu não peguei o resultado e essas linhas aqui está previsto ou está justificando nesse momento a inclusão ou não.

Só um comentário, as cidades em geral e Juiz de Fora não é exceção, quase todas fazem isso, quando você tem um empreendimento muito grande em um bairro, nós temos aqui vários, nós temos na cidade alta, tá lotado de prédios gigantescos. Nós não somos, por exemplo, a Secretaria de Transporte não é consultada nem é avisada de que vai ter um empreendimento grande lá, porque se a gente fosse consultado, a gente poderia nos preparar ou então, inclusive, avisar para o empreendedor “olha, lá não vai condições de a gente atender. Mas isso esbarra em interesses financeiros, igual eu falei, políticos, do cara querer fazer aquilo lá, então, esse também é um grande complicador. Então, muitas vezes a gente é pego de surpresa com um empreendimento que entra cem famílias, cem famílias lá, então você não tem ônibus, é igual falou, ônibus não fica, que a gente chama, prateleira esperando, então... e se você, quando você altera um horário de um ônibus em um bairro, se você altera ele, ele pode passar já no outro bairro totalmente lotado. Então, um bairro que a linha o ponto final era aqui e criaram um empreendimento aqui e eu volto com o ponto final para cá, ele já sai daqui e essa comunidade fica totalmente desassistida. E isso eles fazem muito bem, o departamento da Andrea, ela cuida de todo, exatamente de toda essa parte de circulação, adensamento, de como é que o ônibus tá circulando e é muito difícil a gente trabalhar sem nenhuma perspectiva. Quando você vê está construindo um prédio, você vê tem aquele

Sobre um conflito televisionado entre a população do Nova Germânia e estudantes universitários, em que os primeiros se queixavam que os universitários preenchiam todas as vagas impossibilitando que os moradores volteassem para casa após o trabalho, tendo que esperar tempo maior até conseguir um ônibus, cabe ressaltar a posição dos gestores.

Olha, é muito fácil, pode mudar a qualquer momento o itinerário. A gente pensou em passar pela universidade para reforçar a oferta. A universidade hoje em dia é o maior polo gerador de tráfego nosso né? Então, se a gente têm condição, se você tem condição de passar uma linha em um grande polo gerador ou por outro que não é tão grande, qual que você prefere? Então foi nesse sentido, entendeu? A gente teve um problema no início desse ano, só um problema bem

localizado, que a gente acabou resolvendo. O que que acontece, esse pessoal do bairro acha que o ônibus é deles e universitário não pode entrar. Então, o que que a gente fez? A gente tinha o Nova Germânia passando e logo depois o ônibus da universidade. Eu tive que mudar o horário do universidade para ele passar antes, resolveu o problema. É, mas a gente colocou lá só por conta disso, para reforçar mesmo a oferta no polo gerador de tráfego. Mas tem isso, a gente têm outras linhas de bairro passam por lá, isso é um tipo de apito que tem, não só com a universidade, como a gente têm as vezes uma linha que passa por um corredor que tem vários ônibus, mas ele mora aqui no final, ele briga que esse pessoal que mora no corredor podia pegar outra linha e não a dele. Isso é do ser humano mesmo.

Por sua vez, os moradores trazem as suas perspectivas de maneira um pouco diversa e, nesse quesito as associações existentes tem sido bastante atuantes, apesar do imenso desafio de se ter algum consenso dentro das próprias comunidades. Conforme salienta a vice-presidenta da associação do Nova Germânia, Débora Braga Capel Lopes:

Sobre violência:

No ônibus, acho que foi semana passada, na segunda-feira, se eu não me engano, o motorista do 673 ele foi assaltado aqui no ponto final, dentro do bairro, não foi por gente do bairro, porque o pessoal aqui do bairro, assaltar ônibus eles não assaltam, mas gente de fora que pega o ônibus para poder assaltar o motorista aqui no finalzinho, no ponto final, na hora que ele tá passando, então é uma coisa preocupante, nesse ponto, às vezes a gente se preocupa porque esse ônibus já foi assaltado várias vezes, eu não presenciei graças a deus, nenhum assalto, mas que já presenciou diz que a pessoa chega armada, chega intimidando, intimida motorista, intimida passageiro, intimida o cobrador, e assim, leva de quem tiver ali dentro, leva celular, leva dinheiro, leva o caixa mesmo ali do cobrador.

Sobre a oferta de transporte público e o conflito com os universitários:

Quando a gente mudou pra cá, a gente tinha um problema muito sério com o ônibus aqui. A gente sempre teve três carros na linha do Nova Germânia, só que eram atrasos constantes, só que assim, um carro era adaptado e os outros carros não, e a gente tem um alto índice de pessoas deficientes, pessoas que fazem o uso necessário do transporte adaptado. E essas pessoas desciam e depois às vezes não tinham como voltar, porque o ônibus que vinha no horário em que elas tavam ali no ponto esperando era o ônibus que não era adaptado. E até uma vizinha minha, que o filho dela ele em problema de paralisia cerebral então faz uso de cadeira de rodas então ela fala comigo “nossa, levo ele para a terapia a terapia e depois eu fico quase uma hora e meia, quase duas horas no ponto, esperando o adaptado voltar e muitas vezes não consigo subir porque já tem outro cadeirante usando o espaço”.

[...] e assim, foi uma das primeiras demandas levadas à Settra foi a colocação de todos os carros adaptados da linha 549, de início eles falaram com a gente que não ser possível que fosse feito isso, porque eles tavam com projeto ainda do consórcio e até então todos os ônibus seriam adaptados na hora que esse projeto fosse levado adiante. E a gente guardou mais ou menos um dois anos até que o projeto realmente começou a funcionar a prefeitura cumpriu com essa parte. Os ônibus do Nova Germânia são todos carros adaptados, isso melhorou bastante para essas pessoas que fazem uso do transporte adaptado. A outra questão que a tinha aqui também continua, mas vamos dizer assim, tá um pouco melhor por conta do paliativo que eles usaram que foi colocar mais ônibus na Universidade no horário que passava Nova Germânia. Porque um ônibus que passa dentro do anel viário universitário, que no caso o Nova Germânia, ele traz muito universitário. Só que os universitários entravam no ônibus e deixavam de levar os moradores. Então o morador ficava pra trás porque o ônibus estava muito cheio, chegava na Universidade esvaziava o ônibus chegava com cinco pessoas aqui no bairro. Então assim, o pessoal começou a ficar muito revoltado e por conta disso alguns motoristas eles parava o ônibus, desligavam o motor do ônibus, às vezes falavam olha vocês vão ter que se apertar aí porque tem morador pra subir também, ou então se vocês puderem, motorista falava isso mesmo, daqui a pouco tá passando um Universidade aí, deixa para ir no Universidade, espera

um pouquinho, gente, porque tem morador que precisa subir, é gente que tá voltando da escola com criança, da creche, tá voltando do serviço, vocês pode estar fazendo

Isso, e aí por conta disso acabou tendo um conflito, uma coisa que foi parar realmente na mídia, no jornal, na tevê, porque um motorista acabou discutindo com um estudante universitário por conta disso e aí a associação foi chamada, a Setra foi chamada e a gente tentou através disso uma solução. E a setra propôs de estar colocando dois ônibus na Universidade extra no horário que passaria o Nova Germânia pelo Centro, de forma que as pessoas pudessem equilibrar um pouco isso. Melhorou um pouco? Melhorou. Mas o ônibus continua andando muito cheio, porque é um ônibus que serve o Nova Germânia, mas ele serve também São Pedro, serve o pessoal que mora no Dom Bosco ali perto do Monte Sinai, são pessoas que fazem o uso do ônibus também e agente não pode impedir que eles entrem porque são passageiros também como a gente. A gente ainda acha que seria necessário, nos horários de pico, ter um carro extra rodando. Igual a empresa faz com o carro do 530, do 534 que é São Pedro e Santos Dumont que no horário de pico, que vai muito cheio, eles colocam mais de um ônibus rodando nesse horário, pra poder diminuir um pouco o fluxo também, e as pessoas poderem chegar como mais comodidade em casa.

E: eles já estão tomando essa providência?

Por enquanto não, eles disseram pra gente que no momento a frota está bem reduzida, o que eles poderiam atender da gente seria a questão dos adaptados, colocar todos os ônibus adaptados, mas a questão de colocar mais um carro, carro extra em horário de pico não seria possível.

Outro ponto que chama muito a atenção e que compõe um dos problemas instrumentalizados pelo projeto, diz respeito às condições das vias, sobretudo no que tange à presença de passeios públicos para o trânsito de pedestres. Após a ligação da Av. Senhor dos Passos (Zona Oeste) com a Zona Norte da cidade, pelo Parque das Águas, o tráfego de veículos leves e pesados aumentou sobremaneira. É como se houvesse uma antecipação da via interbairros, mas sem a menor estrutura para comportar o fluxo de veículos e o trânsito das milhares de pessoas que foram alocadas ali, principalmente no trecho entre o Nova Vida e Nova Germânia.

Ao caminharmos pelos locais foi possível “sentir na pele” essa realidade, são diversos trechos em que a pista sinuosa ou o mato ocultam os carros que, por sua vez, passam velozmente nos locais em que as pessoas, principalmente crianças, precisam transitar para irem à escola. Conforme salienta alguns moradores, como José Carlos da Costa, morador do Nova Vida:

Esposa: Aqui estamos precisando de praça, passeio, tem muita criança indo para a escola de manhã, à tarde e a noite e não tem passeio em um pedaço da avenida do Senhor dos Passos, crianças, adultos e animais sempre são atropelados ali. Os ônibus passam perto da gente quando vão fazer a curva, não tem segurança nenhuma.

JC: O movimento de carros aqui na nossa área que já era grande aumentou muito, o bairro não tem essa capacidade de comportar tantos carros. Aumentou o fluxo de carros e também a velocidade de veículos. Isso por causa dos bairros aqui de baixo. Eles cortam caminho por aqui dentro do bairro. Não só carros pequenos, carros de carga pesada também.

No mesmo sentido Débora Braga Capel Lopes do Nova Germânia:

Pois é o [colégio municipal] Gotardelo, as crianças que estão matriculadas no Município elas fazem uso do Gotardelo. Elas têm, algumas, não são todas, o auxílio transporte por parte da prefeitura, mas isso depende da renda familiar também, então teve família que não conseguiu. E não conseguiu porque às vezes passou vinte e cinco trinta centavos. Isso que deixou a mãe mais

chateada, veio até reclamar com a gente. Mas com relação a isso a gente não pôde fazer nada. A gente chegou a cogitar e teve reunião na Setra, perguntando se não haveria como a Setra fazer uma parceria com a Secretaria de Educação para disponibilizar um micrônibus que pudesse levar essas crianças para a escola. Mas eles falaram que a gente não se encaixa como Zona Rural, então não tem condição de transporte neste caso. Então assim, as que vão de ônibus, vão de ônibus e as que vão à pé vão pelo asfalto, porque a gente não tem calçada e realmente.

Após a ligação entre a Zona Oeste e Norte da cidade com a implementação dos loteamentos populares e consequente aumento expressivo do contingente populacional e tráfego de veículos, inclusive muitos caminhões e os próprios ônibus, faz-se de substancial importância “humanizar” a Av. Senhor dos Passos não apenas para prevenir acidentes futuros, mas para dar melhor qualidade de vida às pessoas.

4.1.4. Áreas de lazer e terrenos subutilizados

Caminhando pelo loteamento do Parque das Águas é possível avistar um grande terreno baldio logo na entrada, onde muitos descartam lixos e entulhos. Seguindo em frente, outros terrenos subutilizados apresentam-se em sequencia até se avistar, na margem direita de quem segue, pouco após a escola, um parquinho com sucatas do que antes eram brinquedos. Segundo os moradores foram as pessoas de lá mesmo que retiraram os materiais - madeira e ferro - dos parquinhos para comercializarem. A mesma situação se deu no Nova Germania, segundo relatos a população não zelou pelo cuidado, ao contrário, depredaram tudo. Não é raro escutar da população em geral que qualquer área desocupada, diga-se pública, vira espaço para descarte de tudo, ou é invadido para fins nada coletivos, como depósito de sucatas e carcaças de carros ou construção de barracos.

Se seguirmos uma trajetória similar no Caiçaras, nas partes mais novas do bairro, onde se instalou o Caiçaras II e III, perceberemos que a mata ao lado (Rebio Santa Candida) vem sendo invadida e também utilizada para descarte de tudo que é coisa, além dos constantes incendios provocados pela população local. Ao longo do trajeto teremos imensas linhas de transmissão com as respectivas servidões ao lado, áreas também utilizadas de forma depreciativa. Por sua vez, ao lado da escola temos uma praça, com alguns equipamentos urbanos, precisando de manutenção, mas em condições de uso, sem estarem depredados por completo. Se olharmos um pouco mais a frente, na área de encosta onde termina o bairro, avistaremos as invasões, muito lixo, carcaças de carros e entulho.

Por fim, caminhando pelo Nova Vida o cenário é bem mais desolador, não há nenhum equipamento urbano como praças e similares. As próprias pessoas improvisam espaços comuns, mas também enchem de lixo todo o entorno, uma área cheia de nascentes. Algumas pastagens e cicatrizes das antigas erosões do morro do alemão compõem a paisagem, algumas parecem querer

reviver e romper a terra novamente... Onde a mata poderia ser replantada ou terras aproveitadas para fins ambientalmente adequados, em prol da comunidade, temos muita degradação ambiental e pastagens subutilizadas. Fato comum em todos os assentamentos do projeto, fragmentos florestais e áreas degradadas, em todos os casos necessitando de cuidados emergenciais.

A percepção de José Carlos da Costa sobre esta área denota que muitos dos moradores possuem consciência do que deve ser feito, faltando-lhes os instrumentos para reivindicarem suas demandas. Junto à sua esposa e filha, me respondem quando lhes pergunto sobre área de lazer:

Tem nada disso aqui, foi prometido, está na planta da EMCASA.

É uma promessa do político para a população, ele vem promete para que você vote nele, alguns ainda no início fazem alguma coisa, depois some e só na época da eleição é que eles voltam de novo.

Na época da eleição os políticos vêm, pinta, manda varrer rua, faz festinha para as crianças, fazem as crianças conseguem uma área de lazer. Depois acabou assunto político, acabou tudo e elas não têm mais nada.

[Filha] Quando nós éramos mais novas e saíamos para brincar nas ruas, as áreas de lazer eram os pastos, a gente chegava a brincar na mina, mas a prefeitura começou a vim depositar lixo, que é perto de um buraco. Não, não tem nenhuma [área de lazer], só tem esses espaços que usam para jogar entulho. Tem bastante espaço que da pra fazer área de lazer, pra beneficiar todo São Pedro, cidade alta, para a gente ter gosto de falar que moramos aqui, de podermos ter direito de ter um espaço digno.

[JC] É um lugar que pode ser valorizado, só porque somos comunidade carente não quer dizer que não podemos ter área de lazer, tem como abrir área que possa render trabalhos, tem muitos locais e muitas coisas que podem ser feitas. Estamos aqui abandonados por causa do poder público.

No projeto eram pra ter sido plantada árvores nisso tudo aqui e não foi feito. Naquela área que da pra fazer uma área de lazer, uma creche, um posto médico, o pessoal quer jogar uma bola e tem que jogar na rua.

Nós temos até as marcações de quadra na rua, na rua do meio onde a gente joga e tem todas as áreas. Nós pegamos barras de ferro e soldamos para fazer um golzinho. Nós marcamos tudo sozinhos, nos organizamos e fazemos nosso jogo aqui mesmo na rua. Eu estou acostumada a jogar bola, mas não adianta eu procurar algo só pra mim se isso daqui é uma comunidade, eu não penso só em mim, eu penso em todo mundo, eu sei que da muito bem pra fazer uma área de lazer ali, nem que seja só pra tirar o mato, que seja um lugar melhor do que a rua porque aqui na rua a gente machuca, passa carro, o asfalto fica quente, então a gente quer um lugar pra gente brincar, jogar, uma área de lazer mesmo.

Essa outra parte aqui se limpar, olha o tamanho dela também da uma área boa de lazer. Isso tudo fica parado ai. Tem aqui e tem mais lá embaixo, aqui é uma área mais seca, deveria ter sido plantada árvore e não foi.

Se tiver uma área de lazer, poderia fazer uma mesinha para tomar um ar fresco, jogar dama, brincar aqui com crianças.

Na época João do Joquinho que arrumar esse espaço pra mim, essa área toda ampla que você está vendo aqui é da prefeitura, pode ser usada para construir uma creche, uma área de lazer. Aqui precisa sim, precisa de um posto médico, uma creche comunitária e uma quadra de lazer, uma área de lazer completa, uma praça, uma quadra de futebol, um parquinho para as crianças.

[Filha] E eu acho que tendo essa área de lazer, os adolescentes vão ter menos tempo de ter acesso à droga, à más influências, porque tem um objetivo, um meio de interagir, mantém os jovens ocupados, isso seria importante.

[JC] Não tem área de lazer, não tem um posto médico, não tem um passeio adequado, uma creche que é o ideal, o principal que é a educação.

Na comunidade do Caiçaras a realidade é diferente no que tange à área de lazer, pois possui praça com brinquedos e quadra, conquistadas após longos anos de assentamento. No caso as questões se voltam mais para a manutenção e para o mau uso da própria comunidade, conforme salienta a professora Angela:

Tem praça também. De vez em quando eles vêm dá manutenção, mas tem também a questão da população que não ajuda muito. A população não tem muita consciência de cuidar do seu patrimônio, de cuidar do pouco que tem.” P.2

Porque a praça é usada. A comunidade vai e usa, né? Mas tem época que ela não está em condições de uso. E outro problema grave que tem lá, quando eu vou levar meus sobrinhos lá, que são muito pequenos, quando está sol, por exemplo, atualmente é verão, você não tem uma sombra. Embora nós temos uma mata né? Mas na praça, na praça mesmo, nós não temos uma árvore, nada, então na época de calor é inviável quase levar uma criança ali, pra brincar.” P.2

Outro problema que tem lá na praça, que se permitir tocar, outro problema que no meu ponto de vista me incomoda muito é a questão das drogas, porque há um tempo atrás as pessoas não usavam droga no meio da gente. As pessoas, não assim discriminando quem usa, mas as pessoas elas, elas iam em um ponto mais isolado fazer o uso das suas drogas e hoje você tá brincando com a criança, sentado as vezes lá na praça e as pessoas usam perto de você e é incômodo isso também

Não acho que é a comunidade toda não. É uma parcela bem pequena de pessoas que não têm mesmo o espírito da coletividade ainda, que sai danificando, que sai pichando, que sai é, que sai destruindo mesmo. Não sei se em algum momento da vida dessas pessoas faltou alguma coisa ou algum ensino, né? Porque a praça é usada. A comunidade vai e usa, né? Mas tem época que ela não está em condições de uso. E outro problema grave que tem lá, quando eu vou levar meus sobrinhos lá, que são muito pequenos, quando está sol, por exemplo, atualmente é verão, você não tem uma sombra. Embora nós temos uma mata né? Mas na praça, na praça mesmo, nós não temos uma árvore, nada, então na época de calor é inviável quase levar uma criança ali, pra brincar.

No Parque das Águas e no Nova Germânia, conforme dito, foram instaladas áreas de lazer que a própria comunidade recém chegada ao local depredou. Esse comportamento é bastante enfatizado pelas lideranças das comunidades enquanto um problema de educação, porém redundam além da falta de educação, a ausência do Poder Público.

A professora de ensino fundamental Débora Braga Capel Lopes da comunidade Nova Germânia relata a situação da área de lazer de sua comunidade.

Área de lazer a gente tem aquela praça, no começo ela tava bonitinha, mas agora ela tá abandonada, depois se vocês quiserem ir lá dar uma olhada.

A população também colaborou pra que isso acontecesse. A gente não só deixar falar que o poder público abandonou mas, a população colaborou de certa forma pra que isso acontecesse pra que viesse ficar daquele jeito. Porque ali tinha brinquedo para as crianças, o pessoal depredou, tinha gangorra na praça e agora tem só um escorregador, tinha balanço tinha algumas coisas que foram colocada para que as crianças pudessem fazer uso mesmo. O campinho tinha duas traves de gol a associação dos moradores conseguiu depois via EMCASA redes pra poder colocar nas traves dos gols, bola de futebol pra que as pessoas pudessem estar pegando com a associação ir jogando final de semana, então eles pegavam e devolviam, montavam lá. Mas isso

com o tempo até a trave do gol de um dos lados já levaram embora, e os bancos da praça também coisas de ferro teve gente catando.

É, pelo que a gente sabe sim foi a própria população que foi se achando no direito de levar o que é público pra eles e a praça hoje está naquela situação ali deplorável quase não tem mais nada, tá uma área muito perigosa, porque ali à noite é muito escura a gente não tem uma iluminação, desde quando a gente veio pra cá a gente pediu pra que fosse viabilizado uma iluminação na praça mesmo, e não tem. Então fica muito escuro. Então as pessoas usuárias de drogas costumavam ir pra ali sentados naqueles banquinhos e fazer uso de drogas porque como não tinha iluminação era lugar propício pra isso.

Eu acho que primeiro a iluminação deveria ser providenciada porque um lugar iluminado, as pessoas não vão querer ficar amostra coisa que não é direito não vai querer que esteja aparecendo. Acho que deveria ser feito uma reforma na praça, ser colocado novamente ali os brinquedos para que as crianças pudessem usufruir também e ser feito um trabalho de conscientização pra população de forma que a própria população se visse motivada a estar preservando aquele ambiente ali, porque a única área de lazer que a gente tem é aquilo ali mesmo mesmo, eu acho que seria o caminho.

José Carlos da comunidade Nova Vida relata o que presenciou na comunidade vizinha do Nova Germânia:

Tem coisa que até desanima a gente, na pracinha que fizeram lá no Nova Germania tinha um cara com um machado tentando cortar as gangorras das crianças brincarem para cozinhar feijão, isso é absurdo, tem que fazer um cara desses pagar pelo que destruiu.

Pardal também aponta sua percepção:

A praça já esta pra trás abandonada, danificada, foi mal colocada no bairro. Ela foi mal colocada e o que acontece, a depredação de crianças, a depredação que foi muito grande. Cortaram barras de metal para vender. Tudo, ferro, pegaram madeira para fazer fogão de lenha, fizeram tudo. Porque veio pra cá uma comunidade sem estrutura.

Dentro do que pôde ser aferido, as áreas de lazer existentes nas comunidades do Parque das Águas e Nova Germânia acompanharam o projeto do loteamento, contudo, não houve um trabalho de envolvimento da comunidade com o bem coletivo que lhes era entregue. Um dos grandes pontos deve estudo é exatamente o vínculo territorial que não existia entre as localidades e as pessoas instaladas e, também, nenhum trabalho que pudesse criar esse vínculo de forma efetiva foi desenvolvido, o que resultou dentre muitas outras coisas, na completa desvalorização das áreas de lazer.

Por sua vez, na comunidade do Caiçaras, cuja praça foi instalada muito depois dos moradores, já mais bem vinculados ao território, houve melhor receptividade e uso. Contudo, requer maior manutenção, o que nas comunidades mais carentes como as estudadas, raramente acontece.

Por fim a comunidade Vida Nova tem como uma de suas principais reivindicações uma área de lazer para seus moradores, principalmente para suas crianças e adolescentes. Dentro do que se analisou, a melhor maneira de se desenvolver um projeto para estas comunidades, por mais difícil que seja envolver as pessoas, é construí-lo em conjunto com a própria comunidade. Se possível contratando as pessoas da comunidade para executa-lo. Provavelmente o sentimento de pertença vai ser outro, mesmo que poucos participem, haverá outro sentido de valorização coletiva.

4.2. Políticas de segurança e violência urbana

4.2.1. Políticas de segurança

Violência urbana é uma triste realidade que acompanha o cotidiano das periferias brasileiras com índices comparáveis à situações de guerra. Seja associada ao tráfico de drogas, seja em razão da própria precariedade material e educacional das pessoas que vivem nas periferias, a violência é naturalizada e percebida pela sociedade em geral como algo inerente a essas localidades, cuja saída política é o isolamento e a segregação, não o enfrentamento das questões por políticas públicas adequadas que envolvam a comunidade como um todo. As classes mais abastadas se trancam em seus condomínios ou se direcionam para as regiões mais centrais onde opera de forma mais eficiente as políticas de controle social. Como esses grupos possuem mais acesso aos marcos políticos decisórios e literalmente viram as costas para as áreas periféricas, é de se esperar que o Estado, que tem em seu corpo pessoas mais bem posicionadas na sociedade, tome a mesma postura política de um envolvimento marginal e repressor da realidade das periferias. A consequência flagrante que se assiste nos grandes centros é a multiplicação da violência e não sua redução ou controle.

Deleuze em uma frase célebre afirma que não se vende nenhuma política de segurança sem gerenciar uma boa política de medos. Em nossa interpretação o medo que se vende de uma sociedade extremamente violenta, cuja violência “que se apresenta nos veículos de comunicação de massas” esta situada nas periferias ou realizada pelas pessoas das periferias, acompanha uma política de segurança que criminaliza a pobreza, justifica a segregação e dá poderes ao Estado para inibir um conflito de classes latente na realidade social brasileira, extremamente injusta e desigual. Esse conflito deve ser exposto, pois é a desigualdade social extrema a maior violência que se vivencia e que gera, na microfísica, o cotidiano de diversas violências. De um lado temos: 1) as políticas que se fundam numa idealização do oprimido, numa perspectiva de direitos humanos que somente percebe o indivíduo sacrossanto e não o coletivo, numa teodicéia dos pobres enquanto vítimas de uma sociedade desigual; 2) e do outro temos as políticas de repressão, de direito penal do inimigo, de recrudescimento das penas cuja a amenidade e a impunidade é percebida enquanto a razão da violência. No nosso entendimento ambas são igualmente equivocadas e não contribuem para a resolução dos problemas.

Certamente não temos uma solução e aqui não nos cabe um enfrentamento mais a fundo, mas compreendemos que qualquer medida ou projeto de segurança que não surja do seio das realidades as quais serão implementados, que conectem as pessoas (cidadãos) e o Estado (detentor

da violência legítima), como busca de um equilíbrio e controle mútuo, estão fadadas a serem mais do mesmo. Aqui, já assumindo o pecado pelo excesso de simplificação, mas cabe o desabafo, entendemos que, por outro lado, a geopolítica internacional que se liga ao combate ao tráfico de drogas é um grande óbice para a construção uma sociedade mais segura no Brasil. Geopolítica esta que se intitula inclusive enquanto “guerra ao tráfico”, responsável por ceifar milhares de vidas inocentes (ou não) e promover um permanente “estado de exceção”. E essa “situação de exceção” é o que recebe os principais aportes financeiros para a segurança pública. Cabe a pergunta: qual segurança essa política promove e de que forma ela beneficia a sociedade? O comércio de qualquer coisa que seja, decerto, não é em princípio algo violento ou gerador de violência, mas quando tachado de ilícito, tipificado pela lei penal, vai operar no submundo da sociedade onde o Estado não atua (de forma transparente). Se temos no tráfico de entorpecentes a atividade ilícita mais lucrativa do mundo, que por sua vez, está associada à segunda atividade ilegal mais lucrativa do mundo que é o tráfico de armas, estamos falando de cifras estratosféricas, bilhões de reais, que não são percebidas pelo Estado, ou seja, não são tributadas e revertidas para a própria sociedade, concentrando-se nas mãos daqueles que operam esta atividade ilícita. Mas quem afinal? Com rigor acadêmico pode-se dizer que esse quantitativo de dinheiro não está nas favelas e nas periferias, que devem perceber no muito a “xepa da feira”. Apesar de não ser objeto deste estudo analisar a rede sociotécnica do tráfico de drogas e seus fluxos de pessoas e coisas, não seria leviano perscrutar que tamanho quantitativo de dinheiro deve estar sendo “lavado” em grandes empresas, que conseguem maquiatar tais volumes, e sendo guardados em instituições financeiras, como os bancos, ou mesmo financiando campanhas de políticos em geral, uma vez que é um dinheiro “oculto” que ingressa no sistema. Nesse sentido manter políticas de combate ao tráfico de entorpecentes é muito lucrativo e a guerra contra o mesmo não é para ser vencida, mas para ser mantida. E nesse contexto temos uma realidade de extrema violência em que “a polícia pobre mata e morre por traficantes também pobres e vice-versa”, é pobre mandando pobre, enquanto muito provavelmente alguns ganham muito com os dois lados da guerra ao tráfico. No final, de todos os envolvidos, quem mais perde é a sociedade que se vê impossibilitada de uma política de segurança mais efetiva, associativa e livre de ingerências externas. Consumo de entorpecente nenhum causa mais mal do que esta política do tráfico e do seu combate. Em síntese, entendemos que enquanto permanecer a política de combate ao tráfico, enquanto não houver uma legalização e controle acirrado do Estado sobre o comércio de substâncias psicoativas quaisquer que sejam elas, tributando e revertendo benefícios reais para a sociedade, qualquer discussão sobre segurança pública tem como ponto de partida uma “barreira intransponível” para sua efetivação.

Exposto este “ponto de vista” de um cenário que é capilar à grande parte da realidade brasileira e que se apresenta como uma das principais questões para as comunidades estudadas quando o assunto é política pública de segurança, mas que não dispomos de ferramentas para enfrentá-las. Por outro lado, não podemos nos furtar de compreender outras questões que também se relacionam à violência urbana e que políticas públicas de segurança mais efetivas poderiam surtir melhores efeitos e, nesse sentido, proporcionarmos alguma colaboração.

As comunidades pesquisadas apresentam altos índices de violência e uma segurança pública muito deficitária. Acompanha uma realidade em que não se vê mais postos policiais sendo instalados no município, ou mesmo no Estado de Minas Gerais, a estratégia da segurança agora se dá por unidades móveis, ou seja, apenas rondas que percorrem em determinados turnos as regiões consideradas necessárias. Conforme será apresentado nos dados da própria polícia militar, nos relatos dos moradores e nos recortes jornalísticos, não precisa ir muito a fundo para dizer que essa é uma política inócua. Num contexto com tantas tecnologias acessíveis e possíveis de desempenharem uma função de vigilância e disciplinamento pela própria sociedade, desde que amparada pelo Estado, o caminho não pode estar dissociado de uma vertente criativa e de corresponsabilidade sociedade-estado. Mas, diante da incapacidade de auto-organização das comunidades estudadas, a iniciativa deve partir do Estado e o mesmo deve estar fisicamente próximo e presente como um parceiro da comunidade e não como um inimigo.

O que se pugna neste diagnóstico é a necessidade de se iniciar um processo de aproximação das políticas de segurança (somadas obviamente com as de educação, saúde, meio ambiente etc.) com a fixação de uma base estrategicamente posicionada na Av. Senhor dos Passos enquanto corredor de entrada para todas as comunidades pela Zona Oeste.

A presença do poder público na sua esfera disciplinar por si já estimula uma ordem de extrema necessidade para que não se continue o processo de favelização nas comunidades que, conforme o andar da carruagem, pode num futuro próximo formar uma imensa favela unificando-as. A partir da instalação de um posto policial ou algo similar próximo às áreas, que não passaria de um panoptico, deve se desenvolver programas de estímulo à auto-organização social, aproximando das pessoas essa faceta do Estado, de forma que garanta a proteção necessária daqueles que buscam uma comunidade mais segura, sem que temam serem retaliados por aqueles terão suas atividades coibidas por esta política.

A análise segue apontando a percepção das pessoas que vivem nessas comunidades sobre as políticas de segurança e a questão da violência urbana, separando cada localidade, seguido pelos

quantitativos de ocorrências da polícia militar que contextualizam a criminalidade nos assentamentos pesquisados.

4.2.2. Parque das Águas

Em setembro de 2014 alguns jornais locais, e mesmo nacionais, divulgaram que moradores de um grande conjunto habitacional do PMCMV de juiz de Fora estariam sendo expulsos de suas moradias por traficantes de drogas. Após representação da Caixa Econômica Federal, em nota, a polícia civil local afirmou que já estava investigando a área havia cerca de dois meses, relatando o alto índice de criminalidade e das dificuldades da população local se manifestar com medo de represálias. Um mês antes, em um dia de campo da pesquisa, somos informados que na noite precedente haviam amarrado um homem em uma árvore ali, quebrado as suas pernas e arrancados seus olhos, deixado ali para morrer naquela manhã. A presidente da associação criada pela Programa para representar as famílias assentadas, sem vínculo algum com aquele contexto social, nos relatava que nos dois anos que percorria de assentamento, havia algo em torno de uma morte por mês.

Caminhávamos pelo local, conhecíamos as casas danificadas e mal construídas, ouvíamos alguns moradores se queixando da maneira como foram colocados ali, “sem nada”, sem escola, sem creche, sem nenhum comércio, sem transporte adequado... Diziam que o Prefeito Custódio Mattos havia aproveitado a oportunidade na época da eleição de 2012 e levado as pessoas para lá, antes mesmo do empreendimento ficar pronto, acreditando que teria ganhos políticos com isso. “O tiro saiu pela culatra”, me diz um morador, “nunca se viu tanto problema em um lugar só”. Acompanhávamos as reuniões da EMCASA, empresa encarregada de cumprir os programas sociais da Caixa Econômica Federal, nos diversos momentos e reuniões víamos sempre as mesmas pessoas, mulheres, donas de casa interessadas em melhorar o local em que passaram a viver, quando muito, algo em torno de dez pessoas em um universo de mais de quinhentas famílias.

Para ilustrar o quadro apresentamos um levantamento breve do ano de 2015 a partir do principal jornal do município, o “Tribuna de Minas”, em que das vinte e quatro menções analisadas, todas são negativas. Dezenove delas são sobre crimes ocorridos nos assentamentos ou envolvendo moradores, mas houve ainda espaço para denúncias sobre outros problemas vivenciados pelos habitantes como a falta de iluminação, o baixo desempenho da escola local, o mato alto, o descarte irregular de lixo, e até mesmo a ação civil pública que denuncia problemas estruturais nas construções das moradias.

As ocorrências são atreladas à razões diversas (atribuído ao tráfico de drogas e briga de gangues), sendo expressiva também a quantidade de crimes que seriam considerados bárbaros, repercutindo na alteração da rotina dos moradores, que vivem com medo da violência, conforme se ilustra:

A morte do adolescente de 17 anos, baleado na cabeça, na Rua Jarbas de Lery Santos, em frente à Praça do Riachuelo, no Centro de Juiz de Fora, no último dia 8, aumentou a insegurança dos moradores, já que, segundo eles, a morte teria relação com a briga de gangues da região do Monte Castelo. A vítima era moradora do Bairro Parque das Águas, enquanto o autor dos disparos, outro adolescente, 16, que foi apreendido com um revólver calibre 38, é morador do Monte Castelo. A própria Polícia Civil confirmou que o homicídio teria sido motivado pela rixa entre grupo rivais. “Essa morte pode acirrar ainda mais o ódio entre esses meninos e quem sofre é o morador”, desabafa um aposentado. (Gangues alteram a rotina de passageiros de ônibus, 16/06/2015 disponível em <http://www.tribunademinas.com.br/gangues-alteram-a-rotina-de-passageiros-de-onibus/> acesso em 01/10/2015)

Na notícia sobre a denúncia feita pelo Procurador da Republica, em sua fala ao jornal ele aponta outros problemas:

Foram constatados vícios de projeto, que não foi planejado para as condições topográficas do local onde as residências foram implantadas. Nas construções, há um vão de 12 cm entre a alvenaria e a cobertura que permite a passagem de vento e água. A água acumula sobre o forro, que é de PVC. Há casos onde o forro cedeu devido ao peso da água. O MPF concluiu que esses vícios têm ocasionado danos aos moradores como perdas de móveis e eletrodomésticos, além dos danos morais. Os moradores acreditam que estão realizando o sonho da casa própria e se veem na contingência de viver em moradias que não apresentam condições adequadas de habitação em época de chuva. Estão sujeitos até mesmo a problemas de saúde decorrentes da umidade e do contato com a água. (MPF denuncia construtores do Minha Casa, Minha Vida 04/02/2015 <http://www.tribunademinas.com.br/mpf-denuncia-construtores-do-minha-casa-minha-vida/> acesso em 01/10/2015).

Interessante notar também ao analisar a reportagem que trata dos problemas enfrentados pelas escolas com menor desempenho no Enem, que além da violência, até mesmo contra professores que são ameaçados e mesmo agredidos de acordo com o jornal, que a migração dos novos moradores para a região da forma como foi feita gera problemas de identidade e senso de comunidade, o que dá uma pista da possível causa dos transtornos e rivalidades que desencadearam tantos problemas e violência na área pesquisada.

A violência também extrapola os limites da unidade, prova disso é que o adolescente baleado e morto, em junho, em frente à Praça do Riachuelo, no Centro, era aluno do colégio, assim como o suspeito. “Cerca de 90% dos estudantes da escola são do Parque das Águas, e eles não têm muita identidade com a escola. Eles não têm a consciência do eu nasci aqui, fui criado aqui. Estamos tentando mostrar que a escola é deles, que são eles que têm que cuidar da escola”, disse Sirleia. (Sobram problemas e faltam investimentos. 25/08/2015 disponível em <http://www.tribunademinas.com.br/sobram-problemas-e-faltam-investimentos/> acesso em 01/10/2015)

Focando os relatos dos moradores, algumas histórias são realmente impressionantes e revelam uma situação agonizante que foi, em parte, criada pelas deficiências das políticas habitacionais experimentadas e também, consequência da própria desestruturação social das pessoas economicamente mais vulneráveis.

Fabiana Batista Saume nos fala sobre violência doméstica:

Eu sempre chegava no problema tentando, resolver o problema, levando uma solução. Eu nunca ia numa confusão, por exemplo, eu já assisti muitas coisas, marido espancando esposa, uma vez o homem arrancou metade da orelha da mulher, foi até numa reunião que a gente tava fazendo ele deu nela uma cacetada, eu não se foi com pau, eu não lembro o que que ele soltou no rosto dela que isso aqui nela arrebentou tudo, a menina ficou toda ensanguentada. Ali vou chamar a polícia, todo mundo tem que ser a polícia. Ela dizia que ele sempre faz isso, eu amo o meu marido. A comunidade querendo chamar a polícia, e ela interferindo pra não chamar. Eu entrei no meio pra poder não gerar confusão porque tinha homens querendo pegar ele. Então violência gera violência.

Nos fala sobre os homicídios que presenciou:

O período que eu fiquei lá esses quatro anos eu vi 24 homicídio.

Eu presenciei 24 homicídios. Presenciei de ir até o local do corpo estirado assim. E o mais velho tinha 25 anos.

Um menino de 14 anos que foi colocado na árvore, não sei de você sabe dessa história. Que arrancaram as vistas dele. Furaram aqui assim nele (ela indica no vídeo o lado direito na altura da testa). O menino da Vila Olavo Costa, a família foi morar ali e ele tinha uma rincha com o pessoal dali também. Juntou 3 adolescente e pegou ele, furou as vistas do menino. Eu cheguei lá, lembro como se fosse hoje, não gosto nem de lembrar. Aquele caixãozinho de lata né do IML que chega né, tirando aquele corpinho de dentro do saquinho, saquinho preto. Um negocinho desse tamanho assim, 14 anos. Primeiro assassinato.

Depois foi o do filho da Dona Joana que era minha vizinha de fundos, o Dôdo. Lá em cima, ele tava soltando uma pipa, arrebentaram a cabeça dele com mais de 13 tiros na cabeça, dos miolos saírem pra fora. Subi lá também vi aquela cena horrorosa.

Eu já tava vivendo ali pressão até psicológica. Barulho de bombinha eu já tava achando que era tiro.

E o ultimo agora foi de um primo meu, que ele é filho da minha prima. Eu tratava como sobrinho porque eu vi pequeno, a minha tá com 20, ele morreu com 23. Então eu vi ele criança, né. Morreu na porta da escola. A escola saindo, 16:55 da tarde, o sino da escola batendo o menino passou e deu um tiro nele, só nas costas.

Então aquilo me deixou no chão.

Entrevistador: Isso tá muito ligado ao tráfico de drogas.

Entrevistada: É. O Parque das Águas igual eu acabei de falar e torno a repetir. Tem muita gente boa, muita família trabalhadeira, muito casal que sai de manhã pra lutar pra trazer a noite pros filho. Mas tem muito vagabundo, e os vagabundo acaba predominando. Porque os bons saem, as porcaria fica. Você tá entendendo.

Então é isso que acontece ali dentro do Parque das Águas. A criminalidade ali é mais, igual eu acabei de fala lá atrás e torno a fala de novo aqui, não é eu, você, Doutora Ana, o meu esposo, até ele mesmo não, entendeu. É a criminalidade, é os adolescente que dizem que pode tudo, que a lei hoje em dia dá suporte pra eles fazer tudo que eles querem.

Mata hoje fica acautelado, depois tá solto. Volta a mata de novo, fica acautelado de novo, solto.

Sobre o tráfico de drogas:

Tem o chefe ali, que ele não é dentro do nosso loteamento.

Tem um chefe ali do Jardim Cachoeira, mas ele não é do nosso loteamento.

Envolvia ele.

O tráfico é o seguinte. Eu cheguei ali no Parque das Águas, eu falo por mim. Acabei de falar, sou mãe de adolescente. Hoje jovens, jovens e adultos, já são adulto. Esse aqui ainda é menor, tá com 16 anos.

Esse meu Davi já foi oferecido pra ele guarda droga a troco de 500 reais por semana. Eu não tenho 500 reais por semana pra dá na mão dos meus filhos. Você dá 500 reais por semana na mão da sua menina de mesada? Você dá pro seu se ele fosse maior? E não tenho você tá entendendo. Eu não tenho, mas o meu filho foi. Ofereceram isso pra ele.

Ali dentro chega muitas mães com a situação frágil. Vivendo de bolsa família, trabalhando de doméstica, correndo atrás pra sobreviver, entendeu.

Chega o predominante que é aquela erva ruim. Que ele mesmo é a erva ruim daquele bairro, aquele rapaz, ele oferece.

Um exemplo, você é meu filho. Ninguém vai desconfiar de você não, guarda ai eu vou te dá tanto. Não mas a minha mãe... não mas sua mãe não vai nem saber.

Dali, você vira, tipo assim, você vira escravo dele. Se você sair ele te mata. Você tá entendendo. Se você não qué ele vai ameaçar a sua mãe. É o que acontece ali dentro do Parque das Águas.

Sobre a guerra de gangues:

o nosso bairro foi criado em pequenas partes, o Parque das Águas já entrou errado voltando lá atrás. Como foi selecionado, eles tinham que ter pegado pessoa da zona norte, pessoa dali pra enfiar ali. Eles pegaram pessoa de tudo quanto é tipo de território, de tudo quanto é tipo de bairro.

Então se eu entrei ali, que eu vim do Santa Cândida se eu tivesse problema com você. Vão pôr eu vim do Santa Cândida, você veio do Marumbi. Um tempo atrás eu fui lá no Marumbi dei um tiro num parente seu lá, eu sou boca pesada, boca torta. Poxa aquela é aquela mulher que foi lá e fez aquilo com meu primo, entendeu. Você já ia esquematizar pra.

São as rinchas.

O que aconteceu com o nosso loteamento, que eu falo nosso porque eu tenho a minha casa lá, foi isso aí. Falta de política. Aquilo ali foi tudo errado. Pegou pessoa de tudo quanto é nível social, tudo quanto é classe, tudo quanto é jeito e colocou ali. Como pessoa boa trabalhadora, como pessoa que mexe com droga, morador de rua. Pessoa que já acostumou nesse nível de vida é difícil você educa ele, entendeu. É difícil educa ele. E jogou ali dentro.

Então subo lá, você pode ir comigo, você, Doutora Ana anda ninguém vai fazer nada. Agora para o seu carro ali em cima, para o seu carro um horário desse, num é o lugar. É as pessoas que vivem nesse mundo, eles vive sobre pressão. Eles vive com medo de tudo. Um olhar que você olha pra ele, ele já tem medo. Então a defesa deles infelizmente é te mata. É te ataca.

Só que ali no Parque das Águas você não tinha ainda um comando formado, né.

Ali é o seguinte, 22h da noite não tá entrando qualquer um não. Quando eu tava ainda entrava.

Porque eu cheguei a chegar perto de duas pessoas que não vou citar nome, que são pessoas de muito baixo escalão que começou a mandar, que chegou a querer colocar ali como carandiru.

Eu falei gente não vamo fazer isso não, vão falar Condomínio Parque das Águas, não vão falar carandiru não. Não colé tia você tá ficando doida, é carandiru memo. Eu falei carandiru nada, mas levando na esportiva.

Na minha época podia rodar. Hoje 22h da noite ali virou a mesma coisa. Porque as pessoas ali andam com medo. Não sabe se você é polícia, não sabe se a Ana tá filmando. Num sei se foi com a Doutora Ana, eu num sei foi com uma pessoa que chegou pra fazer um projeto comigo lá e começou a tirar foto. Aí me chamou lá em casa e ficou lá naquela frente da rua. Foi com você? Que eu sai não, não, não perai. Não deixei tirar enquanto eu não cheguei. (A Ana falou foi a Thaís que tava tirando foto [bolsista do projeto]). Pra você vê que eu não tô mentindo. Porque?

Porque se tivesse comigo eu não ia leva polícia ali pra dentro. Não sou louca eu moro ali dentro. Eu não vou implanta um detetive ali pra investigar a vida da Ana porque a Ana vende droga. De jeito nenhum. Entendeu?

Porque eu estou ali dentro.

Porque as vezes o Léo muitos que morreram ali dentro, eu falo com você não foi só droga. Foi briga de PAC (Praça Antônio Carlos) ali dá muita briga e você sabe muito bem disso, briga de baile (to no baile funk chego lá te dou uma cotovelada e pronto a mas a sua cara tá marcada, depois vocês vão lá e encontram no mesmo lugar. Você tá entendendo.

Situação narrada de um repórter que chegou na comunidade:

E chegou acontecer coisas piores. Uma vez foi até aquele Wagner Toledo da Integração.

Sabe qual que é? Um repórter, ele é um mulatinho.

Já ouviu falar nele? Wagner.

Ele chegou lá em casa. Chegou de moto e de capacete. O carro da tribuna ia vim depois pra fazer um documentário de assassinato mesmo. Teve lá no domingo, e eles foram lá na segunda pra poder falar mais um morador perdeu o filho. Ia até entrevistar a mãe do menino nesse dia. Não minto foi na terça, o menino já tinha sido enterrado.

Aí ele chegou de moto e não tirou o danado do capacete da cabeça e parou em frente da minha casa, a casa dele era na esquina. Só que ele ligou pra mim no caminho, ele falou Fabiana eu to chegando. Pra mim ele tava vindo de carro da integração. Eu não tava esperando ele de moto. Eu não sabia que o repórter ia na frente de moto, pra mim ele iria vim no carro da integração.

To sentada lá na sala, lembro como se fosse hoje. Só escutei ele, não, não, pelo amor de Deus, pelo amor de Deus. No que eu saio pra fora o cara já tava com o revolve assim nele. Tira o capacete, tira o capacete quero ver sua cara. Eu abri a porta, ele eu sou da ... Quando levantou eu falei é o Wagner, é o Wagner pelo amor de Deus.

Ele não fez a reportagem, o homem chorou igual uma criança sentado no meu sofá. As lágrimas dele escorria, eu to arrumando pra casar.

Quase morreu. O cara viu a moto parada, se ele tivesse parado do lado da minha casa. Mas ele fez igual a Thais [bolsista do projeto], ele foi lá do outro lado, parou aquele motão uma XRE bonita, vermelhona. Parou e ele é grandão, um preto muito apresentável é um rapaz bonito. Parou e continuou com o capacete assim. O rapaz veio de bicicleta desceu a rua minha todinha e já pôs assim o revolve na cara dele.

Tira o capacete, eu escutei o grito, não, não eu sou da integração. Não socorro... No que eu abri o portão que eu cheguei na porta eu falei menino para.

A ele é o Wagner, Fabiana. É o Wagner, o moço da integração.

Então tá tranquilo ai tia, se não o bicho ia pegar pro lado dele.

Sobre o sofrimento de mães que perdem os filhos e abandono das casas:

Droga sim, o principal objetivo. Droga sim, mas existe aquelas rincha.

Teve uma lá que no dia do enterro do filho dela eu estava junto, eu fui lá no Cemitério Municipal. Ela passava a mão no rosto do filho dela, e ela fazia assim no rosto do filho dela e falava com ele assim, é meu filho maldita hora de nós ter vindo pra essa casa né meu filho, essa casa eu te perdi. Perdi você por causa dessa casa. Portanto, ela abandonou a casa, ela enterrou o filho numa semana, na outra ela encostou um caminhão. A casa dela virou ponto de droga, os cara invadiu e é boca de fumo. Ela abandonou.

Entrevistador: Tem muita invasão lá Fabiana?

Entrevistada: Muita invasão, muita, muita, muita...

Ela abandonou a casa. Ela enterrando um filho dela de 16 anos, e ela passava a mão no rosto dele. E alisando o rosto dele. Porque é duro pra uma mãe, Deus me livre não gosto nem de pensar numa coisa dessa.

Ela passava a mão no rosto dele Léo e falava o meu filho essa casa que fez eu perder você.

Ele não tinha envolvimento com droga. Sabe porque que ele morreu? Porque o tio dele deu um tiro no menino do Borboleta. O menino foi e vingou dele. Deu no tio e deu nele, só que o tio não foi a óbito, mas ele foi na hora, cê entendeu.

O menino chegou pra matar ele, mata o tio, ele estava junto, o menino matou na rua, na calçada. Foi na calçada, igual tá a Doutora Ana sentada aqui e tá essa mochila preta, um do lado do outro. O menino chegou com o revolve e pá, o tiro acertou só aqui óh(apontou para o meio da testa) no menino dela 16 anos, matou o menino na hora. O irmão dela tomou um aqui na bochecha, um na cabeça e um no ombro, ele não faleceu. O menino com um tiro só, e o menino não morreu porque ele não usava droga não, ele passava na minha porta você olhava pra ele, cê num tinha. Ele não usava. Aquele não. Mas foi a rincha do tio dele, por causa dessas brigaiada de PAC, por causa de mulher essa bagunçaiada que fez o menino perder a vida.

Então tem droga? Tem. A droga é a chave que abre a porta, mas a rincha ali também é pior.

Por que? Porque foi feito dessa forma. Pegou um pouquinho de pessoa de cada nível e colocou. E colocou ali.

Sobre a presença do poder público:

Na minha época não tinha poder público nenhum não. Porque ali em cima quando dava uma briga a polícia demorava uns 40, 50 minutos pra chegar, entendeu.

Quando vinha, quando você já tava no chão morto.

Então, poder público mínima, merda total.

Uma vez queria fazer vizinhos protegidos lá. Eu fui tenta abri a boca pra falar da ideia, eu fui cortada na própria reunião por duas pessoas. Primeiro foi o Pardal, segundo foi pessoa que tava na associação junto comigo mesmo. Você é loca Fabiana! Você tá ficando doida! Você vai culiar com verme?

Não precisou falar mais nada. Ali aquela reunião acabou, as minhas pernas vetou, os meus braços amordaçou e eu não falei mais nada. Porque a gente tava fazendo um projeto de vizinho protegido, a gente ia fazer o apito. Mexeram na sua porta Ana eu to apitando. E.. você tá entendendo? Mas não deu certo. Você vai por polícia aqui dentro vai arrumar problema com os traficante aí hein. Óh seu eu fosse você não fazia isso não. Ali já foi esticando assunto entendeu? Esticando assunto.

Então foi aquela situação que eu to te falando. Poder público péssimo, policiamento péssimo.

A riqueza de detalhes na narração da ex-líder comunitária do Parque das Águas, Fabiana Saume, nos dá a dimensão do problema que foi criado, sobretudo pela política municipal, mas também, consoante ao que foi o “toque de caixa” do programa federal Minha Casa Minha Vida. Com outros dados vale a pena apresentar neste estudo a narrativa do líder rival da Fabiana, Luiz Carlos Barbosa, o “Pardal”, atualmente à frente na comunidade.

Sobre a disputa de território:

É, conflitos de comunidades aonde depois de encontraram várias partes da cidade que já tinham problemas entendeu? E vieram se encontrar aqui. E muitos vieram se refugiar aqui.

Grupos rivais de comunidades de que vieram pra cá de norte a sul, leste a oeste, de todo a cidade morar dentro do conjunto.

Ele estava devendo alguém na comunidade dele de Furtado, veio uma ordem de lá pra cá pra matar ele.

Essas rixas... Tem, ainda tem. Eu classifico isso aqui como uns quatro segmentos diferentes um do outro.

E que são de fora e tão ligados... São de fora, mas estão infiltrados com pessoas aqui dentro.

Sobre as drogas:

[...]É quem falar que quem estava mexendo com drogas aqui ameaçava as famílias, eu discordo, o que aconteceu, na verdade, na comunidade foi o seguinte: que veio famílias pra cá com filhos drogados, mulheres titular de mutuárias drogadas e que passaram a ficar devendo, entendeu? Ao subcrime, ao baixo comunidade que eles já participavam e com isso quando o pessoal ia cobrar eles se sentiam ameaçados e começaram a sair e alegando que eram possíveis traficantes. Mas, aqui dentro não tem traficante, no conjunto não tem traficantes. Aí eles começaram a alegar que os traficantes estavam tirando eles de casa para fazer ponto de droga. Eu discordo, eles e os filhos que passavam a dever a quem tava com a venda, mais vamos dizer assim em quantidade menor de dólar, de pedras, eles passaram a fazer aí uma certa dívida aí não tinham como pagar começaram a ir embora e abandonaram muitas casas.

Sim, mas também muita gente que foi embora, que resolveu alugar sua casa por causa dos altos níveis de violência aqui.

Que envolveram, todos que saíram porque se envolveram em confusões aqui

Entrevistador: _ Mas que tipo de confusão, assim?

Entrevistado: _ Drogas, confusão com o vizinho.

Entrevistador: _ Você disse que o tráfico não tem uma atuação muito forte aqui.

Entrevistado: _ Não. Não existe tráfico aqui dentro do conjunto. No popular existe o que: passadores de drogas.

Entrevistador: _ Os aviões?

Entrevistado: _ São chamados de aviões, de mulas, de robôs, entendeu? Não são fortes.

Entrevistador: _ Entendi.

Entrevistado: _ E a comunidade aqui recebe de quem: dos bairros “circunsvizinhos” aonde existe, entendeu? Os mais fortes no tráfico e põe os menores pra vender aqui pra ganharem o trocadinho deles, entendeu? Mas, aqui dentro não existe o traficante em si. Eles são de fora, mandam pra cá mercadoria.

Entrevistador: _ E você acha que esse grupo de fora tem relação com essa disputa de poder entre os rivais?

Entrevistado: _ Sim, são vários fragmentos aqui, que um fecha um, outro fecha com outro, outro não fecha, aonde da, às vezes, a briga por pontos de distribuição.

Entrevistador: _ Entendi. Então, assim, também não deixa de ter uma relação com o tráfico.

Entrevistado: _ Tudo tá envolvida na criminalidade, roubos.

Sobre roubos:

Não existe, qualquer um se sair ficar 2 dias fora, quando chegar a casa dele tá arrombada, tá porque são os viciados que entra na casa dos outros pra roubar pra vender , pra conseguir um dinheiro para comprar a droga deles.

Sobre policiamento:

Segurança é por conta da polícia. E eu te pergunto a polícia hoje é confiável de você fazer uma denúncia?

Entrevistador: _ Vou te refazer a pergunta: ela não é confiável em qual sentido? Você pode fazer uma denúncia anônima, você pode fazer uma denúncia e colocar seu nome, mas ter resultado? Ela vai vim, ela vai tomar a iniciativa?

Entrevistado: _ Os próprios policiais no meio dos corruptos ele mesmo avisam a comunidade quem é que tá denunciando

Entrevistador: _ Eles recebem também...

Entrevistado: _ Eu posso dizer de carteira assinada, porque eu fui parte do Segundo Batalhão da Polícia Militar de Juiz de Fora trabalhando no serviço de levantamento de informações então vi muitos colegas acontecer isso a pessoa fazia uma denúncia eles chegavam na comunidade que seja era conhecido e falava quem era o fulano que estava denunciando. Então, muitos não são testemunhas, não denunciam, com medo de represálias depois

Entrevistador: _ Entendi, mas tem a denúncia anônima também.

Entrevistado: _ Mas, a denúncia anônima ele fala que foi a própria pessoa do bairro.

Entrevistador: _Entendi. Ai vai cair eles podem escolher.

Entrevistado: _ Quem tem uma certa rixa com o vizinho vai desconfiar que foi aquele fulano.

Entrevistador: _Que é perigoso.

Entrevistado: _ Que é perigoso.

Eu como líder não tenho, é, confiança para levar esse caso para o serviço policial. Por não confiar. Não colocar minha filha, minhas netas aqui em evidência, em risco de vida aqui. Então, pra mim segurança é por conta deles, eles que infiltrem os agentes deles aqui e façam o levantamento aqui e tomem as atitudes que eles são pagos para isso

Vivo em constante medo de tiroteio e tudo

Entrevistador: _Mas de denunciar também?

Entrevistado: _ De denunciar também, é claro.

Entrevistador: _Medo do bandido e medo da polícia.

Entrevistado: _ Tanto do bandido quanto da polícia.

Entrevistador: _Medo dos dois lados.

Entrevistado: _ Dos dois lados.

Entrevistador: _Porque se denunciar sabe que vai chegar. Isso é um problema sério. Não é um problema só aqui, violência não é um problema só daqui. É de todo lugar.

Entrevistado: _ O dia que vocês nessas pesquisas, nesses levantamentos de vocês, acharem um bairro no Brasil que não tenha roubo, não tenha morte, não tenha tráfico, passa pra mim que eu vou tentar mudar com minha família pra lá. Só conheço um lugar: na lua!

Sobre a política de segurança do Estado:

Entrevistado: _ Segurança eu já mantive contatos de conhecimento que eu tenho, o que que acontece, é, hoje o município e o estado existe uma lei que não se cria mais postos policiais na cidade. Veja que houve vários que fecharam por deficiência do próprio governo do estado.

Entrevistador: _ Eles pediram as contas?

Entrevistado: _ É, o que que acontece, nós aqui não temos condições de solicitar uma companhia que é o mínimo que eles lançam agora, entendeu? Por falta do próprio investimento do governo do estado. Nós daqui não temos uma rede de telecomunicação para que seja implantado sistemas de rádios, de telefones... Nós aqui não temos telefones fixos, todos aqui são celulares, internet nossa é via rádio ou via chip, moldem. Agora um ou outro que está conseguindo entrar aqui. Então, depois de cinco anos. Então, no geral, implantaram o conjunto habitacional, mas não nos deram os nossos direitos que está dentro da Constituição Federal.

Entrevistador: _ E essa questão da segurança, uma companhia é muito grande para ser instalada aqui.

Entrevistado: _ E não vai conseguir nunca...

Entrevistador: _ Isso, mas não tem nenhuma medida que poderia melhorar, ajudar...

Entrevistado: _ Não adianta pedir, não adianta pedir porque agora, você vê, o posto de saúde lá devido à grande...

Entrevistador: _ Ou vocês mesmo se organizarem, organizarem alguma coisa...

Entrevistado: _ Eu acho que o problema da segurança, acontece de o próprio morador vigiar a sua casa e não contar com esses órgãos falhos.

Entrevistador: _ Sim, mas aí você vigia a do seu colega também?

Entrevistado: _ Sim, a gente mantém contato.

Entrevistador: _ Se partir de um vai virar aquela paz armada, todo mundo vai ficar cheio de arma dentro de casa porque o outro vai... Se não tiver esse laço, esse vínculo...

Entrevistado: _ Mas tanto o município como o estado sabem da necessidade de uma maior segurança. Sabem, não precisam, porque eles fazem os levantamentos, já mapeiam a cidade com os índices de criminalidade. Então eles sabem onde precisa e onde não precisa. Agora, eu posso falar que aqui, por exemplo, existe uma ronda policial 24 horas por dia, mas mesmo assim ela ainda é deficitária.

Entrevistador: _ Todo dia tem aí?

Entrevistado: _ Todo dia tem viatura rodando, todo dia. Fica o Posto nosso de Saúde lá embaixo, a guarda municipal, quando foi criada em 1989 e ela não cumpre o que determina o regulamento dela, que é para guardar prótons municipais, o Posto de Saúde é um próton municipal, a escola aqui é um próton municipal, a creche é um próton municipal. Ali, os porteiros ali são contratados terceirizados.

Outro ponto que ilustra bem a realidade da violência vivenciada no dia a dia dessas comunidades são as ocorrências policiais que passamos a expor, exceptuando aqui os homicídios:

Ano de 2012

Em 2012 o bairro Parque das Aguas teve número de 5 delitos, ameaça 2 ocorrências e violação de domicílio com 3 ocorrências, rua K e rua Nazira Mattar de Freitas durante o período de 01:00 as 22 horas.

Ano de 2013

No ano de 2013 houve um drástico aumento para 196 delitos, estando entre os crimes mais ocorridos os de lesão corporal com 18 ocorrências, seguido por ameaça com 66 e furto com 51 ocorrências. O primeiro semestre foi bem violento com o mês de abril com o maior número de crimes praticados no caso 23, mas o segundo semestre foi o com maior acúmulo de crimes, tendo os meses de outubro e novembro, cada um com 20 crimes. A faixa horária que mais teve crimes foi a das 20 às 23hrs.

Ano de 2014

Houve uma queda no número de delitos em 2014, o qual o número final do ano ficou em 135 crimes cometidos, os delitos que mais foram praticados foram os de Ameaça com 45 ocorrências, Lesão Corporal com 22 ocorrências e Furto com 19 ocorrências. O primeiro semestre foi o que mais apresentou delitos consumados, tendo o segundo semestre do ano uma queda significativa. As

faixas de horários em que mais foram cometidos crimes foi entre 10 as 11hrs e de 14 as 16hrs. Novamente a Rua k se apresentou como principal local de práticas de crimes em conjunto com a Rua Rogerio Fernani.

Ano de 2015

Em 2015 a queda na taxa de criminalidade continuou, havendo o numero de 87 ocorrências, as quais se destacam os crimes de Ameaça, com 42 ocorrências, sem seguida vem os delitos de Lesão Corporal e Furto com 12 ocorrências cada um. O primeiro semestre novamente esta com a liderança nas ocorrências, tendo o segundo semestre uma queda significativa. Os horários que mais ocorreram os crimes foram os de 21 as 00 hrs.

Ano de 2016:

A Polícia Militar registrou a prática dos crimes de roubo/recuperação de veículo (1 caso), dano (1 caso), infração contra o patrimônio (1 caso) e ameaça (2 casos).

Ano 2017

Observa-se o registro da ocorrência dos crimes de violência doméstica (2 casos), lesão corporal por disparo de arma de fogo (1 caso), ameaça (1 caso) e dano(1 caso).

Conforme se depreende da análise dos registros policiais há uma nítida queda nos números de delitos nos dois últimos anos, chegando a um número significativamente baixo diante de todo o histórico em 2017. Do momento em que foi criado o assentamento e nos dois anos subsequentes as taxas de crimes de toda ordem foram exorbitantes, mantendo-se relativamente alta atue 2015, como se explica a queda abrupta em 2016 e 2017? A nossa tese, no início, para além do conflito entre grupos rivais com o pano de fundo do tráfico de drogas, está a ausência do Estado enquanto ordem civilizatória, ou seja, vivenciou-se uma verdadeira anomia em que a disputa territorial mais primitiva, na ausência de um amálgama social civilizatório, fez desencadear a provável proeminência de determinados grupos, estabilizando os conflitos e erigindo uma nova ordem. Como o Estado segue ausente deduz-se que essa “nova ordem” não é a do Estado, apesar de estar umbilicalmente conectada a ela. Certamente essa análise demanda um projeto próprio. A localidade é parte da rede sociotecnica por conexões múltiplas, mas o que se designa enquanto ordem jurídica - sob variadas perspectivas que vão de estabilização de comportamento, regras coercitivas à faculdades construídas - são vínculos fracos ou ausentes os que se estabelecem nessa sociocomposição, ou seja, está parcialmente dentro da sociedade mas fora do Estado de Direito.

4.2.3. Nova Germânia

A realidade do Nova Germania, apesar de similar em vários aspectos, não manifestou a violência urbana de forma tão expressiva quanto a área vizinha, provavelmente pelo contingente populacional menor, considerando que houve um cometimento expressivo de crimes quantificados pelas ocorrências da polícia militar. Os relatos dos moradores também são bem menos chocantes, não obstante a gravidade da situação, de descaso do poder público e de políticas de segurança ineficientes, ser a mesma.

A professora e moradora Débora Capel Lopes relata sua percepção sobre a violência no Nova Germania que nos permite ilustrar bem alguns pontos importantes da análise:

Percepção sobre homicídios, assaltos e outras violências:

Eu gosto, gosto daqui. A gente tem problemas, mas todos os lugares tem problemas, é isso que eu falo, né?! Assim, em vista de outros lugares, o Nova germânia não é tão violento quanto, é, vamos dizer assim, a fama que ele tem. O fato dele ser muito próximo ao Parque das Águas e o Parque das Águas ter sido um lugar muito conflituoso quando o pessoal se juntou e começou a morar tinha assassinato praticamente toda semana no começo. Nova Germânia, até hoje temos contabilizadas quatro mortes e dessas quatro duas foram por envolvimento com o tráfico de drogas e duas foram crimes passionais, coisa mesmo que não teria a ver com isso. Mas é um lugar de pessoas trabalhadoras, de família que vieram em busca do sonho de ter sua casa própria, seu canto seu lugar, e numa condição financeira que dê para eles pagarem, porque a gente sabe que a prestação ela não é uma prestação alta igual um aluguel que a pessoa paga. Então as pessoas puderam ir melhorando aos poucos as casas, a gente vai aos pouquinhos tentando dar uma melhorada aqui, outra ali...

Teve gente que foi embora porque achou que a violência estava aumentando demais, porque a gente realmente vê muitas coisas acontecerem. Mas é aquilo que eu já comentei com você, a violência está crescente em todo lugar.

A pessoa chama de violência briga por conta de ponto de droga, a pessoa chama de violência o assalto. Eu tive uma vizinha aqui, que morava nessa casa de esquina, ela saiu para trabalhar de manhã cedo, a filha dela foi para a escola e ela voltava só no final da tarde. Quando ela chegou em casa ela não tinha nada dentro de casa. Mas o mais interessante é que ela foi assaltada e ninguém viu nada, nenhuma movimentação estranha, foi um dia normal, as crianças voltaram da escola, ficaram jogando bola na frente da escola e tudo mais, e eles levaram até os alimentos que estavam dentro do armário dela. Roubaram tudo, roubaram televisão, roubaram máquina de lavar, roubaram fogão, só o que eles não conseguiram carregar foi geladeira, foi o armário de cozinha, levaram carne, levaram botijão de gás, levaram as coisas da pessoa todinha. Então ela ficou muito traumatizada com isso. Ela falou “poxa, estou morando num lugar onde eu não tenho segurança pra eu poder ir trabalhar e deixar minha casa sozinha, então eu não vou ficar, aí ela se mudou.

Igual esse caso tem outro tem vários... Tem uns outros caso de pessoas que se mudaram por conta disso, por conta de assalto.

E: E isso tem acontecido ainda?

D: Agora deu uma parada, mas até o meio do ano passado ainda era bem frequente.

E: E são pessoas daqui do bairro mesmo?

D: Em alguns casos foram pessoas do bairro mesmo que fizeram isso.

D: No ônibus, acho que foi semana passada, na segunda-feira, se eu não me engano, o motorista do 673 ele foi assaltado aqui no ponto final, dentro do bairro, não foi por gente do bairro, porque o pessoal aqui do bairro, assaltar ônibus eles não assaltam, mas gente de fora que pega o ônibus para poder assaltar o motorista aqui no finalzinho, no ponto final, na hora que ele tá passando, então é uma coisa preocupante, nesse ponto, às vezes a gente se preocupa porque esse ônibus já foi assaltado várias vezes, eu não presenciei graças a deus, nenhum assalto, mas que já presenciou diz que a pessoa chega armada, chega intimidando, intimida motorista, intimida passageiro, intimida o cobrador, e assim, leva de quem tiver ali dentro, leva celular, leva dinheiro, leva o caixa mesmo ali do cobrador.

Percepções sobre a ação da polícia:

D: O policiamento no começo era muito bom, porque eles tinham que evitar as invasões então a polícia e a guarda municipal estavam sempre por aí fazendo ronda. Depois de um tempo acabou isso. As pessoas começaram a invadir. A gente tem casas invadidas até hoje no bairro e pessoas que tão morando já há quatro anos invadidos, invadir de ali ficar. Agora, diante dos últimos acontecimentos, envolvendo até próprias pessoas do Nova Germânia o policiamento passou a ser mais ostensivo aqui, eles têm vindo pelo menos umas duas vezes na semana, faz uma rondazinha de noite e vai embora. Mas isso porque aconteceram coisas que levaram eles a fazerem isso, né?!

E: Tipo?

D: A gente teve um assassinato aqui, de um rapaz, dia oito de janeiro, no começo desse ano, foi logo aqui em frente. Foi reixa mesmo, coisa de desavença entre dois vizinhos. E o rapaz acabou sendo assassinado por conta disso. E depois disso a polícia passou a vir dar uma voltinha com mais frequência aqui.

Percepções sobre políticas de segurança:

D: Eu acho que deveria ter um projeto, como eu já vi em outros bairros, que é a rede de Vizinhos Protegidos que tá todo mundo ali interligado, tomando conta da coisa do outro, quando o outro não tá em casa e a polícia podendo ser acionada em caso de alguma suspeita, mas é uma coisa que aqui no Nova Germânia, não foi implantado. E agente também da associação têm muito medo de implantar isso e as pessoas virem a retaliar a associação por conta disso. Porque a gente sabe que tendo esse policiamento, tendo essa ligação com a polícia da associação com a polícia, a gente sabe que aquelas pessoas aqui que tem comércio de drogas, de entorpecentes, elas não vão gostar disso. Então assim, eles vão retaliar a associação de alguma forma.

E: Você tem medo pela própria segurança,

D: Isso, a gente tem medo sim, porque a gente tem filho, a gente família a gente tem medo que as pessoas possam entender, não como um benefício para a população, mas que a gente tá querendo atrapalhar, vamos dizer assim, o fluxo do comércio deles lá. mas a gente pensa mesmo é no bem estar da comunidade.

E: E você acha que o trabalho das pessoas no sentido de conscientização das pessoas, poderia ajudar na implantação desse...

D: Eu acho que com certeza, se as pessoas tivessem consciência.

E: talvez até conversar com quem trafica “falar não quero nada com seu negócio, não”

D: Isso!

E: “... Eu quero é que as casas não sejam roubadas, que isso não aconteça...”

D: A gente quer segurança, né?! Isso...

E: “Que a praça seja arrumada, que possa ter coisa na praça, que a gente possa ter coisas no bairro...”

D: Eu acredito que talvez possa dar resultado...

E: Ou, também, que muitos já colocaram que deveria ter um posto policial próximo, né?!

D: É, mais próximo, porque essa região aqui. tanto aqui quanto o Caiçaras, quanto o Parque das Águas é uma região onde acontecem muitas demandas policiais, vamos dizer assim. E a gente sabe que se tiver um posto policial, vamos dizer, num lugar estratégico, que pudesse dar cobertura a essas áreas, isso com certeza inibe, a gente sabe que inibe, porque a gente vê casos por exemplo, em cidades maiores, igual no rio de Janeiro onde eles tem unidades pacificadoras, que as coisas melhoraram bastante depois que aquilo foi implantado. Não melhorou da forma como deveria ter melhorado, mas já deu uma ajuda. A gente não está falando de unidade pacificadora porque a gente não chegou a esse ponto aqui, graças a deus, mas a gente está falando de ter um espaço onde a polícia pudesse estar ali constantemente monitorando, isso inibiria inclusive assalto, porque ali no Nova Germânia é muito assaltado.

Há certamente uma diferença significativa entre o número de homicídios no Parque das Águas e provavelmente qualquer outro local do município de Juiz de Fora, não apenas do Nova Germania, mas o número de ocorrências tanto em um quanto no outro justificam ações de segurança mais efetivas e consorciadas com a comunidade, conforme já exposto. Abaixo seguem as ocorrências quantificadas:

Ano de 2012

No ano de 2012 o bairro, Nova Germânia teve um total de sete crimes, os quais não houve a reincidência de um mesmo tipo penal no mesmo ano, os quais forma de Lesão Corporal, Ameaça, Roubo, Dano, Estelionato, Estupro de Vulnerável e desobediência. O horário onde mais ocorreram crimes foi o das 09:00 as 09:59.

Ano de 2013

Em 2013 o panorama criminal teve um aumento significativo, o qual a soma total de delitos cometidos no ano chegou a 124, tendo o mês de fevereiro com 18 crimes, Furto, e o mês de maio, onde o tipo penal mais consumado foi o crime de Ameaça, mas os delitos que mais foram executados foram Ameaça com 36 ocorrências, Ameaça com 21 ocorrências e Lesão Corporal e Dano, cada um com 19 ocorrências. Durante todo o ano houve uma variação de crimes, a qual é notável o padrão onde as ocorrências diminuem em um mês e voltam a crescer no mês seguinte,

tendo o primeiro semestre como o mais turbulento. O horário onde mais ocorreram crimes foi o das 22hrs às 22:59.

Ano de 2014

Houve uma diminuição drásticas de delitos no ano de 2014, o qual passou para 90 delitos, tendo como crime mais ocorrido o de Ameaça com 41 delitos consumados, Lesão Corporal com 13 delitos e Furto com 10 delitos. Novamente o primeiro semestre foi o mais turbulento, mas o mês com maior número delitos foi o de agosto com 14 ocorrências. A rua com maior número de delitos foi a rua inválido. O horário com mais crimes foi de 18 as 20hrs.

Ano de 2015

No passado, 2015, houve uma nova queda nos delitos sendo baixado para 53 ocorrências. Novamente o crime que mais foi praticado foi Ameaça, com 17 ocorrências, em seguida vem a Lesão Corporal com 10 ocorrências. Novamente o primeiro semestre foi o mais turbulento, tendo os meses de janeiro e março com o maior número de delitos, com 7 delitos cada um. O horário com maior incidência foi o das 20 às 21 horas.

Ano de 2016:

Foram registrados pela Polícia Militar a ocorrência dos crimes de roubo/ recuperação de veículo (2 casos), dirigir veículo sem habilitação (1 caso)

Ano de 2017:

Observa-se pelos registros de ocorrência da polícia os crimes de ameaça (5 casos), violência doméstica (7 casos), corrupção de menores para a prática de crimes (1 caso), agressão (1 caso), atrito verbal (2 casos), lesão corporal (2 casos) e tráfico de drogas (1 caso).

Observa-se fenômeno similar ao ocorrido no Parque das Águas, um alto índice de ocorrências no início e uma queda brusca a partir de 2016, aparentando uma estabilização de uma ordem social no local. Mais uma vez, considerando que política de segurança não se modificou, é factível questionar de onde decorre essa “estabilização”, enquanto ponto aberto para outras pesquisas.

4.2.4. Caiçaras

O bairro Caiçaras é considerado também um bairro bastante violento, principalmente ao longo de sua história, apresentando também um índice de ocorrências consideravelmente alto. Seguindo a narrativa apresentamos a percepção dos moradores entrevistados, especificamente Dele Ferreira e Angela.

Seguiremos com Delce ex-presidenta da associação do bairro em sua percepção sobre:

A) Tráfico e violência

Nós temos jovens e temos criança aí, de 12 e 13 anos que já estão entrando para o mundo do tráfico. E não tem muita coisa para fazer, por que eu não tenho o que fazer para eles aqui.

Eu tenho para meninos de 15 anos, que tem os programas. Mas meninos que ainda não chegou a essa idade eu não tenho nada para poder oferecer. E os pais saem para trabalhar e as crianças ficam na rua.

Entrevistador: O tráfico você vê ele sempre associado a violência aqui?

Entrevistada: Sempre associada à violência. Porque os meninos fazem festas de, essas festinhas que eles fazem eles fazem aí. E aí tem meninos e meninas aí, que começam a questão da prostituição você vê dentro da escola. Trabalhei 6 meses dentro da escola, e nos seis meses que eu trabalhei dentro da escola tinha três meninas, uma de 13, uma de 14 e uma de 15 anos grávida.

Entrevistador: E assaltos, roubos, esse outro tipo de violência?

Entrevistada: Assalto a minha casa foi assaltada mês passado, aqui, lá na minha casa

Entrevistador: E para todos, a violência aqui é um problema?

Entrevistada: A violência é um problema.

Entrevistador: E você vê o problema da violência, primeiro relacionado ao tráfico? Você acha que eles roubam e quem rouba tá relacionado ao tráfico também?

Entrevistada: Porque um é o tráfico. O roubo é mais é usuários de droga que fazem isso. Porque o cara precisa de um dinheiro para poder comprar e manter o vício, e ele vai fazer o que? Não tem emprego porque a própria sociedade já discrimina, né. Se o cara não for bem arrumado, se o cara não for vestido, e... e... ele não consegue emprego. Porque a aparência é tudo, né.

Inclusive numa época aí que o negócio estava muito feio. Veio várias empresas para cá, e eu até montei um programa aí para poder, e várias pessoas me ajudaram para poder mudar a aparência das pessoas. Cortar cabelo, fazer barba, roupa, para poder, eles a questão de carteira de trabalho e tudo mais para eles conseguir emprego. Muita gente ficou empregado aqui.

Entrevistador: E você acha que a violência também tem relação com o desemprego? Você acha que isso piorou?

Entrevistada: Piorou. Piorou porque muitas pessoas que trabalhavam perderam seus empregos. Às vezes trabalhava em empresa grande e a empresa quebrou, teve que mandar embora. E aí não consegue mais emprego porque não tem estudo, não tem uma profissão. Então fica difícil de conseguir emprego.

Entrevistador: E conflito de Vizinhança, tem muito aqui também Delce?

Entrevistada: No passado tinha mais, hoje em dia estabilizou. Não sei se é porque as pessoas trabalham cada um cuida da sua vida. Então entra para dentro da casa, fecha a casa e ninguém vê a cara de ninguém. Mas diminuiu bastante.

B) Homicídios

Entrevistada: Não eu tenho a mesma coisa, só que já morreram muitos meninos aqui. Agora costuma ser avisado eles vão para outro bairro. Mas aí acaba achando e acaba morto em outro bairro. Mas são meninos daqui.

Entrevistador: Avisados porque eles estão numa guerra.

Entrevistada: Estão numa guerra.

Entrevistador: E aí ó você tá marcado. É isso que seria ser avisado?

Entrevistada: É isso nós temos isso aí direto. Muitos já mudaram daqui porque estavam marcados para morrer. E os pais ficam desesperados aí muda e vai até para outra cidade.

C) Percepção sobre segurança pública

Entrevistador: e qual que é o problema? E como isso poderia ser resolvido na sua opinião Delce? A questão do tráfico e do envolvimento das pessoas.

Entrevistada: Olha eu, o Léo tudo isso o pilar principal é a educação. Não tem outra maneira de fazer isso sem a educação estar junto. Porque a educação, não digo a educação do menino ir para a escola e estudar não. Ter os programas educacionais que abraça esses jovens para poder eles não tem nada para fazer.

Um exemplo claro, meu filho tem 27 anos mas o meu filho não ficava na rua. Meu filho fazia parte de programas educacional, meu filho fez parte do PROMAT que era um programa que o Tarcísio criou o ano passado, o antigo pró-criança que o Tarcísio criou porque ele falava que criança não tem ficar na rua, criança tem que ter atividade. E, depois ele foi Mirim, trabalhou como Mirim. Então meu filho não tinha tempo de ficar envolvido com isso, ele tinha um trabalho, ele tinha o dinheiro dele para comprar as coisas dele. Mesmo que eu desse tudo, você ter o seu é diferente. E dá oportunidade para aquele jovem ser alguém na vida.

Antigamente a gente tinha várias oportunidades. Hoje não tem isso, isso não chega na comunidade.

Dando continuidade, o relato da Professora da Escola Municipal Augusto Gotardelo e moradora do Caiçaras também ilustra bem o tema da violência em suas percepções sobre:

A) Brigas e homicídios:

Entrevistada: O problema é que as crianças veem isso, sentem o cheiro disso, entendeu? E aí a gente sabe também que gera violência também. Em novembro gente teve um homicídio aqui.

Entrevistador: Novembro agora? Relacionado ao tráfico?

Entrevistada: É. Eu não sei detalhes, mas provavelmente sim, entendeu?

Entrevistador: E isso é recorrente aqui? Acontece muito, tá acontecendo muitas vezes?

Entrevistada: Não, não. É... Nesse tempo que eu estou aqui, desde 2011, nunca tinha acontecido. A polícia vem sempre, porque tem muito problema de briga né? Muita briga

Entrevistador: Briga... Como seriam essas brigas? Brigas de grupos rivais ou briga de indivíduos?

Entrevistada: Não, eu acho que é mesmo por questão da vizinhança. A vizinhança muito próxima, as casas muito coladas. É questão da estrutura mesmo de como foram feitas. É mais em decorrência disso talvez.

Entrevistador: Então é briga de vizinhança mesmo?

Entrevistada: É, e as vezes por questões também das drogas, né? Não sei, porque eu não...

Entrevistador: Não tá nesse meio?

Entrevistada: Não tô inteirada, mas provavelmente é como tem acontecido em outras regiões aqui da cidade, né? Mas não percebo assim... Vamos dizer assim... Brigas de bairros, que não combinam um com o outro. Aqui eu não vejo isso né? Não sei se os nossos jovens aqui têm problemas com outros jovens, deles não poderem ir em outros locais, porque, por exemplo, na escola a gente recebe os alunos do Nova Germânia, né? Que é um bairro próximo aqui, isso, desde que o bairro foi fundado lá. No iniciozinho tinha uns conflitos, mas acho que foi solucionado, não vejo muitos problemas mais não. Tipo assim, apedrejavam o ônibus quando chegava aqui, mas acho que isso foi superado, entendeu?

Entrevistador: Então chegou a ter apedrejamento de ônibus?

Entrevistada: Bem no início, não sei se foi em 2014 que veio pra cá o Nova Germânia, já tem um tempinho início, mas na escola isso tá apaziguado, e também nos ônibus acho que isso melhorou. Mas teve no início.

B) Assaltos:

Entrevistador: O problema de segurança, tá tendo algum problema de segurança, assalto ou coisas de violência?

Entrevistada: Ah demais. A minha casa, graças a Deus, não tive esse problema não, mas há relatos de assaltos até em pontos de ônibus.

Entrevistador: Aqui? Com pessoas daqui?

Entrevistada: Ih não sei se são pessoas daqui, eu não sei. Eu só sei que no final do ano agora de 2017, eu venho sempre a pé da autoescola Ademar pra cá, e aí tinha um senhor no ponto e falou pra mim que era pra eu tomar cuidado que tinham acabado de assaltar uma pessoa no ponto né? Aí já assaltaram a mercearia também que tem aqui, lá da van lá da frente. É... De vez em quando tem uns assaltos, uns problemas de invasão nas casa, tipo assim, de levar televisão, levar alguns eletrodomésticos, eu não sei qual que é, digamos as ocorrência, tipo assim, quanto tempo que acontece, mas acontece.

Entrevistador: E você vê algum caminho, alguma solução pra isso. o que seria primeiro a causa disso e depois como, na sua percepção, é possível sair?

Entrevistada: Hum... Eu não sei as causas dos assaltos né? Porque as vezes tá relacionado com vários fatores, né? As vezes é necessidade, as vezes é pra pagar alguma dívida e as vezes é... Eu não gosto de julgar, mas as vezes as pessoas não querem também trabalhar e escolhem o caminho mais fácil, né? Mas eu não sei assim a fundo o que que leva, entendeu?

C) Políticas de segurança:

Entrevistador: Mas pra comunidade qual seria o melhor caminho pra tratar isso, pra lidar com isso? Você acha que é com um posto policial, você acha que é a fiscalização?

Entrevistada: Não sei nem se o posto policial resolveria não, porque tem umas coisas que “é” da índole, tem umas coisas que pode ter um posto policial colado na sua casa que tem. Igual, tem câmera, as câmeras também não intimidam algumas pessoas, entendeu? É, eu acho que o negócio é berço, entendeu? Tem umas coisas que têm que ser desde o nosso ventre, sabe?

Entrevistador: Educação?

Entrevistada: Educação, educação, acho que seria educação desde pequenos.

Entrevistador: Educação na família, em casa, valores?

Entrevistada: É, igual o Delúbio veio fazer aí o trabalho, aí as vezes a gente faz também né? Questão do tratamento do lixo, ensinar reciclagem lá para as crianças, mas eu já até propus eles que eles viessem fazer um trabalho direto na comunidade, chamar, palestras, entendeu? Uns vídeos... Igual teve ano passado mesmo, eu contei um livrinho lá para as crianças que chama O Jonas, se não me engano. O menininho joga lá o plástico, o plástico a baleia engole, ou um golfinho, eu não sei, e o animal passa por várias situações difíceis. Então as pessoas as vezes precisavam de, tipo sentir na pele alguma coisa, assim, aquela coisa da empatia, de você se colocar no lugar do outro pra você ver como que é, assim, como que a natureza sente quando a gente não cuida dela.

Entrevistador: Ângela, mas o que que você acha que pode ser feito para melhorar isso, que as pessoas deem mais valor a praça, se unam mais resolver os problemas comuns?

Entrevistada: Ah eu não sei como sai do comodismo porque tem que ter, como eu vou te dizer, tem que ter motivação, tudo tem que ter motivação né? E eu não sinto de maneira geral, não tô falando só aqui da minha comunidade, do meu bairro, de maneira geral, eu não vejo ser humano motivado pra essas coisas do coletivo, pra essas coisas de pensar no outro, de fazer realmente a mudança, a gente vive em tempos difíceis, né? Um tempo que tá cada um, assim, digamos tentando sobreviver e aí nós estamos tentando sobreviver a tudo atualmente, a violência urbana, aos assaltos, sem ser nas nossas moradias, mas eu falo na questão política do país, entendeu? Aos assaltos às verbas que deveriam chegar às nossas crianças, entendeu? Que deveria chegar as melhorias nas escolas, porque provavelmente, as vezes, igual nosso bairros, fizeram agora a pouco tempo aí uns mapas, saiu na Tribuna no domingo passado, o mapa da violência de cada bairro da cidade, você clicava lá e via o nome da pessoa que foi morta, né? Porque que os nossos jovens estão sendo mortos? Ano passado eu perdi meu sobrinho também assassinado no Santa Cândida, entendeu? Então, a nossa família já foi vítima da violência urbana. Aí há pouco tempo uma construtora postou lá no “Face” também que Juiz de Fora é a cidade melhor pra se viver, aí eu falei pra eles “e o que se faz com as periferias, com nossos jovens que estão se matando? Que estão armados, que ninguém vai lá desarma-los, que ninguém vai lá dar uma outra, uma outra proposta de vida pra eles sem ser matar uns aos outros?”

Entrevistada. Agora aqui no Caiçaras, Nova Germânia, Parque das Águas e os outros bairros que são mais antigos aqui na cidade, porque os outros bairros que tem violência também um pouco maior que aqui, todos esses bairros têm falta de poder público. Não tem ação, não tem ação pública, entendeu? Então precisaria de ter ação pública. É arrumar um jeito de pensar na motivação, porque se o jovem já cresce lá no meio, tô te falando, se ele já cresce lá no meio das coisas erradas, se ele já vê desde pequeno, se a família não consegue também coloca-lo já nas rédeas desde pequeno e ele fica muito em rua, ele já não tem perspectiva desde criança é muito difícil de você trazer ele depois aos quinze, dezesseis anos dar uma perspectiva pra ele, eles têm eu ter perspectiva desde que eles nascem eles tem que nascer com perspectiva e as nossas crianças hoje não nascem com perspectiva, entendeu? Não nascem porque os nossos pais também estão precisando de perspectiva e eles não tem e eles trazem as crianças para um mundo sem perspectiva, entendeu? Eu acho que todo ser humano tem quer ter uma perspectiva, os nossos jovens não têm, nossas crianças não têm e nossas famílias na maioria, não tô falando todas, na maioria das nossas famílias também não tem perspectiva. Porque o Brasil vive um caos, o mundo vive um caos de maneira geral, entendeu?

Então se a gente conseguir perspectiva, tipo meta, entendeu? ? Você tem que ter uma meta, e, geralmente, as pessoas têm meta, mas não é meta positiva assim como a gente pensaria assim pra uma sociedade melhor. Geralmente as metas, as perspectivas são negativas por conta que ao

redor tá tudo negativo mesmo, aí os meios de comunicação vai divulga coisas que imputam nas cabeças das crianças que aquilo que é perspectiva e se você não tem, não precisa de ser muita escolaridade não, mas se você tiver o pé firme no chão você não se deixa iludir pelos meios de comunicação, eu acho que você consegue é... Levar sua criança, levar seu jovem pra outro caminho, entendeu? É que a mídia também ajuda muito.

Entrevistador: Não e aqui é um lugar bom de se morar, é um lugar que tem uma vista linda, com uma mata maravilhosa.

Entrevistada: Isso pra tudo, tem gente, porque eu tô vendo mais violência, entendeu? Esse dinheiro, essas bolsas de dinheiro que têm aparecido aí ou esses dinheiros que estão nesses paraísos fiscais são dinheiros que deveriam estar empregados nessas periferias aqui no meu bairro, aqui na minha escola com projetos mais atraentes, entendeu? Os nossos jovens gostam de tecnologia, por que que nos bairros não tecnologia pros nossos jovens? De graça, já que eles roubam tanto? O dinheiro que eles roubam deveria ser empregado em tecnologia pra eles, sabe, poderia ter. Antigamente tinha aí várias lan houses, mas era tudo cobradas, né? Não é todo jovem que pode ter um celular eles até querem né? Entendeu? Mas se tivesse tecnologia pra eles disponibilizada de graça nas escolas. Na escola tem computador, mas não tem internet, que atrativo que tem pro jovem? Eles querem internet, eles querem... É o mundo deles também, entendeu? Então a sociedade não dá tudo que o jovem quer, as vezes dá lá na mídia lá, o que não vai fazer, que aí as coisas invertem também, porque a mídia, eles querem vender lá os produtos deles, né? E encurte lá através das publicidades que ele é legal, que ele é maneiro, que ele é beleza, que ele é jovem, que ele tem que ter isso, tem que ter aquilo, mas ele tem que ter primeiro cultura e educação, entendeu? E isso eles não investem, entendeu? Porque eles querem colocar mordaca na gente, entendeu? muita gente engravatada também que é corrupção, que é ladroagem, que tá lá com bolsas e mais bolsas de dinheiro, que esse dinheiro foi tirado dos nossos impostos que é o que falta as vezes aqui, que faltam lá nos bairros que estão com

Entrevistador: Ângela, muito bom, assim pra mim já tô satisfeito, já deu pra gente cumprir bem. É, só pra gente fechar tem algum outro problema que você lembra, que você queira explorar?

Entrevistada: Porque as vezes as pessoas... Sabe, minha mãe foi alcoólatra e geralmente as pessoas vão para esses caminhos porque elas não têm tipo, ninguém que acolheu e as vezes é o álcool que acolhe, as vezes são as drogas que acolhem, as vezes as pessoas vão buscar refugio nisso, porque eu, por exemplo, sinto que fui uma pessoa que eu tive uma coisa interna, uma força interna, mas tem pessoas que não tem e quem não tem vai nas coisas negativas, então eu nunca julgo, porque cada um assimila diferente, né? E tem pessoas que só conseguem através das drogas, da bebida, que tem um problema vai lá no botequim ou vai lá no... Entendeu? Tem gente que faz diferente, Entendeu? Eu faço diferente, eu... Minha mãe foi alcólatra, não pôde me criar e eu não quis fazer igual à ela, eu não quis virar alcólatra, eu não queria ser uma menina bêbada entendeu? Eu fiquei sem escolha até os dez anos, aí quando meu pai me mandou lá o juiz lá buscar eu e os outros irmãos, nós fomos pro orfanato, foi o divisor de água na minha vida, entendeu?

Quanto as ocorrências quantificadas foram coletados os dados de 2008 até 2015, apresentando também números consideráveis, conforme se denota:

ANO DE 2008

No ano de 2008 foram registrados 100 delitos. Em outubro de 2008 foi registrado o maior número de delitos totalizados em 16.

Com relação aos dias da semana observa-se que houve quase o mesmo número de delito por dia, não houve grande variação.

A rua com maior número de delitos foi a rua F. O horário de maior ocorrência dos delitos foi o de 21 horas.

Quanto à natureza dos delitos observa-se que a furto foi a que obteve maior incidência com 19, seguido de ameaça com 18, depois pela lesão corporal, vias de fato/agressão e atrito verbal com 15.

ANO DE 2009

Em se tratando de 2009, há somente dados da PM dos meses de outubro, novembro e dezembro, que totalizaram em 16 delitos.

Quanto à ocorrência de delitos em relação ao dia da semana foi variável, segunda e quarta foram os dias que mais ocorreram delitos, totalizando em 4 por dia.

Com relação ao mês o de outubro e dezembro foram os que mais ocorreram delitos totalizando em 7 por mês. O horário de maior incidência foi o de 18:00 às 23:59 com 8.

A rua com o maior número de delitos registrados foi a rua José Camilo de Campos Neto com 8.

Quanto à natureza dos delitos observa-se que a ameaça ocorreu com maior frequência totalizando 8.

ANO DE 2010

Em 2010 foram registrados 36 delitos. Em relação ao mês o de maior ocorrência foi o mês de julho com 6.

Com relação ao dia da semana a segunda com 9, a quinta e a sexta com 7 foram os dias de maior incidência. Observa-se que o horário de maior ocorrência de delitos se manteve de 18:00 às 23:59. No entanto, houve um aumento significativo para 17.

A rua de maior incidência dos delitos também se manteve na José Camilo de Campos Neto, porém houve um aumento totalizando 12.

Quanto à natureza dos delitos a ameaça foi que a obteve maior frequência totalizando 16, seguida por lesão corporal com 6 e por furto com 7.

ANO DE 2011

Em 2011 foram registrados 44 delitos. Em relação ao mês o de maior incidência foi o mês de janeiro com 10.

Com relação aos dias da semana tem-se o domingo com 10, quinta e sábado com 8, os dias com mais ocorrências. Em se tratando do horário de maior ocorrência de delitos o número foi mantido 17 e o horário também se manteve de 18:00 às 23:59.

A rua com maior incidência também se manteve, que foi a José Camilo de Campos Neto com 17, mantendo o mesmo dado de 2010.

Quanto à natureza dos delitos observa-se que a ameaça foi a que obteve maior frequência totalizando 20, seguida por lesão corporal com 12.

ANO DE 2012

No ano de 2012 foram registrados 50 delitos. Em Outubro foi registrado o maior número de delitos totalizados em 8.

Com relação aos dias da semana tem-se a quarta com 9, a sexta com 10 e o sábado com 11, os dias com mais ocorrências. Em se tratando do horário de maior ocorrência de delitos tem-se mantido o das 18 horas às 23:59 e aumentado para 21 delitos.

A rua com maior incidência também se manteve, que foi a José Camilo de Campos Neto, que obteve um aumento alcançando 21.

Quanto à natureza dos delitos observa-se que a ameaça foi o que ocorreu com maior frequência totalizando 21, seguida pela lesão corporal com 8 e pelo furto com 8.

ANO DE 2013

No ano de 2013 foram registrados 54 delitos. Em janeiro foi o mês com maior ocorrência totalizando em 9, seguido por 8 no mês de abril.

Com relação aos dias da semana tem-se domingo com mais ocorrências totalizando em 15. O outro dia com mais ocorrências foi a sexta totalizando 12.

O horário com maior ocorrência de delitos foi o das 18h às 23:59 com 22 delitos.

A rua com maior incidência se manteve a José Camilo de Campos Neto, que alcançou 28 ocorrências, observa-se que houve um aumento em relação aos anos anteriores.

Quanto à natureza dos delitos observa-se que a ameaça foi a que mais ocorreu totalizando 24, seguida da lesão corporal com 9.

ANO DE 2014

No ano de 2014 foram registrados 42 delitos. O mês com maior ocorrências foi janeiro totalizando 8, seguido por fevereiro e abril com 6 cada.

Com relação aos dias da semana tem-se domingo e terça com mais ocorrências totalizando 9 em cada.

O horário com maior ocorrência de delitos foi o das 18 horas às 23:59, com 31, seguido pelo das 12 horas às 17:59, com 28.

A rua José Camilo Campos Neto ainda se encontra com o maior número de delitos totalizando 10, seguida pela Rua B com 9 e pelas ruas Coronel Francisco A dos Santos e D com 8.

Quanto à natureza dos delitos observa-se que a ameaça foi o delito que mais ocorreu totalizando 18, seguida pela lesão corporal com 10.

ANO DE 2015

No ano de 2015 foram registrados 26 ocorrências. Destaca-se que não foram informados os dados do mês de Dezembro na planilha elaborada pela PM.

Com relação aos dias da semana com maior incidência de ocorrências tem-se a segunda com 6.

O horário com maior ocorrência de delitos foi o das 18 horas às 23:59, com 21, seguido pelo das 12 horas às 17:59 com 17.

A rua com maior incidência de delitos registrados ainda é a José Camilo de Campos Neto com 15.

Quanto à natureza dos delitos observa-se que a ameaça foi o delito que mais ocorreu totalizando 13, seguida pela lesão corporal com 4.

Em breve análise percebe-se um número bem elevado em 2008, dentre os crimes destacados tem-se apenas ocorrência de furto em 19 casos. No ano de 2009 esse número foi reduzido para 4, em 2010 sofreu um aumento alcançando 7 e em 2011 redução para 3. Outrossim no ano de 2010 também ocorreu um homicídio e no ano de 2011, um estupro, um delito contra dignidade sexual e

família e 2 de tráfico. Apesar de não constar nas tabelas e gráficos de 2008 a 2011, tem-se uma grande ocorrência de ameaça. No ano de 2008 dos 100 delitos registrados 18 foram de ameaça, no ano de 2009 das 16 ocorrências registradas 8 foram de ameaça; no de 2010, por sua vez das 36 registradas 17 foram de ameaça, por fim, em 2011 das 44 registradas 20 foram de ameaça. Outro delito que não constou nas referidas tabelas, mas foi incluído nas tabelas de 2012 a 2015 e por isso, faz-se necessário incluí-lo na análise é o de violação ao domicílio. Em 2008, foi registrado 1; em 2009 não houve; em 2010 foi também de 1 e em 2011 não houve, em 2012 não houve; em 2013 foi registrado 1; em 2014 e 2015 não houve.

Apesar de apresentar também uma flutuação significativa nos índices de ocorrências ao longo dos anos, as tabelas não apresentam todas as ocorrências, principalmente as de homicídios, não possibilitando uma melhor interpretação do fenômeno. Ademais, muitas manifestações de violência urbana não chega a ser quantificada ou conhecida pela Polícia Militar, conforme já mencionado, com uma política de segurança pouco efetiva nas periferias.

4.2.5. Nova Vida

Conforme já mencionado o assentamento do Nova Vida é o menor de todos os analisados e também apresenta os menores índices de violência urbana, apesar dos mesmos também serem significativos se considerado o contingente populacional baixo.

Seguindo a mesma lógica, segue exposta às percepções de moradores sobre a temática na entrevista com José Carlos da Costa e família, sobre:

A) Conflitos de vizinhança e violência em geral:

Sim, as invasões. Então foi construído e algumas pessoas foram colocadas aqui, mas não ficaram, então passaram o imóvel para outro proprietário foi então que a localidade melhorou um pouco. O volume de desavenças diminuiu, hoje vejo aqui como um dos melhores lugares da EMCASA que tem aqui dentro da área de São Pedro.

Tem sim, em todos os 3 bairros têm e não é pouca não, você escuta falar que esses barracos ai embaixo tiveram mais de 30 mortes. Não vou dizer que são adolescentes, são aborrecentes, que só nos aborrecem. Aqui mesmo dentro do bairro tem, um ou outro mas tem, não adianta falar que não tem porque tem.

É pouco, mas tem. Aqui é bem menos, mas se a gente bobear aqui mesmo no bairro eles batem na gente.

B) Segurança e policiamento

Nós aqui em minas temos a segurança fraca, o poder público não tem condições e falam que não tem verba para colocar policiamento, não tem um salário digno para a polícia militar.

Esposa: Isso eu falo com toda clareza, quem toma conta das nossas casas mesmo são nós mesmos moradores, quando alguns viajam um ajuda o outro, se acontece alguma coisa e

chamamos a polícia eles ainda falam que aqui só tem vagabundo, que tem que deixar um matando o outro mesmo, que não precisava nem existir esses moradores desses bairros aqui. E quando vem no bairro vem pra espancar, bate nos adolescentes, bate nas mães, nos pais, gente de família que sai pra trabalhar e eles jogam as pessoas na parede, dando chute, tá igual Rio de Janeiro, a polícia está agredindo, e não é só aqui não, é no Caiçaras, Nova Germânia. Tem poucos dias que teve uma festa de adolescente, a polícia chegou quietinha, nunca tinha visto isso na minha vida, a polícia chegou dando tiro de borracha, dando pancada, paulada, chutando, muitos de menor apanhando. A gente tem até medo de comunicar com a polícia. Outro dia mesmo fui sair para comprar hamburger e essa luz aqui vive apagada, o policial me chamou e eu não escutei, ainda veio falando que os 3,00 que eu tinha era pra comprar droga, ele me bateu feio e depois que ele viu que eu era mulher porque a luz acendeu. Por isso que aqui a gente tem até medo da polícia.

JC: A parte da segurança do bairro infelizmente não existe, a militar não existe.

Esposa: Chama a gente de vagabundo, chamam nossos filhos de maconheiro, segurança nesse local aqui de polícia não tem.

C) A segurança na via (Av. Sr. Dos Passos)

[Esposa]E é tão perigoso o pedaço que as crianças passam ali que eu mesma quase foi estuprada duas vezes, o carro correu atrás de mim, os carros cercam nossas filhas, por volta de 5:30 elas vão para escola e além de não ter passeio não tem segurança.

Quanto ao quantitativo de ocorrências, a comunidade do Nova Vida é apresentada pela Policia Militar de forma conjunta ao Caiçaras III, possibilitando uma análise indistinta das duas localidades.

Ano de 2008:

No referido ano os Bairros Caiçaras III e Nova vida, obtiveram um total de 51 delitos consumados no período analisado, os quais ocorreram com maior frequência no mês de outubro com um total de 09 delitos. Pode ser afirmado que a partir do referido mês houve um aumento no número de crimes, fechando o segundo semestre do ano de 2008 como o mais violento. Dentre os dias da semana que mais ocorram infrações penais, pode ser destacado os dias de quarta e quinta feira; a incidência de faixa horária foi a do terceiro e quarto turno da PM como os mais violentos com horários tidos como violentos os das 12 horas as 23horas.

Os logradouros com maior criminalidade foram a Rua A no bairro Nova Vida, com 07 crimes. No Caiçaras III as ruas com maior destaque foram a rua Luzia Pereira Reis com 28 crimes e Av. Senhor dos Passos, com 16 delitos. Os tipos penais que mais tiveram destaques foram os de Ameaça com 05 delitos, lesão corporal com 08 delitos, dano com 05 delitos e infrações contra as relações de consumo com 05 delitos.

Pode ser apontado que os referidos assentamentos no ano de 2008 apresentaram um grande número de delitos, tendo como recordista o crime de lesão corporal. Pode ser verificado que os horários de maior incidência são os da tarde e noturno.

Ano de 2009:

Foi informado que no ano de 2009 os delitos dos bairros Caiçaras III e Nova Vida foram computados juntos, ou seja, não houve distinção entre as áreas, deve também ser informado que houve apenas a computação do segundo semestre do ano, especificamente os meses de outubro, novembro e dezembro.

No referido ano, nos meses acima mencionados houve um total de 16 crimes, sendo os meses de outubro e dezembro como os mais violentos. Os dias da semana mais violentos foram a segunda-feira e quarta-feira. A logradouro mais violento foi Av. Senhor dos Passos com dois delitos e Rua B com 5 delitos. A faixa horária tida como violenta foi a de meia-noite em diante. O crime que mais ocorreu foi o de Lesão Corporal, com um total de 4 delitos.

Pode ser verificado que não houve uma parcialidade do ano todo, mas pode ser afirmado que as regiões Caiçaras III e Nova Vida apresentam-se violentas, por terem um total de 16 delitos em apenas 3 meses, mesmo o tipo penal não sendo de grande grau, no caso, Lesão Corporal.

Houve uma mudança no horário de ocorrências, passando a ser o período noturno, especificamente na madrugada. A Rua mais perigosa foi considerada como a Rua B, mas a Av. Senhor dos Passos se mantém no índice de grande grau de periculosidade.

Ano de 2010:

A Polícia Militar continuou a computação de crime em conjunto dos bairros Caiçaras III e Nova Vida, desta forma não é possível uma distinção exata dos dois bairros.

O primeiro semestre do ano foi o mais violento com 18 crimes praticados, sendo em seguida o segundo semestre teve uma diminuição para 16 crimes, finalizando o ano com um total de 34 crimes consumados. Os crimes com maior índice foram os crimes de lesão corporal com 09 delitos e, ameaça com um total de 08 delitos consumados. Deve ser destacado que houve no mês de

fevereiro houve um sequestro. Os bairros possuem um índice maior de crimes nas faixas horárias de 19 horas as 00:00 horas.

Aparentemente houve uma redução na criminalidade, pois o ano fechou apenas com 18 crimes, inferior aos demais. Os crimes se mantém no mesmo patamar, sendo os principais de lesão corporal e ameaça, mas deve ser apontado que houve um sequestro.

Ano de 2016- Nova vida:

Pelos dados policiais observa-se apenas o registro de ocorrência de crime de receptação e crime contra a defesa social.

Ano 2016- Caiçaras III

Observa-se o registro de ocorrência de violência doméstica (2 casos), roubo/recuperação de veículo (1 caso), tráfico de drogas (2 casos), roubo (1 caso), atrito verbal (1 caso), agressão (1 caso), lesão corporal/ Ameaça (1 caso).

Ano de 2017. Caiçaras III

A Polícia Militar registrou a prática dos crimes de furto (1 caso), agressão (1 caso), perturbação da tranquilidade (1 caso), agressão/ Violação de domicílio (1 caso).

Ano de 2017. Nova vida

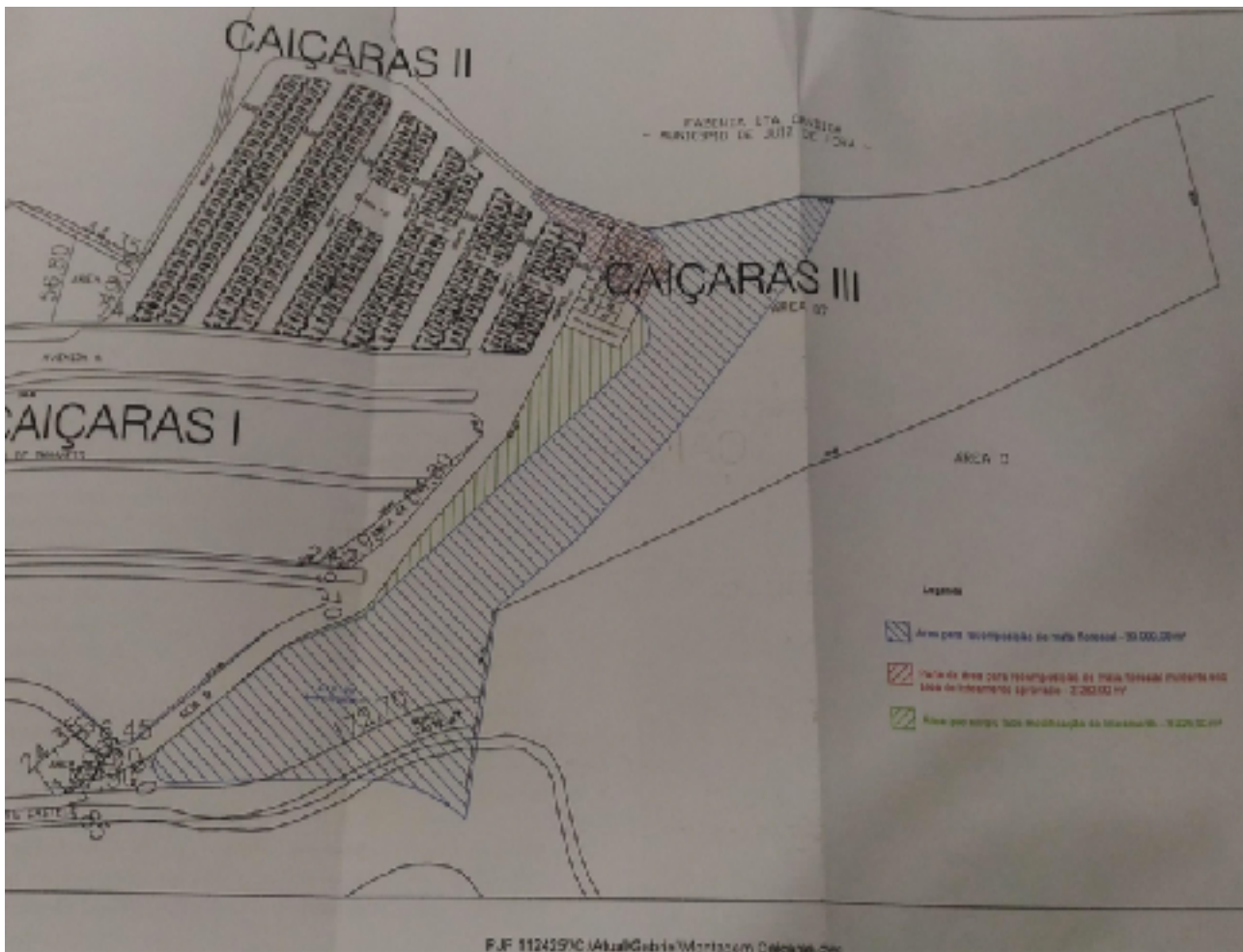
Só houve o registro de crime de ameaça.

Se considerarmos o tamanho das localidades do Caiçaras III e do Nova Vida estaremos diante de altos índices de violência urbana. Se somarmos todos os delitos cometidos nas quatro comunidades circunvizinhas, considerando-as enquanto tal e não as fragmentando na análise, termos uma área de extrema violência urbana que requer medidas estatais urgentes e bem planejadas.

4.3. Dos impactos e questões ambientais

4.3.1. Caiçaras

O local utilizado para a implantação do programa habitacional, foi em área contígua à Reserva Biológica Municipal Santa Cândida que apresenta extensão de 113ha, localizada a oeste do centro de Juiz de Fora. A REBIO-SC, conforme já mencionado, consiste em fragmento urbano de



Mata Atlântica estacional semidecídua, em estágio de regeneração secundária bem avançado. A área, que resistiu à interferência humana no passado, era propriedade de uma antiga fazenda de café e um dos primeiros locais de abastecimento de água da região (LIMA, 2005).

Os estudos apresentados para o Licenciamento Ambiental do empreendimento ressaltava a existência de extensas áreas verdes distribuídas e nos limites, como a reserva biológica de Santa Cândida e Mata de Borboleta/Fábrica, Mata de São Pedro e Morro do Imperador. Por sua vez, não apresentou, para nenhum dos momentos de implantação do Caiçaras I, II e III, medidas que mitigassem os impactos ambientais sobre a área da Reserva Biológica, adjacente ao empreendimento. sequer foi mencionado a proximidade que pela lei inviabilizaria o empreendimento ou exigiria minimamente EIA/RIMA para sua implantação. A perda de área florestal com as constantes queimadas ocasionadas pelos moradores já ultrapassa um quilômetro de efeito de borda, considerando as dimensões diminutas da reserva, a área degradada representa grande risco para a manutenção da mesma.

Os processos ambientais foram corretivos, ou seja, realizados após a implantação dos empreendimentos, com exceção do Caiçaras III. Primeiro instalou-se os empreendimentos para

depois aferir e controlar os seus impactos. As condicionantes constantes do processos não foram cumpridas, ou apenas parcialmente, não conseguindo atingir seus objetivos. A lógica que operou no projeto, forma geral, foi primeiro instalar as obras e os assentados e, bem depois, vieram os equipamentos urbanos como escola, praças e áreas de lazer, conforme mencionado. Posto de saúde e policial não existem no local, estando esses serviços públicos com o acesso dificultado pelas distâncias e pelo excesso de contingente populacional da região que os mesmos atendem no bairro São Pedro, também tratado em parte específica.

O Caiçaras III foi o único que tramitou corretamente um licenciamento ambiental prévio, mas não concluiu o licenciamento por completo e também foi o empreendimento com menores dimensões com previsão para quinze unidades habitacionais, mas não necessariamente menores impactos, dado movimentação de terra que ocasionou e ao descontrole das invasões e usos inadequados do solo que proporcionou. O empreendimento se iniciou em 2008 e antes do seu término foi ocupado pela população de baixa renda, num contexto que não ficou claro durante a pesquisa. Com verbas da União, a obra fez parte do programa do governo federal de urbanização, regularização e integração de assentamentos precários - contrato nº 0192.819-27/06 tendo como partícipes o Ministério das Cidades, A Caixa Econômica Federal, a Prefeitura de Juiz de Fora e a Empresa Municipal de Habitação S. A. - EMCASA.

Os técnicos ambientais da Secretaria de Meio Ambiente relatam as condições locais que possibilitam termos uma breve compreensão do tratamento dado à questão ambiental com base no último parecer (fls 19, v.3). Primeiro ressalta-se que nas diferentes vistorias a situação se manteve a mesma: casas precárias, em desacordo com o projetado, sem acabamento e ocupado por população de baixíssima renda em processo de favelização. Segundo, observou-se uma mudança comportamental das pessoas em que a comunidade se adequou à precariedade local e deixou de reclamar suas carências. Terceiro apontam as modificações nas casas e extensão dos terrenos para as áreas públicas (invasões), inclusive as de recomposição florestal. Quarto, não houve arborização e áreas estão sendo invadidas tanto para moradias, quanto para descarte de lixo e entulho, sendo uma situação que se agravou ao longo do tempo. Quinto, o projeto de recomposição florestal e arborização não foi implantado. É ressaltado que a ocupação nos moldes atuais coloca em risco social a própria comunidade. Houve um “programa de educação ambiental” apresentado como condicionante cumprida, apesar dos resultados questionáveis, utilizando o termo “já se perdeu, uma vez que no local se observa um ambiente bastante hostil em termos de preservação ambiental” .

Em final de 2012 a empresa EMCASA foi autuada (Auto nº 2042-A) por infração gravíssima por operar sem a devida licença (Licença de instalação vencida) e não cumprir algumas



das condicionantes ambientais. Em sua defesa a EMCASA alegou que as obras foram paralisadas em razão de que a Caixa Econômica Federal paralisou a transferência dos recursos após as invasões, logo no início do empreendimento. O parecer técnico correspondente à defesa entendeu não ser justificativa o alegado, posto que a responsabilidade pela execução, cuidado e zelo para com o empreendimento era da própria EMCASA, sendo a renovação da licença obrigatória no caso.

Nas entrevistas com os moradores locais os problemas ambientais percebidos estão relacionados ao lixo que a própria comunidade descarta

4.3.2. Nova Vida

O local destinado ao empreendimento Nova Vida era um antigo campo de futebol utilizado pela comunidade do São Pedro. Ficava abaixo de uma área extremamente degradada que era o Morro do Alemão e no local em que se instalou haviam diversas nascentes ao redor.

O Licenciamento Ambiental se deu após o início das obras adquirindo a Licença de Instalação Corretiva em novembro de 2007. Contudo, os impactos ambientais com danos irreversíveis à bacia hidrográfica e às áreas de preservação permanente já haviam ocorrido com a movimentação de terra. Do licenciamento corretivo ficou imposta como condicionante um Termo de Ajustamento de Conduta para a recuperação das nascentes e reflorestamentos das APPs que até o

momento de encerramento da pesquisa não havia sido cumprido. Na vistoria realizada pelos técnicos ambientais do município em 2012 foi constatado que: 1) a qualidade da ocupação do



continuo havia melhorado em razão das benfeitorias dos próprios moradores; 2) a arborização não havia sido cumprida e as encostas do entorno estavam carreando terra para o asfalto em processo erosivo; 3) os limites das APPs e do condomínio não haviam sido cercadas e as mesmas nua haviam sido recuperadas, sendo algumas invadidas e utilizadas para descarte de lixo e entulho.

Do processo de Licenciamento Ambiental nº 01609/2006, também constam as condicionantes que deveriam ter sido observadas para a implantação do loteamento. Foram sete condicionantes: 1) relatório técnico descritivo-fotográfico para monitoramento das atividades, 2) plantio de arborização viária no condomínio, 3) programa de coleta seletiva de lixo domiciliar, 4) modelo de contrato de compra e venda dos lotes, 5) outorga para o uso das águas, 6) termo de

compromisso para as compensações em APP (reflorestamentos), 7) Anotação de responsabilidade técnica-ART para a execução das condicionantes. Apenas a condicionante quatro fora cumprida até o final da pesquisa.

Em novembro de 2012 a EMCASA foi autuada (Auto 2041-A) por infração gravíssima por operar sem as licenças de instalação e operação. Em sua defesa a EMCASA alegou estar empenhada no cumprimento das condicionantes faltantes que, por sua vez, foi exarado em parecer técnico que a defesa não apresentava justificativa cabível para afastar a autuação.

4.3.3. Parque das Águas e Nova Germânia

O maior impacto ambiental do empreendimento Parque das Águas, conforme já discutido, foi ter extinguido a Fazenda Santa Cândida, perdendo-se a oportunidade de se desenvolver algo em conjunto, aproveitando da estrutura que já existia e possibilitando uma integração econômica e ambientalmente adequada para a população instalada. Esse impacto é irreversível, bem como todos os outros decorrentes do empreendimento que são de difícil mensuração conforme se depreende de toda esta análise.



O

licenciamento ambiental 4649/2009 obteve inicialmente uma licença *ad referendum*, ou seja, sem discussão com a sociedade por meio do conselho de meio ambiente do município. A gestão política municipal à época não dispensava tratamento adequado às questões ambientais do município, de uma forma geral, e mantinha uma postura muito arbitrária no desenvolvimento de seus projetos. Contudo, para o Parque das Águas e o Nova Germania, a estratégia foi o desenvolvimento a “toque de caixa” impedindo a formação de qualquer organização social contrária.

O processamento tão célere e empobrecido de análises ambientais mais aprofundadas gozou de amparo legal com fundamento na Resolução CONAMA Nº 412 de 13 de maio de 2009, criada para atender ao Programa Minha casa Minha Vida. A normativa estabelece licenciamento ambiental simplificado para a construção de empreendimentos de até 100 hectares para construção de

moradias de interesse social podendo conceder licença única subsidiada por Relatório Ambiental Simplificado. Tal normativa atende muito bem aos interesses das construtoras, mas a falta de controle ambiental mais rigoroso, no caso estudado, gerou consequências muito graves tanto para o ambiente quanto para as pessoas instaladas no empreendimento para o município como um todo.

No primeiro parecer técnico de 18 de fevereiro de 2010, assinado pelos técnicos Eduardo da Silva Santos e José Mauro Barino são mencionadas três nascentes identificadas na vistoria que não foram contempladas no projeto da construtora, exigindo-se a inserção e delimitação das respectivas APPs. Contudo, as duas primeiras nascentes foram classificadas pelos técnicos enquanto intermitentes e passíveis de intervenção com base na R CONAMA 369/02, DN COMDEMA 19/2004 e DN COPAM 76/04. Em consulta ao Procurador do Município, Marcus Motta Monteiro de Carvalho, os técnicos tiveram corroborado no Parecer Jurídico a posição liberativa, mediante construção de “dreno limpo” direcionando as águas ao curso principal. No que tange à terceira nascente posicionou-se pela não intervenção na mesma e sua respectiva APP, bem como em uma quarta nascente fora do empreendimento no que diz respeito ao seu curso que percorre parte do mesmo.

No parecer posterior de 2013 o loteamento já se encontrava em plena instalação e ocupação, em que foram identificados alguns problemas relacionados: 1) à pavimentação asfaltada com problema de erosões (o que se agravou muito em 2018); 2) problemas de drenagem relacionados às bocas de lobo (problemas vivenciados até o momento final da pesquisa em épocas de chuvas mais severas); 3) lixo e entulho por todos os lados (também permanece enquanto grave problema); 3) ausência de cercamento nas APPs; 4) porções com declividade acentuada ocupadas sem previsão no projeto; 4) ausência de arborização nas vias conforme projeto; 5) Não cumprimento da restauração florestal.

O empreendimento Nova Germania, licenciamento ambiental 4650/09, apresenta em vistoria exatamente as mesmas questões do Parque das Águas, com exceção das APPs, se enquadrando também nos dispositivos acima referidos quanto ao licenciamento e não cumprindo da mesma forma as condicionantes ambientais de mesmo teor do outro loteamento - arborização viária e recuperação florestal principalmente.

Em ambos os casos, as condicionantes ambientais, muito pouco significativas diante dos impactos dos empreendimentos, foram parcialmente cumpridas, sem no entanto chegar a termo praticamente nenhuma das mesmas. Essa situação gerou em ambos os empreendimentos autuações por parte da Secretaria de Meio Ambiente – SMA, que encontram-se em fase de julgamento na

Câmara de Julgamentos Fiscais do COMDEMA. Além dos problemas ambientais, que diante da envergadura nesse breve relato não é possível exauri-los, foram detectados graves problemas construtivos e de terraplanagem que causaram prejuízos aos moradores, além das residências precariamente entregues conforme mencionado anteriormente. Atualmente os problemas ligados à infraestrutura das casas estão sendo discutidos em ação civil pública pelo Ministério Público Federal (2º vara – processo 0017996-98.2014.4.01.3801).

Os empreendimentos têm a Prefeitura Municipal de Juiz de Fora como idealizadora e a Cherem Construtora como executora. Em consulta ao processo de licenciamento/Relatório Ambiental Simplificado - RAS o projeto urbanístico proposto, nos dois casos, é apresentado cumprindo as exigências da legislação urbanística levando em consideração: pavimentação, rede de esgoto, rede de água pluvial, rede de água potável e rede de energia elétrica. enquanto no Relatório de Detalhamento dos Programas Ambientais – RDPA

Apesar dos processos estarem formalmente instruídos do ponto de vista técnico, o apelo ao caráter social dos mesmos facilitou sua célere aprovação, com análise das licenças prévias e de instalação conjuntas e, posteriormente, a de operação sem estudos suficientes. Os estudos apresentados (RCA/PCA) desenhavam o melhor dos mundos para os aspectos socioambientais no que tange as medidas de controle de impactos e implantação de equipamentos urbanos de convívio e lazer, de programas de educação ambiental, participação, associativismo etc. Esses quesitos presentes em geral nas propostas do PMCMV, não passaram de ficções para os empreendimentos analisados.

O que mais chama a atenção é que, diante da envergadura do projeto, instrumentos de gestão democrática como o Estudo de Impacto Ambiental e seu respectivo relatório – EIA/RIMA e o Estudo de Impacto de Vizinhança – EIV/RIV não foram sequer cogitados - provavelmente evitados a todo custo. O processo de licenciamento tramitou de maneira demasiadamente célere inviabilizando maior transparência e a participação social mais efetiva. Do ponto de vista urbanístico o projeto implementado foi um suicídio para uma cidade sustentável, ao invés de se aproveitar o espaço de uso público consolidado que cumpria peculiar função socioambiental (mesmo estando pouco produtivo na época), desenvolvendo um projeto integrado, preferiu-se dizimá-lo por completo.

Segundo relato dos moradores, em ambos os casos, a própria comunidade depreda o local, colocando fogo nas encostas, depositando lixo e entulho em qualquer local vazio, impedindo que haja arborização urbana. Projetos de educação ambiental experimentados foram também ficções,

sem participação da comunidade e sem qualquer resultado palpável, se apresentando como uma questão urgente de ser enfrentada.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS E PROPOSTAS DE INSTRUMENTALIZAÇÃO DE DEMANDAS

Na idealização do presente projeto não se vislumbrava a dimensão do desafio que se colocava para sua realização. A envergadura dos problemas apresentados não apenas nos tornou frágeis e impotentes para um possível enfrentamento, como não são passíveis de soluções a curto e médio prazo diante dos impactos causados com os empreendimentos analisados. Se mantida a forma negligente e omissa a qual o Estado e a sociedade como um todo vêm se comportando diante da realidade que se apresenta, há uma real probabilidade dos problemas vivenciados por essas comunidades, de uma forma geral, se agravarem e repercutirem para além de suas fronteiras. Mesmo porque, seguem sendo direcionados loteamentos populares para a região, sem antes resolverem os problemas estruturais básicos. Não se pode negar, dentro do que se aferiu, um risco verossímil de favelização para as áreas do estudo, considerando que algumas áreas já apresentam esse processo. Em longo prazo, pela proximidade das comunidades e pela própria geografia local, se medidas eficientes não forem tomadas para se promover uma ordem urbana democrática e sustentável, a unificação destas comunidades com a crescente urbanização pode se dar de modo completamente descontrolado e depreciativo para a qualidade de vida dos próprios moradores locais e do entorno.

Poderíamos ironicamente perguntar se o campo do estudo tratava de políticas habitacionais ou homicidas? Ou ainda, políticas de dizimação do ambiente e da cultura local ou de construção de moradias? O sonho da casa própria ou um pesadelo medonho de violências constantes? A forma como foram implementadas as políticas habitacionais nos assentamentos estudados podem até ter amenizado sutilmente o problema da habitação em Juiz de Fora, mas alocando em área afastada um contingente expressivo de pessoas economicamente vulneráveis, sem dar-lhes a estrutura adequada para atingirem um real acesso à cidade. E, ainda que se tenha amenizado problemas habitacionais, geraram tantos outros problemas, cuja resolução, se possível, demandará custo tão alto, que é difícil encontrar uma justificativa plausível para a forma como estas políticas estão sendo conduzidas. A Empresa Regional de Habitação de Juiz de Fora S. A. - EMCASA, envolvida em todos os empreendimentos estudados, atua de forma arcaica no que diz respeito à busca por uma cidade sustentável. Ou simplesmente ignora, desconhece, ou negligencia deliberadamente qualquer conceito de sustentabilidade ambiental e urbana. Não se resolvem problemas sociais criando problemas sociais ainda maiores, conforme os apresentados neste estudo.

Por outro lado, a chegada do PMCMV não apresentou uma realidade diferente dos assentamentos anteriores e, também, nenhum tipo de melhoria na qualidade dos assentamentos e loteamentos populares existentes, ao contrário, agravou sobremaneira o quadro dos problemas dando-lhes uma dimensão jamais vivenciada no município de Juiz de Fora.

A breve narrativa da realidade dos assentamentos enfocados do PMCMV revela mudanças significativas na cidade de Juiz de Fora. Antes considerada segura e de elevado índice de desenvolvimento humano, cada vez mais apresenta os problemas dos grandes centros em diversos sentidos, do tráfego ao tráfico em uma escala jamais percebida na cidade. As políticas de desenvolvimento e sociais experimentadas não repercutiram em melhorias na qualidade de vida da população. O que se constata é um efeito muito negativo das políticas de habitação do Governo Federal em sua implementação apressada e desregrada, somada à incapacidade gerencial e de planejamento do próprio município, sempre ávido por recursos a qualquer preço. As regiões “atingidas” com o Programa Minha Casa Minha Vida sofreram uma diversidade de impactos ambientais e urbanos que dilaceraram os modos de vida das populações que ali viviam e recriaram o espaço de maneira hostil e com significativa depreciação da qualidade de vida.

Por outro lado, temos que reconhecer a imensa dificuldade de se implementar projetos sociais nestas comunidades. A dificuldade de mobilizar as pessoas, mesmo que em prol de melhorias nas suas próprias vidas, foi algo que acompanhou o trabalho em toda sua trajetória. Foram diferentes estratégias e diversas tentativas de se buscar uma organização política de alguns comunitários. Podemos citar como exemplo as tentativas no loteamento Nova Vida para formar uma associação, com diversas conversas, idas e vindas; ou as tentativas de prestar apoio à associação do Caiçaras para pleitear arborização do bairro, não fomos contatados e buscamos por diversas vezes contata-los sem sucesso. Essas experiências foram reveladoras de um verdadeiro distanciamento comunicativo entre a abordagem do projeto e os comunitários. Quando se tratava de um interesse específico de algum morador, um problema que estava enfrentando e necessitava de apoio jurídico por exemplo, ou quando vários, na esfera individual tinham problemas comuns, foi possível mobilizá-los, como o caso das reintegrações de posse. Por sua vez, quando se tratava de um problema de caráter mais geral, como a necessidade de uma praça ou uma creche, havia muito pouca ou nenhuma mobilização. O apelo do benefício ou resolução de problemas individuais é muito maior do que o apelo para lidar com causas coletivas, dentro do que se vivenciou. Ressalvando aqueles mais ligados à política das associações, que atuam em prol do coletivo, mas em regra desde que possam ver render algum dividendo político. De toda sorte o aprendizado que se extrai, não apenas da identificação da ausência de domínio de uma linguagem que os atinja e

desperte maior interesse, é que para que haja essa “conexão” melhor estratégia talvez seja mobilizar interesses nas esferas individuais para depois transladar esses interesses para as esferas coletivas das próprias comunidades. Buscar atingi-los apenas pelas questões “coletivas” ou tratá-las de forma coletiva simplesmente, sem que se percebam benefícios pessoais diretos, mostrou ter um apelo muito fraco dentro do que se investiu na pesquisa.

Apesar das dificuldades de se resolverem os problemas que se apresentam, a mobilização de diferentes setores sociais e o direcionamento de interesses políticos públicos e privados nesse sentido, podem resultar em ordenamento mais adequado destas localidades, com benefícios reais para as pessoas dessas comunidades e para o município como um todo. Pode evitar que a situação se agrave ainda mais, considerando aqui que os danos causados já não podem ser mais revertidos. Agenciar interesses diversos públicos e privados para o tratamento das questões que se apresentam, buscando sempre envolver as comunidades, é a busca do presente estudo.

Demandas instrumentalizadas ou a serem instrumentalizadas e suas respectivas justificativas.

- 1) **Ausência de planejamento econômico das comunidades:** a questão é apontada no diagnóstico como uma das mais importantes para promoverem uma maior integração territorial das pessoas com as localidades que passaram a habitar e para promover uma melhoria nas condições de vida e trabalho. Foi elaborado um projeto específico para o enfrentamento da questão, que segue em anexo, pleiteando verbas federais e apto a ser desenvolvido.
- 2) **Condicionantes ambientais - proteção de nascentes, arborização urbana e reflorestamentos:** houveram tentativas de mobilizar as comunidades no sentido de reivindicarem o cumprimento dessas obrigações legais por parte das empresas executoras dos loteamentos, contudo foi identificado nos DRPs uma relutância por parte de diversos comunitários em aceitar uma arborização das vias e o reflorestamento do entorno. Não houve um consenso sobre essas questões. Na oportunidade pretende-se desenvolver uma proposta que integre um programa de educação ambiental em conjunto com a execução das condicionantes, preferencialmente direcionando essas ações para dar efetividade aos espaços previstos no novo plano diretor do município. Vislumbra-se a elaboração de um projeto específico e não de uma petição junto a comunidade.
- 3) **Políticas de segurança:** pretende-se em conjunto com as associações de moradores instituídas, pleitear ao Governo do Estado de Minas Gerais, mediante ofício apresentando este estudo em anexo e, possivelmente, um abaixo assinado, a colocação de um posto policial na Av. Sr. Dos

Passos, via de acesso à todas as comunidades, que se apresenta sem policiamento, com alto índice de violência urbana e com conexão direta com a BR040.

- 4) **Construção de passeios na Av. Sr. Dos Passos:** essa é uma reivindicação específica da comunidade Nova Vida e Nova Germânia que enfrentam risco constante de acidentes no trajeto das crianças até a escola. A presente ação, no caso uma petição junto às comunidades, deixou de ser desenvolvida em razão de não ter se conseguido, em tempo hábil, estruturar uma associação para a comunidade Nova Vida, após algumas tentativas frustradas.
- 5) **Invasões e reintegrações de posse:** Foi elaborada uma petição em formato de “conclame” direcionada à Defensoria Pública da União, EMCASA, Prefeitura de Juiz de Fora, Conselho Municipal de Habitação, Caixa Econômica Federal e Ministério Público Federal para a elaboração de um grupo de trabalho consorciado com fins de enfrentar as questões das ocupações irregulares e reintegração de posse no loteamento do Parque das Águas. A resposta foi dada por algumas entidades que afirmaram em regra não serem competentes. Anexo
- 6) **Áreas de lazer:** Reivindicação da comunidade Nova Vida que também deixou de ser elaborada em razão de não ter se conseguido, em tempo hábil, estruturar uma associação para a comunidade.
- 7) **Construção de Creche:** Reivindicação que envolve as comunidades do Caiçaras, Nova Vida e Nova Germania que até o final da pesquisa não se havia identificado o melhor caminho para instrumentalizá-la com alguma chance de êxito.

REFERÊNCIAS

- ACSELRAD, Hanri.(org.) **Conflitos Ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro. Fundação Heinrich Boll. 2004.
- ARRETCHE, M. Políticas Sociais no Brasil: descentralização em um estado federativo. In: **Revista brasileira de Ciências Sociais**. n. 40 v. [s.i.] São Paulo, 1999
- BASTOS, Rodrigo Dantas. **Economia política do imobiliário: o programa Minha Casa Minha Vida e o preço da terra urbana no Brasil**. Dissertação apresentada ao Departamento de Sociologia do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas, 2012. Disponível em: <<http://www.bibliotecadigital.unicamp.br/document/?code=000857522>>. Acesso em 27 set. 2015.
- BONDUKI, Nabil Georges. **Origens da habitação social no Brasil**. Análise Social, vol. XXIX, 1994. Disponível em: <<http://www.lume.ufrgs.br/bitstream/handle/10183/25348/000737944.pdf>>. Acesso em 19 mai. 2014.
- BOTEGA, Leonardo da Rocha. **A política habitacional no Brasil (1930-1990)**. In Revela. Periódico de Divulgação Científica da FALS Ano I - N° 02-Março de 2008
- CREMONESE, Matheus Machado; GERALDO, Watuse Mirian de Jesus. **Problemáticas Sócio-Ambientais em Loteamentos Populares: Estudo de Caso no Jardim Caiçaras, Juiz de Fora / MG, Brasil**. In: Anais XVI Encontro Nacional dos Geógrafos, 2010. Disponível em: <[file:///C:/Users/Ana%20L%C3%BAcia/Downloads/download\(1659\)%20\(2\).PDF](file:///C:/Users/Ana%20L%C3%BAcia/Downloads/download(1659)%20(2).PDF)> Acesso em: 08 out. 2014.
- FERREIRA, Regina Fátima Cordeiro. Fonseca. **Movimentos de moradia, autogestão e política habitacional no Brasil: do acesso à moradia ao direito à cidade**. 2º Fórum de Sociologia “Justiça Social e Democratização”, realizado em Buenos Aires, 2012. Disponível em: <http://agurbana.files.wordpress.com/2013/12/texto_isa_reginaferreira_port.pdf>. Acesso em 18 mai. 2014.
- HARVEY, D. **Social Justice and the city**. London: Edward Arnold, 1973
- LIMA, André F.B. **Dieta, forrageamento, morfologia e uso de microhabitat de *Enyalius perditus* Jackson, 1978 (Squamata, Leiosauridae) na Reserva Biológica Municipal Santa Cândida, Juiz de Fora, Minas Gerais**. Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de Juiz de Fora, Instituto de Ciências Biológicas. 2005. Disponível em: <<http://livros01.livrosgratis.com.br/cp103736.pdf>>. Acesso em 01 out. 2015.
- MARICATO, Ermínia. **O ministério das cidades e a política nacional de desenvolvimento urbano**. Ipea políticas sociais –e acompanhamento e análise. 12 fev. 2006. Disponível em: <http://www.en.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/ensaio2_ministerio12.pdf>. Acesso em 27 set. 2015.
- NOAL, Ednilson Bolson; JANCZURA, Rosane. **A política nacional de habitação e a oferta de moradias**. Revista Eletrônica da PUCRS. Rio Grande do Sul, v.10, n.1., 2011.
- NOLASCO, Camille Lanzarotti. **A dimensão ecológica da agricultura urbana no município de Juiz de Fora/MG**. Dissertação (Mestrado em Ecologia) –Universidade Federal de Juiz de Fora, Juiz de Fora, 2009. Disponível em: <<http://www.ufjf.br/ecologia/files/2009/11/Nolasco.pdf>>. Acesso em 01 out. 2015.
- OLIVEIRA, I. C. E. **Estatuto da Cidade: para compreender...** Rio de Janeiro: IBAM/DUMA, 2001.
- PATTO, M. H. S. **Estado, ciência e política na Primeira República: a desqualificação dos pobres**. In. Estudos Avançados. Vol 13, nº 35. São Paulo, jan/abr 1999.
- SANTOS, Milton. **A urbanização brasileira**. São Paulo: Hucitec, 1993.
- SILVA, Cleiton Ferreira da. **O movimento de luta nos bairros, vilas e favelas (MLB) e a política de autogestão: análise de uma experiência no bairro Iputinga, Recife-Pe /João Pessoa**. Trabalho de conclusão de curso Pós Graduação em Geografia – Universidade Federal da Paraíba, 2012. Disponível em: <http://www.geociencias.ufpb.br/posgrad/dissertacoes/cleiton_ferreira.pdf>. Acesso em 15 mai. 2014

FREYRE, *Gilberto*. *Casa-Grande & Senzala*. Editora Record, Rio de Janeiro, 1998

HOLANDA, Sérgio Buarque de. *Raízes do Brasil*. São Paulo: Companhia das letras, 1995

SOUZA, Jessé. *A tolice da inteligência brasileira: ou como o país se deixa manipular pela elite*. São Paulo, Leya, 2015.

SOUZA, Jessé. *A rale brasileira: quem é e como vive*. Belo Horizonte: UFMG, 2009.